

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CARLOS EDUARDO DE LIMA BRANDÃO

**UM PIAUIENSE NO REDEMOINHO: narrativa histórica sobre o período
presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” (janeiro/1963 a
abril/1964)**

PICOS, PI

2015

CARLOS EDUARDO DE LIMA BRANDÃO

**UM PIAUIENSE NO REDEMOINHO: narrativa histórica sobre o período
presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” (janeiro/1963 a
abril/1964)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do Campus
Senador Helvídio Nunes de Barros, da
Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso
Lima.

PICOS, PI

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

B8174p Brandão, Carlos Eduardo de Lima.
Um piauiense no redemoinho: narrativa histórica sobre o período presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” [janeiro /1963 a abril/1964] / Carlos Eduardo de Lima Brandão – 2015.

117 f.

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2015.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Nilsângela Cardoso Lima.

1. Brasil - História. 2. Carlos Castello Branco-Jornalista. 3. Presidente João Goulart. I. Título.

CDD 320.981

CARLOS EDUARDO DE LIMA BRANDÃO

**UM PIAUIENSE NO REDEMOINHO: narrativa histórica sobre o período
presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” (janeiro/1963 a
abril/1964)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do Campus
Senador Helvídio Nunes de Barros, da
Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso
Lima

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Nilsângela Cardoso Lima

Profa. Nilsângela Cardoso Lima (Orientadora)
Doutora em Ciências da Comunicação/UNISINOS
Universidade Federal do Piauí

Prof. Agostinho Júnior Holanda Coe
Doutor em História das Ciências e da Saúde/FIOCRUZ
Universidade Federal do Piauí

Marylu Alves de Oliveira

Profa. Marylu Alves de Oliveira
Mestre em História do Brasil/UFPI
Universidade Federal do Piauí

Prof. Naudiney de Castro Gonçalves (Suplente)
Mestre em História/UFMG
Universidade Federal do Piauí

À minha querida esposa, Vilaní, pela paciência,
pelo incentivo e pelo amor demonstrados
durante todos esses anos de graduação.

AGRADECIMENTOS

No momento em que concluo este trabalho, fruto de quase dois anos de muitas leituras e árduas pesquisas, constitui-se um enorme prazer e dever de justiça agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para o sucesso de tão extenuante empreitada. Nada seria possível se não contássemos com o apoio dos colegas de turma, dos eminentes professores do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí, bem como de outras instituições de ensino superior, e em especial de nossa família.

Agradeço ao Ser Superior que nos governa, ao me proporcionar força de vontade para resistir às adversidades próprias do trabalho intelectual, e calma e discernimento no percorrer desta edificante caminhada.

Agradeço a todos os companheiros da turma de História do período 2011.1 do Campus de Picos, bem como aqueles de outras turmas, com os quais tive o privilégio de conviver no dia a dia acadêmico, e cujas amizades renderam bons debates e conselhos que foram adequadamente aproveitados. Também louvo os momentos em que a palavra amiga e de estímulo dos colegas me confortaram e me revigoraram nos momentos mais difíceis.

Agradeço à todos os meus Professores do Curso de História, que com suas proficiências e dedicação, edificaram em mim o alicerce teórico e metodológico que sustentou toda minha labuta na elaboração desta monografia. Os conhecimentos transmitidos por tão seletivo grupo de Professores, aliado às diversas orientações que ultrapassaram o dia a dia escolar, foram determinantes para que eu, agora, me sinta seguro para a profissão docente, que no momento abraço. Como representativo da gratidão que sinto por todos, cito os Professores Agostinho e Naudiney, que mesmo antes de comporem a banca examinadora do meu trabalho, muito me aconselharam e orientaram quando da definição do meu objeto de estudo.

Agradeço de forma bastante especial à minha orientadora, a Professora Doutora Nilsângela Cardoso, que com seu enorme cabedal de conhecimento na área de História e de Jornalismo, deu-me a correta direção, propiciando toda a orientação necessária com respeito ao referencial teórico e à metodologia. Destaco a profunda e irrepreensível revisão textual realizada pela Professora Nilsângela, que aparou as arestas das minhas imperfeições textuais e

metodológicas. Também expressei minha enorme gratidão à ela, pela constante paciência demonstrada durante todo o processo.

Por fim, externo a minha eterna dívida de gratidão aos meus familiares. À Leda, minha cunhada, pelas boas conversas e dicas; aos meus filhos, Carlos Augusto e Maria Fernanda, que sempre compreenderam os momentos de ausência e de estresse; e principalmente, de forma especial, minha esposa, Vilani Anízia da Luz Brandão, que com sua paciência e amor, sempre me confortou e incentivou nos momentos mais difíceis, e constantemente me deu o suporte emocional para superar todos os desafios. A ela, na verdade, devo tudo de bom que a providência tem me agraciado.

Agradeço à todos amigos, de minha convivência extraescolar, que nunca se cansaram (ou não deixaram eu perceber tal cansaço) de minhas empolgadas conversas sobre meu tema de estudo, bem como outros assuntos relacionados ao curso. Eles foram igualmente importantes.

RESUMO

Carlos Castello Branco, piauiense, foi um dos jornalistas políticos mais conceituados e respeitados do país. No período de 1963 a 1993, ele acompanhou e analisou os principais fatos políticos brasileiros a partir de sua coluna diária publicada no *Jornal do Brasil* e que ficou conhecida pelo seu nome: “Coluna do Castello”. No momento em que retorna o debate sobre o golpe civil-militar de 1964, após decorridos 50 anos de sua eclosão, as colunas produzidas pelo jornalista no período em que o presidente João Goulart exerceu seu mandato dentro do sistema presidencialista, até a sua deposição por um golpe civil-militar, apresentam-se como fonte histórica passível de ser analisada de modo a se extrair elementos do contexto que foram relevantes para o agrupamento de forças políticas e sociais em oposição, e que levaram ao confronto que encerrou o período de experiência democrática no país, iniciado em 1946. Este trabalho de cunho monográfico, instrumentalizado pelo referencial teórico da Nova História Política, procura ampliar o entendimento do período que vai do dia 06 de janeiro de 1963, quando o presidente João Goulart obteve ampla maioria de votos no plebiscito que decretou o retorno do regime presidencialista, até o golpe que o depôs em abril de 1964, através das “Coluna[s] do Castello”, editadas diariamente no *Jornal do Brasil* daquele período. Tal pesquisa se alicerça em uma pesquisa bibliográfica onde se priorizaram as novas interpretações a respeito do processo político e social que redundou no golpe civil-militar de março de 1964, e dialoga com a teoria jornalística, considerando o importante papel da imprensa nos eventos deste recorte temporal.

Palavras-chave: Carlos Castello Branco; História Política; Imprensa; Presidente João Goulart; Golpe Civil-Militar de 1964.

ABSTRACT

Carlos Castello Branco, born in the state of Piauí, Brazil, was one of the most respected political journalists in the country. In the period from 1963 to 1993, he accompanied and analyzed the main Brazilian political facts from his daily column published in *Jornal do Brasil* and became known by his name: "Castello Column". The moment that returns the debate on the civil-military coup in 1964, after the 50th year of its outbreak, the columns produced by the journalist in the period when President João Goulart exercised its mandate within the presidential system until his deposition a civilian-military coup, are presented as a historical source that can be analyzed to extract the context of the elements that were relevant to the grouping of political and social forces in opposition, and that led to the confrontation that ended the period of democratic experience in the country, started in 1946. This work of monographic nature, exploited the theoretical framework of the New Political History, seeks to expand the understanding of the period from the day January 6, 1963, when President João Goulart got large majority vote in referendum who decreed the return of the presidential regime until the coup that ousted him in April 1964, through the "Column [s] the Castello", edited daily *Jornal do Brasil* that period. Such research is founded in a literature where it prioritized the new interpretations regarding the political and social process that resulted in the civilian-military coup in March 1964, and dialogue with the journalistic theory, considering the important role of the press in the events of this crop time.

Keywords: Carlos Castello Branco; Political History; Press; President João Goulart; Civil-Military coup of 1964.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AI-5 – Ato Institucional Nr. 5

AMFNB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AP – Ação Popular

CIA – Central Intelligence Agency

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

EUA – Estados Unidos da América

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JB – Jornal do Brasil

JK – Presidente Juscelino Kubitschek

JUC – Juventude Universitária Católica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade e Ação

QG – Quartel General

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UNE – União Nacional dos Estudantes

UDN – União Democrática Nacional

URV – Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CARLOS CASTELLO BRANCO E A HISTÓRIA POLÍTICA.....	18
2.1 O comentário político como ferramenta de interpretação histórica.....	18
2.2 O jornalismo político de Carlos Castello Branco: sensibilidade e inserção nos meandros do poder.....	21
2.3 João Goulart no sistema presidencialista: tensões e conflitos.....	28
2.4 A grande imprensa brasileira em 1963 e 1964: posicionamentos e influências.....	40
3 O “TERMÔMETRO” DOS FATOS: HISTÓRIA POLÍTICA DO PERÍODO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART ATRAVÉS DA “COLUNA DO CASTELLO” (JANEIRO/1963 A ABRIL/1964).....	49
3.1 As ações do Governo do presidente Goulart e da esquerda a partir do olhar de Castello.....	50
3.1.1 O fim do Parlamentarismo e a primeira composição ministerial.....	50
3.1.2 O Plano Trienal.....	53
3.1.3 A Reforma Agrária.....	57
3.1.4 A política de conciliação.....	59
3.1.5 A Rebelião dos Sargentos em Brasília.....	62
3.1.6 A solicitação do estado de sítio.....	63
3.1.7 San Tiago Dantas e a falência da política de conciliação.....	66
3.1.8 Presidente Goulart opta pela esquerda.....	69
3.2 Conspiração ou temor: interpretações de Castello sobre os setores conservadores.....	71
3.2.1 Transição ao Presidencialismo e a composição ministerial.....	71
3.2.2 O Plano Trienal, a reforma agrária e os embates políticos.....	73
3.2.3 Rebelião dos Sargentos em Brasília e o pedido de estado de sítio.....	76
3.2.4 Desdobramentos políticos à direita.....	77
3.2.5 Goulart à esquerda e conformações à direita.....	79
3.3 O “desfecho”: o embate de forças e o confronto final.....	82
3.3.1 Fim da conciliação: posições em confronto.....	82
3.3.2 O comício da Central do Brasil.....	86
3.3.3 O “desfecho”.....	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

O período de 06 de janeiro de 1963 a 02 de abril de 1964, que corresponde ao exercício do poder pelo presidente João Goulart com plenos poderes dentro do regime presidencialista, é de suma importância para a compreensão do processo político e social que redundou na intervenção de forças conservadoras através do golpe civil-militar de 1964, encerrando uma fase de experiência democrática no Brasil, e bloqueando transformações estruturais em curso na política, economia e sociedade brasileiras. Em 2014, nota-se que houve um reinício dos debates em torno da ditadura civil-militar, sobretudo, pelos historiadores e demais cientistas sociais e políticos. A retomada dos trabalhos pela “Comissão Nacional da Verdade” e a disponibilização de “novos” documentos sobre o período ditatorial, no século XXI, abriu possibilidades de (re)leituras e revisões históricas sobre a ditadura brasileira. Além disso, deve-se ainda mencionar que a digitalização de fontes de pesquisa e seu acesso gratuito, têm contribuído para a produção acadêmica, como por exemplo, a “Coluna do Castello” que foram publicadas num momento crucial da história brasileira.

Desde as primeiras experiências da imprensa no Brasil, no século XIX, nota-se que políticos e intelectuais se preocuparam em manter uma relação de proximidade com ela. Afinal, já desconfiavam do poder da imprensa como uma ferramenta política e para a formação da opinião pública. Por conseguinte, na década de 1960 tal quadro não era diverso, mesmo considerando as diferenças do contexto histórico de cada período. Seguramente, a imprensa sempre foi usada pelos partidos políticos, e também por seus correligionários, como porta-voz de suas ideologias e interesses.

Entretanto, antes de falarmos da relação imprensa e política no período pré-ditatorial do Brasil, faz-se necessário contextualizarmos os encaminhamentos políticos partidários que levaram ao golpe de 1964. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, era João Goulart quem assumia a Presidência da República. A partir de então, uma situação adversa se instaurou na história política do Brasil. Os ministros militares não aceitavam que o cargo de Presidente da República fosse ocupado por um político ligado às esquerdas e associado às classes trabalhadoras. Isto fez com que a situação ganhasse contornos de radicalização, na medida em que as forças políticas e sociais contra e a favor do presidente Goulart, se aglutinavam em torno de dois polos distintos: um querendo acelerar a implantação de ações transformadoras da sociedade, com caráter nacionalizante e independente, que confrontavam o sistema estabelecido, especialmente o latifundiário; e outro, contrário a estas transformações, adepto de

uma política conservadora e internacionalizante, temerária da perda de privilégios e de uma suposta convulsão social. Contudo, João Goulart tomou posse e, em setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou o sistema parlamentarista que perdurou até janeiro de 1963.

Frente a este processo, os principais órgãos de imprensa foram se posicionando politicamente na medida em que esta polarização ia ganhando características mais definidas, num quadro de radicalização que levou ao confronto definitivo entre as duas posições. Pretende-se, portanto, compreender o processo histórico e político do período de janeiro de 1963 até o golpe civil-militar culminado em abril de 1964 através da “Coluna do Castello”, que era publicada diariamente no *Jornal do Brasil* pelo jornalista político piauiense Carlos Castello Branco. Nesse intuito, o presente trabalho tem como objetivos: contextualizar o regime presidencialista de João Goulart até o golpe de 1964; analisar como se deram os fatos políticos através do olhar jornalístico da “Coluna do Castello”, bem como os impactos das principais medidas políticas e governamentais as quais foram dados visibilidade pública por meio da sua coluna no *Jornal do Brasil*; por último, compreender como os setores políticos da esquerda e da direita interpretavam e reagiam diante das ações do presidente João Goulart, sob a perspectiva jornalística daquele momento.

Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), o *Jornal do Brasil*, dentre os periódicos de maior importância do país naquele período, *a priori* teve um posicionamento político considerado de “centro”, se comparado aos jornais: *Tribuna de Imprensa*, de extrema direita; *O Globo* e *Estado de São Paulo*, supostamente conservadores; e o jornal *Última Hora*, visto como simpatizante das Reformas de Base e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conforme Abreu (2006, p. 109). Na década de 1960, o *Jornal do Brasil* era um dos órgãos de imprensa mais respeitados e de maior vendagem no país (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 186). Suas matérias e colunas constituíam-se num dos porta-vozes de um dos momentos mais intensos da história brasileira. Através da análise das matérias publicadas pelo *Jornal do Brasil* e da “Coluna do Castello”, é possível identificar sua linha editorial e a tendência política e partidária que o periódico assumiu, durante o governo presidencialista de João Goulart.

A produção jornalística¹ está intimamente relacionada com a vivência presente dos fatos, ainda mais porque seu principal objetivo é levar a informação atualizada a um público alvo. No caso específico de cronistas ou colunistas de jornal, seu trabalho se volta para a

¹ Jornalismo: atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão etc.) para difundi-las (HOUAISS, 2009, p. 1135).

interpretação dos acontecimentos, factualmente, impregnada pelos valores e conceitos de quem escreve, e influenciada pelo contexto vivido. Embora a subjetividade esteja marcadamente presente no discurso jornalístico de um colunista, esta produção torna-se fonte histórica, pronta para ser avaliada e analisada à luz da metodologia e teoria da história. Com isso, pode-se afirmar que a “Coluna do Castello”, nesta monografia, foi utilizada não apenas como fonte histórica a fim de aprofundar o entendimento dos fatos políticos e socioeconômicos de 1963 e 1964; mas, sobretudo, se tornou objeto de estudo, visto que o olhar do pesquisador em relação à fonte, neste caso as “Colunas de Castello”, foi de analisá-la e compreendê-la a partir do processo de produção da notícia em um determinado momento e, por meio dela, construir uma narrativa histórica sobre a política do período presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” (janeiro/1963 a abril/1964).

A escolha deste tema de pesquisa se deu a partir do interesse de estudar o período em que João Goulart foi Presidente da República, que corresponde aos anos de 1961 a 1964. Tal interesse foi ampliado a partir do 7º período, quando cursei a disciplina “História do Brasil República III” e realizei leituras das “Colunas de Castello”. O contato com os textos do jornalista sobre o período do Governo Goulart, me despertou o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre um dos períodos mais importantes da história do país, através do olhar de Carlos Castello Branco.

A análise das “Colunas do Castello” realizada nesta monografia teve como ponto de partida as proposições teóricas da Nova História Política que, numa perspectiva renovada, não se atem meramente aos aspectos do Estado ou das figuras mais proeminentes. Assim, esta monografia aborda a participação da sociedade na vida política através dos partidos políticos, dos grupos de pressão existentes e da opinião pública, evidenciada pelo trabalho da imprensa. A participação de novos atores na política é teorizada, especialmente, por René Rémond (2003) em *Por uma história política*, principal obra de referência organizada por ele e que reúne diversos textos de autores que, em coautoria, tratam dos principais elementos que compõem a abordagem da Nova História Política. Da obra *Por uma história política*, será dado destaque aos seguintes capítulos/temas e autores, a saber: sobre a participação e o papel da mídia, destaca-se Jean-Noel Jeanneney; sobre a opinião pública, Jean-Jacques Becker; para analisar o papel dos intelectuais, Jean-François Sirinelli; sobre os partidos, Serge Berstein. E tratando da formação das associações e dos grupos de pressão, Jean-Pierre Rioux.

Ampliando estes conceitos e articulando-os com as particularidades da história política nacional, foi necessário lançar mão dos estudos de Ângela de Castro Gomes (1996) que faz uma análise das abordagens políticas na historiografia brasileira. Dentre seus trabalhos,

destacamos o artigo *Política: história, ciência, cultura, etc.*, publicado pela revista *Estudos Históricos-Historiografia*, porque nele a autora tece propostas instigantes para os “estudos políticos” a partir da Nova História Política. Outros autores como Maria Helena Rolim Capelato (1996), Vavy Pacheco Borges (1996) e Maria de Fátima Silva Gouvêa (1998) também discutem sobre os novos enfoques da história política, através de artigos científicos com propostas de estudos que aprofundam temas relacionados à Nova História Política com aspectos e enfoques da História Cultural.

René Remond (2003) entende que a formação da opinião pública e o papel da imprensa no jogo político, em um dado período histórico, estão inseridos como objeto de estudo na nova concepção de História Política, que buscou ultrapassar a mera descrição dos fatos associados aos grandes governantes, às guerras e revoluções, e às ações do Estado. Esta tendência se iniciou com o advento de uma nova história que “[...] considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura” (REMOND, 2003, p. 16). Tal posicionamento, em um primeiro momento, relegou à Política a mera consequência da dinâmica econômica e social. Predominando a influência da filosofia materialista/estruturalista, entendia-se que a superestrutura, onde residia a política, era totalmente determinada pela infraestrutura, ou seja, “o político, por si só, não podia agir sobre o resto, estava na dependência das verdadeiras realidades” (REMOND, 1994, p. 14).

Ângela de Castro Gomes assegura que a crise dos paradigmas estruturalistas dos anos 1980 proporcionou uma ressignificação da História Política, a partir do reconhecimento da existência de uma ampla autonomia do político como uma esfera influenciadora da dinâmica global da realidade social, sem, no entanto, arvorar para si um determinismo diante dos demais campos da história, reconhecendo a interdependência com as demais esferas da realidade social e cultural (GOMES, 1996, p. 63). Para Remond (2003, p. 24), uma prova desta realidade é a crescente importância dada ao que se denomina de “Políticas Públicas”, que se configuram em ações a serem desenvolvidas por determinadas sociedades, por meio das discussões que visam o bem comum, a despeito dos determinantes meramente econômicos, donde se conclui que a relação entre economia e política não pode ser enxergada como sendo de mão única.

De acordo com René Remond:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las? A prova

disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações sócio profissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política. (REMOND, 2003, p. 24).

Sobre a interpretação da política brasileira, de acordo com Ângela de Castro Gomes (1996, p. 59), este novo olhar propiciado pela Nova História Política desafiou as concepções anteriormente estabelecidas, pautadas na atuação do Estado, considerando a fragilidade das instituições brasileiras e da própria sociedade civil, o que levava a uma conclusão de irrelevância do papel destes no direcionamento político.

Neste sentido, o problema a ser resolvido era o de como dotar a sociedade de procedimentos políticos que "devolvessem" aos atores coletivos - fossem trabalhadores ou eleitores - suas margens de autonomia, já que praticamente apenas ao Estado era reconhecido iniciativa de ação e, mesmo assim, no que se referia ao poder Executivo (GOMES, 1996, p. 70).

Na historiografia recente, surgiram interpretações que ampliaram o leque de análises dos “estudos políticos” e levaram a pensar numa “cultura política brasileira”, considerando que as especificidades da experimentação política, com seus medos, valores e memória coletiva, associadas às expectativas criadas, “[...] podem dizer muito sobre a sociedade em que vivem e sobre o ‘lugar’ que nela tem ocupado os intelectuais” (GOMES, 1996, p. 81). Nota-se, como aponta Maria Helena Capelato (1996, p. 161), que uma renovada preocupação com os aspectos políticos na história revelou uma tendência importante na historiografia brasileira na atualidade. Para Bresciani (apud CAPELATO, 1996, p. 162), esta nova tendência permite “[...] tecer as tramas mais complexas e nuançadas das lutas políticas”. Vavy Pacheco Borges (1996, p. 159) assevera que para entender a nova concepção da história brasileira, deve-se levar em conta as relações com o real, valorizando a interdisciplinaridade com as ciências humanas e considerando a cultura política brasileira, com seus mitos, crenças e tradições.

À luz do referencial teórico da Nova História Política, fez-se uma reflexão sobre o material de pesquisa analisado. Considerando a importância das fontes de pesquisa para o trabalho do historiador, aqui elas se definem em torno das “Colunas do Castello” publicadas no *Jornal do Brasil*, referente ao período de janeiro de 1963 a abril de 1964. As “Colunas do Castello” encontram-se digitalizadas e disponíveis no site http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna.php. Metodologicamente, fez-se uma

seleção das colunas que abordavam sobre o período presidencialista de João Goulart até sua deposição, bem como se separou as colunas por temas.

Com isso, esta monografia encontra-se estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Carlos Castello Branco e a História Política”, foi organizado em quatro subtópicos a fim de, primeiro, contextualizar o regime presidencialista de João Goulart até o golpe de 1964 para, então, analisar o comentário político presente na “Coluna do Castello” como ferramenta de interpretação histórica. Com o título “O “Termômetro” dos fatos: história política do período presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castello” (Janeiro/1963 A Abril/1964)”, o segundo capítulo se organiza em torno de três tópicos e, de modo geral, pretende-se analisar os fatos políticos através do olhar jornalístico da “Coluna do Castello”, buscando destacar os principais acontecimentos elencados por ele e os impactos das principais medidas políticas e governamentais de Goulart no período presidencialista; compreender como os setores políticos da esquerda e da direita interpretavam e reagiam diante das ações do presidente João Goulart até o golpe de 1964.

Assim sendo, esta monografia, instrumentalizada pelo referencial teórico da Nova História Política, procura ampliar o entendimento do período que vai do dia 06 de janeiro de 1963, quando o presidente João Goulart obteve ampla maioria de votos no plebiscito que decretou o retorno do regime presidencialista, até o golpe que o depôs em abril de 1964, através das “Coluna[s] do Castello”, editadas diariamente no *Jornal do Brasil* daquele período.

2 CARLOS CASTELLO BRANCO E A HISTÓRIA POLÍTICA

2.1 O comentário político como ferramenta de interpretação histórica

Carlos Castello Branco ficou conhecido no meio jornalístico por criar um estilo até então único para comentar o dia-a-dia da política nacional. De acordo com Ana Regina Rêgo (2007, p. 1), o gênero jornalístico adotado por ele na “Coluna do Castello” insere-se dentro dos formatos ditos opinativos (RÊGO, 2007, p. 1) e pode ser enquadrado em três categorias, a saber: coluna jornalística, crônica e comentário político. Como coluna, seu trabalho “[...] insinua fatos, lança ideias, sugere situações, com a finalidade de avaliar repercussões” (MELO, apud RÊGO, 2007, p. 7). Como crônica é um relato construído a partir da observação própria e alicerçada nas informações colhidas junto aos protagonistas dos fatos narrados. E como comentário, “[...] mantém a independência em relação à linha do veículo, sendo escrito com técnica livre” (RÊGO, 2007, p. 8). Assim sendo, suas colunas se constituem numa reflexão imediata e paulatina dos fatos em ocorrência naqueles momentos que anteciparam o golpe de março de 1964, em que a dinâmica social e as disputas pelos espaços de poder são interpretadas de forma inter-relacionada, consubstanciadas no confronto ideológico que se desenvolvia e crescentemente se acirrava.

Os gêneros jornalísticos, de acordo com a classificação proposta por Marques de Melo (apud LEAL, 2013, p. 146), se subdividem em: *Jornalismo Informativo*, que engloba as notas, a transcrição de notícias, as reportagens e as entrevistas; *Jornalismo Interpretativo*, que são as análises, os perfis, as enquetes, a cronologia e os dossiês; *Jornalismo Diversional*, composto de histórias de interesse humano e de histórias coloridas; *Jornalismo Utilitário*, que engloba indicadores, cotações, roteiros e serviços diversos; e, por fim, o *Jornalismo Opinativo*, dentro do qual se incluem os editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas. Este último gênero, é o que mais se aproxima do tipo de jornalismo desempenhado por Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil*.

Verifica-se na história da imprensa brasileira que o gênero opinativo, nascido nos jornais ainda no século XIX, sempre esteve relacionado às questões políticas, sociais e/ou partidárias. Em seus primórdios, a notícia se confundia com a opinião, representando, *a priori*, o posicionamento dos proprietários dos jornais. Com a modernização da imprensa, a partir da década de 1950, pretendia-se a separação definitiva entre notícia e opinião. De acordo com

Bahia (apud LEAL, 2013, p. 139), “a divisão de campos coincide com uma experiência política e social que se projeta de fora para dentro do país e o insere no horizonte das sociedades de consumo”. A melhoria das condições técnicas de funcionamento dos meios de comunicação proporcionou uma dinamização do trabalho jornalístico e da produção de notícias. Como assevera Mendoza (apud LEAL, 2013, p. 141), as transformações tecnológicas vieram se somar às mudanças ideológicas e políticas na determinação das alterações na presença do jornalismo opinativo, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Os escritos diários de Castello² no *Jornal do Brasil*, classificados como de gênero opinativo, se conformam como *coluna*³, pois eram publicados regularmente, marcados pela personalidade expressada nas ideias e estilo de escrita do seu autor. Nela se transmitia ou comunicava os novos fatos em evidência, a partir do qual se lançavam ideias ou se conjecturava sobre as hipóteses do porvir imediato, buscando orientar ou esclarecer os leitores sobre os assuntos em voga na área política.

Também constitui uma crônica⁴, pois segue um sentido de relato histórico obedecendo jornalisticamente características que lhe peculiarizam, como a atualidade dos fatos, a oportunidade dos relatos e a ampla difusão. Como partícipe da vida política que pretendia retratar, as colunas de Castello, como crônica jornalística, “realizam uma tradução livre da realidade principal, acrescentando ironia e humor à chatice do cotidiano” (MELO, apud RÊGO, 2007, p. 9). Ana Regina Rêgo (2007, p. 9) defende que Castello torna-se um contador de histórias, utilizando-se de um estilo leve e despojado para retratar a notícia.

Castello, através de sua coluna diária publicada no *Jornal do Brasil*, procurava constantemente captar os fatos políticos, descrevendo-os e interpretando-os de acordo com sua opinião, a ponto de inferir quais seriam os possíveis desdobramentos dos acontecimentos para os leitores. O reconhecimento de Castello como colunista político é obtido a partir de uma ampla visão adquirida ao longo de sua carreira como jornalista, acrescida pela vivência nos meandros do poder, quando exerceu o cargo de Secretário de Imprensa do governo de Jânio Quadros, em 1961. Tal cargo contribuiu para que Castello tivesse acesso privilegiado às

² Neste capítulo adotarei de forma padronizada, a denominação Castello quando for me referir à Carlos Castello Branco.

³ Seção geral assinada e que ocupa uma coluna (uma das faixas ou divisões verticais de uma página de livro, periódico, etc.) ou um grupo de colunas numa publicação. (HOUAISS, 2009, p. 496).

⁴ Coluna de periódicos, assinada, dedicada a um assunto (atividades culturais, política, ciências, economia, desportos etc.) ou à vida cotidiana, contendo notícias, comentários, opiniões, às vezes críticas ou polêmicas. (HOUAISS, 2009, p. 577).

informações sobre os acontecimentos políticos, logo mantinha contato pessoal com as principais fontes relacionadas às decisões partidárias e políticas do país naquele momento. Como profundo observador, torna-se formador de opiniões, tanto pelo delineamento que faz dos fatos, quanto pelas interpretações e até prognósticos tecidos a partir deles.

O comentário jornalístico teve seu espaço ampliado na imprensa brasileira nos anos 1950, a partir das modernizações físicas, técnicas e também da intencionalidade de se realizar um jornalismo mais informativo e objetivo, procurando confrontar e acompanhar a rapidez com a qual as notícias eram veiculadas pelo rádio e pela televisão. O comentário se firma no início dos anos 1960, estabelecendo em definitivo o seu espaço nos periódicos por todo o país. O comentário jornalístico se legitima pelo entendimento de que toda informação é uma interpretação de um fato. Conforme Gomis (apud LEAL, 2013, p. 171), “notícia é a expressão jornalística de um fato capaz de causar interesse e suscitar comentários. Ou, mais brevemente, notícia é um fato que dará o que falar”.

A análise dos comentários políticos de uma época constitui uma prática imprescindível para a interpretação histórica, ainda mais a partir da consolidação desse gênero como importante meio de transmissão dos fatos vividos, interpretados e disponibilizados ao crivo particular dos leitores de sua época. Considerando-se que:

[...] o comentário é um formato eminentemente opinativo que, apesar de oferecer informações e análises, baseia-se em uma estrutura argumentativa, indicando a um ponto de vista, com o fim de orientar a Opinião Pública. Na elaboração do comentário, é o suporte que determina os recursos possíveis a serem utilizados. O profissional jornalista é o principal elemento deste processo, pois dele depende o respeito aos temas de interesse público, a qualidade técnica do texto, a veracidade das informações, a responsabilidade nas análises e a contextualização dos fatos, elementos cruciais para a elaboração de um bom comentário (LEAL, 2013, p. 177).

Como ferramenta de interpretação histórica, a análise dos comentários requer um entendimento sobre o lugar social, a formação teórica e profissional e as concepções ideológicas do seu(s) autor(es), de modo a identificar os componentes das particularidades individuais que influenciaram na construção das ideias e na elaboração das interpretações. Portanto, faz-se necessário revisarmos a trajetória de vida e as experiências profissionais do personagem central deste estudo.

2.2 O jornalismo político de Carlos Castello Branco: sensibilidade e inserção nos meandros do poder

Carlos Castello Branco nasceu em 25 de junho de 1920, na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. Era oriundo de uma família tradicional no Estado, sendo seu pai Desembargador. Leal (2013, p. 31) classifica sua origem como de classe média. Favorecido pela ascendência econômica e política de sua família, teve amplo acesso aos estudos, formando-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em Minas Gerais, no ano de 1943. É neste período como estudante, a partir de 1939, que inicia sua carreira como jornalista, empregando-se no jornal *Estado de Minas* com o fim de ajudar no custeio de suas despesas. Possuidor do hábito da leitura, adquirido pela influência familiar e pelo convívio cultural a partir das relações políticas e sociais do seu progenitor, Castello desde cedo se encantou com a literatura. E os contatos com os professores do seu curso de Direito lhe despertaram o interesse pela política (LEAL, 2013, p. 37 e 40). Com uma escrita bastante fluida e estilo objetivo, o jovem piauiense se firma como jornalista, ampliando seus contatos junto aos profissionais de imprensa, o que o leva, após a conclusão de seu curso, a não exercer a advocacia e a dedicar-se integralmente ao jornalismo.

A formação de sua intelectualidade inicia-se com o convívio em sua residência com figuras proeminentes da literatura piauiense, como Clodoaldo Freitas, Lucídio Freitas, Higino Cunha, e outros escritores e poetas. Daí surge suas pretensões literárias, reforçada pela constante leitura de livros existentes na biblioteca de sua família, no que era sempre incentivado pelo pai. Tendo uma criação tradicional, coerente com a posição social na qual se inseria, foi submetido à formação católica, cujas práticas e concepções posteriormente abandonou (LEAL, 2013, p. 37). No Liceu Piauiense, cursando o ginásio, produziu seus primeiros textos literários e teve seu primeiro contato com os jornais, escrevendo para o órgão *A Mocidade*, da Associação dos Estudantes Secundaristas de Teresina. Também fundou, junto com colegas do curso, a Academia Liceística de Letras e mesmo após concluir os estudos, em Teresina, continuou contribuindo com a redação de crônicas para o jornal *O Tempo* (LEAL, 2013, p. 33). Optou pela formação superior no campo jurídico através da influência paterna e também por ser, à época, o principal caminho de acesso à cultura e à prática literária que tanto lhe agradava.

No período em que morou em Belo Horizonte, de 1937 a 1945, Castello cursou a Faculdade de Direito de Minas Gerais, se formando em 1943, com 23 anos de idade. Motivado

por necessidades financeiras, conseguiu um emprego como repórter de polícia no jornal *Estado de Minas*. Foi admitido após realizar um estágio e ter sido selecionado para a vaga de repórter por ter uma escrita “simples” e direta, atestando seu caráter de síntese e objetividade. Posteriormente, foi destacado para cobrir o noticiário internacional sobre a Segunda Guerra Mundial, o que lhe aproximou, pela primeira vez, da política naquele periódico. Após o término da ditadura do Estado Novo, durante o qual foi vitimado pela censura, teve suas primeiras experiências com o jornalismo opinativo ao escrever os editoriais do *Estado de Minas*, inserido na efervescência do quadro político brasileiro, com eleições presidenciais, legalização do Partido Comunista no Brasil, e grande mobilização social a partir da nova ordem política que se instituía no país.

O convívio acadêmico e as relações de amizade que Castello estabeleceu em Belo Horizonte motivaram seu interesse pela política. Pedro Aleixo, diretor do *Estado de Minas*, Milton Campos e Bilac Pinto, entre outros professores de sua Faculdade de Direito, eram também políticos. Ainda, pode-se apontar Rondon Pacheco, futuro Governador de Minas Gerais, Oscar Dias Correa e Armando Rollemberg, com os quais mantinha sólida amizade. Segundo Grinberg (2011, p. 3), foi nos anos que estudou e trabalhou em Belo Horizonte que provavelmente se firmaram suas convicções liberais e democráticas, pela proximidade com políticos da União Democrática Nacional (UDN), da qual se tornou simpatizante. No *Estado de Minas*, aprendeu o ofício jornalístico com a prática, e também com a convivência ao lado de jornalistas experientes na área política, dentre eles Carlos Lacerda⁵. A convite de Lacerda, Castello trabalharia ainda em Belo Horizonte como secretário da *Agência Meridional de Notícias*, também pertencente ao grupo *Diários Associados*⁶, de Assis Châteaubriant, assim como o jornal *O Estado de Minas*. E é motivado por um convite de Carlos Lacerda para trabalhar no periódico *Diário Carioca*, na capital federal, que Castello deixa definitivamente as Minas Gerais.

⁵ Carlos Frederico Werneck de Lacerda, jornalista e político carioca, fundador e dono do periódico *Tribuna da Imprensa* (1949), exerceu diversos cargos pela União Democrática Nacional (UDN), entre eles o de Governador do então Estado da Guanabara, entre 1960 a 1965. Teve papel central na política brasileira durante todo o período democrático de 1945 a 1964, caracterizando-se como político de extrema direita. Defendia constantemente alternativas antidemocráticas, como golpes militares, e era ferrenho opositor dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, o que lhe deu a alcunha de “demolidor de presidentes”. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 66).

⁶ Os *Diários Associados* eram um conglomerado de comunicações que englobavam até 90 empresas, como jornais periódicos, rádios e emissoras de televisão. Tiveram seu auge de alcance e poder, através de seu proprietário, Assis Châteaubriant, nos anos democráticos de 1945 a 1964. Entrou em declínio com o advento do período ditatorial militar a partir de 1964 (LEAL, 2013, p. 44).

Em 1945, Castello se mudou para o Rio de Janeiro para trabalhar no jornal *Diário Carioca*. No entanto, por causa do pedido de demissão de Carlos Lacerda deste periódico, Castello acabaria por assumir a subsecretaria de *O Jornal*, e, segundo Leal (2013, p. 46), foi ali, no ambiente de trabalho, que ele conheceu sua futura esposa, Elvia Lordello, com quem se casou, em 1948. No Rio de Janeiro, Castello ampliou sua produção jornalística pela escrita em diversos gêneros e estabeleceu novas relações pessoais, fator determinante para o seu sucesso como jornalista político em futuro breve.

Como jornalista político, Castello ganhou notoriedade a partir do seu retorno ao *Diário Carioca*, em 1950, ao assumir a chefia de reportagem política, sendo incumbido de diferentes gêneros jornalísticos, como reportagens, notícias e redação de editoriais. Como editor de política deste periódico, Castello destacou-se devido ao seu talento já notório, firmando-se definitivamente na área de redação política. Foi no *Diário Carioca* que ele estabeleceu relações com a equipe de Jânio Quadros, quando de sua campanha para prefeito de São Paulo, ao cobrir a jornada política do futuro Presidente da República que se elegeria em 1960. Destas relações surgiu o convite para Castello assumir a Secretaria de Imprensa, em 1961. Ele permaneceu no *Diário Carioca* até aquele ano, deslocando-se para Brasília para exercer novas funções em sua carreira.

Em 1953, Castello assumiu a editoria do Jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda, e passou também a redigir para os jornais *A Noite* e *Estado de São Paulo*, e para as revistas *O Cruzeiro*, *Comício*, *Manchete* e *Revista da Semana*. Leal (2013, p. 49) afirma que, em 1954, em *O Cruzeiro*, foi que Castello iniciou o trabalho como analista político, quando ficou encarregado da seção de política, na qual permaneceu até 1963, afastando-se apenas no período em que exerceu o cargo de Secretário de Imprensa de Jânio, em 1961. Nesta publicação semanal, Castello “explorou as possibilidades da análise e da especulação aos extremos limites da antecipação dos desdobramentos” (JORNAL DO BRASIL, apud LEAL, 2013, p. 49). Na sua coluna política, estabeleceu um formato analítico e interpretativo, no qual procurava valorizar a informação considerando sua importância e suas possíveis consequências. Organizada em quatro páginas, a coluna continha um espaço destinado às matérias de avaliação, denominado “Análise de Conjuntura”, e uma seção com diversas notas noticiosas, denominada “Em Confiança”.

Segundo Leal (2013, p. 50), este trabalho era desenvolvido no mesmo período em que Castello elaborava sua seção de política no *Diário Carioca*, sempre com o cuidado de não repetir matérias ou análises. Tal desenvoltura explica-se através da capacidade inata e da habilidade desenvolvida ao longo do tempo para escrever e interpretar a notícia, bem como pela

ampla teia de relações estabelecidas nos anos de exercício do jornalismo político. Leal (2013, p. 50) destaca as próprias palavras de Castello: “Como eu tinha muita convivência com os políticos, trabalhava com abundância de informações. Eu fazia uma seção no *Diário Carioca*, as quatro páginas de *O Cruzeiro* e ainda sobrava matéria”.

Em 1961, a partir de relações profissionais e de amizade construídas com assessores e com o próprio Jânio Quadros, Castello é convidado para assumir o cargo de Secretário de Imprensa da Presidência da República e se muda para Brasília. A nomeação se dá após Castello cobrir a campanha do então candidato Jânio Quadros pela revista *O Cruzeiro*. A sugestão de seu nome foi intermediada pelo seu amigo e jornalista mineiro José Aparecido de Oliveira, político udenista e assessor direto do novo presidente. Neste cargo, Castello atuou como mediador de informações, semelhante à função de um profissional de Relações Públicas:

Concebia minhas funções como de ligação entre o governo e a imprensa, para informar com correção e abundância possível, de maneira que as versões oficiais dos acontecimentos estivessem sempre presentes e dominassem, se possível, o espaço do noticiário (CASTELLO BRANCO, apud LEAL, 2013, p. 63).

Segundo Leal (2013, p. 66), Castello, como Secretário de Imprensa da Presidência da República, organizava entrevistas coletivas, elaborava documentos oficiais, realizava o credenciamento de jornalistas para o acesso ao Palácio, auxiliava na produção dos discursos presidenciais e revisava as notas oficiais e informações disponibilizadas para divulgação tanto nos órgãos oficiais de imprensa como nos jornais, rádios e redes de televisão. Mas, sua iniciativa mais importante no cargo de Secretário de Imprensa foi a tentativa de criação de uma Agência Internacional de Informações com o objetivo de, através da iniciativa privada, superar um óbice existente nos serviços nacionais de informações, modernizando-os e estabelecendo quadros de correspondentes de notícias nos principais centros mundiais de informações. Para Leal (2013, p. 73), tal iniciativa não logrou sucesso pelo pouco interesse demonstrado pelo empresariado do ramo das comunicações, e foi definitivamente encerrada logo após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Após a renúncia de Jânio Quadros, ele voltaria a trabalhar para *O Cruzeiro*, e receberia no ano seguinte, um convite para redigir uma coluna política no jornal *Tribuna da Imprensa*, que havia sido vendido por Carlos Lacerda e passava a integrar o grupo do renovado *Jornal do Brasil*. Surgia, em 1962, a *Coluna de Brasília* que após seis meses, pela venda subsequente da *Tribuna* a outro grupo, seria transferida para o *Jornal do Brasil* (LEAL, 2013, p. 84). Com este episódio, Castello acabaria por assumir a sucursal deste periódico em Brasília (LEAL, 2013, p.

84). A *Coluna de Brasília* se manteve, e em 03 de janeiro de 1963 ela começou a ser publicada no formato e no nome que a consagrou: “Coluna do Castello”. Segundo Leal (2013, p. 84), este nome veio de uma discussão entre Castello e Alberto Dines, editor chefe do jornal, e por decisão deste, a quem o nome anterior da coluna não agradava: “[...] Então, qual o nome? Castello lembrou de um combativo jornalista americano, Max Lerner, cujos artigos eram distribuídos a dezenas de jornais sob a rubrica *The Max Lerner Column*. Sapequei: ‘Coluna do Castello’” (DINES, apud RÊGO, 2007, p. 3).

Desde o seu início com o novo formato, a “Coluna do Castello” obteve grande aceitação no público leitor. Com a experiência adquirida ao longo dos anos no jornalismo político, aliada a sua capacidade de escrita que conjugava objetividade com sensibilidade na percepção e expressão, tanto do todo como das particularidades dos fatos políticos, alicerçada pelo amplo leque de informações à que tinha acesso, Castello estabeleceu com o leitor de sua coluna uma janela para o desvelamento das altas esferas da política nacional, de maneira que a “Coluna do Castello” tornou-se, tanto para o leitor como para os próprios atores políticos, um termômetro pelo qual poderia se aferir as temperaturas dos embates travados dentro do poder e os seus impactos em diversos setores da sociedade. Segundo Hélio Pellegrino (apud LEAL, 2013, p. 83): “[...] com ele, o jornalismo se resgatava da fugacidade inerente, para transformar-se em História permanente”. Com estilo inovador e direto, a “Coluna do Castello”, alicerçada na credibilidade das fontes, se tornou uma referência relevante no jornalismo político a partir de então.

Foi um sucesso a partir do primeiro dia. Castello encontrou imediatamente a entonação apropriada _ [sic.] informação de bastidores combinada à análise personalizada, distanciamento crítico e malícia. Tudo isso num estilo enxuto e aliciante. O leitor saía da primeira página e, em seguida, mergulhava no emaranhado da política explicado por um escritor de talento (DINES apud LEAL, 2013, p. 85).

Conforme Leal (2013, p. 85), a “Coluna do Castello” veio se juntar às inovações introduzidas por Alberto Dines no *Jornal do Brasil*. Novos departamentos de pesquisa foram criados. A linguagem foi modificada, transformando-se de rebuscadas, quase ininteligíveis e pouco atraentes para a massa de leitores, para uma forma de comunicação mais simples e direta, com uma melhor compartimentação das reportagens, artigos, colunas e matérias, possibilitando uma visualização mais agradável.

A “Coluna do Castello”, escrita diariamente por mais de trinta anos, perpassou por um dos períodos mais intensos da história brasileira. De acordo com a análise de Leal (2013, p.

181), ela atravessou quatro fatos históricos marcantes: o período do governo presidencialista de João Goulart que levou ao golpe civil-militar de 1964; a radicalização do regime ditatorial com a decretação do Ato Institucional Nº 5; o período de transição para a abertura política a partir do governo de Ernesto Geisel; e, por fim, o período de redemocratização a partir do início do governo de José Sarney.

A partir dos momentos históricos vividos e interpretados por Castello, Leal (2013) divide a “Coluna do Castello” em quatro fases, a saber: a primeira, do período presidencialista de João Goulart até a decretação do Ato Institucional No. 5, em 1968; a segunda, do AI-5 até o fim do governo do presidente Médici, em 1973; a terceira, do início do governo Geisel em 1974, até o fim do governo do presidente Figueiredo, em 1984; e a quarta, do início do governo do presidente Sarney, a partir de 1985 até o fim da coluna, em 1993. A escrita jornalística de Castello teve em cada momento vivenciado, diferentes estratégias de transcrição, análise e transmissão das notícias e das interpretações de seu autor. O próprio Castello afirma que a sua coluna, entre o governo de João Goulart e o AI-5, foi “densamente informativa e ostentamente formativa” (LEAL 2013, p. 87). Após o fechamento total do regime militar, com o recrudescimento da censura à imprensa, novas estratégias tiveram que ser desenvolvidas para a redação das matérias. Ainda nas palavras de Castello (apud LEAL, 2013, p. 87): “Tive que partir para a informação implícita. Me tornei quase um ensaísta, pra poder transmitir minhas informações em mensagem cifrada”. Quando começou a total censura da imprensa pelos órgãos de repressão da ditadura militar, após o AI-5, Castello, como defensor da liberdade de imprensa, procurou sempre manter sua autenticidade. Por diversas vezes teve que prestar depoimentos à polícia política e chegou a ficar preso pelo regime militar em algumas ocasiões. Apesar das pressões, a “Coluna do Castello” se manteve impressa no *Jornal do Brasil* porque foi autorizada pelos militares no período da ditadura em função seriedade do conteúdo jornalístico nela impressa e da ampla credibilidade de que gozava no meio político e na sociedade. Leal (2013, p. 91) explica que ao governo não interessava suspender a publicação da coluna editada por Castello, mas, sim, discipliná-la.

A gente vai agindo instintivamente, vai experimentando as resistências, vendo como é que pode dizer aquilo que não pode ser dito. Chega um momento em que temos que ser sutis, senão estamos liquidados. (CASTELLO BRANCO, apud LEAL, 2013, p. 88).

Segundo Leal (2013, p. 92), o “afrouxamento” da censura, a partir de 1974, deu novos ares a “Coluna do Castello”, que passou a ser transcrita por diversos jornais em todo o país,

tornando-se referência na política brasileira, a ponto de exercer influência no poder constituído. Quando o presidente Geisel enfrentou dificuldades em convencer a opinião pública da intencionalidade real do seu governo em promover a abertura política, o Ministro da Justiça, Petrônio Portela, o aconselhou, em 1974, que “só havia um homem no Brasil capaz de convencer que o presidente queria mesmo fazer a abertura: seria Castello” (PEREIRA, apud LEAL, 2013, p. 92).

Também faz parte do currículo de Castello, o exercício da presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, entre 1976 e 1980, e a eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 1982, ocupando a cadeira de nº 34. Contou para essa deferência, suas obras publicadas, que foram: *Continhos Brasileiros* (1952), *Arco de Triunfo* (1959), *Introdução à Revolução de 1964*, em dois volumes (1975), *Os Militares no Poder*, em quatro volumes (1977, 1978, 1980, 1981), *Retratos e fatos da história recente* (1994), e *A renúncia de Jânio* (1996), publicado postumamente. Mas, o ponto determinante para seu ingresso na ABL, foi o seu trabalho jornalístico e, para alguns, o seu grande círculo de amizades no meio político. A vivência de Carlos Castello Branco consubstanciou suas ideias, afirmações e negações, mesmo que permeadas pela cautela e discrição no ato da escrita. Nas palavras de Leal (2013):

Castello pertenceu a ‘uma geração atormentada e aflita’, que se defrontou com as revoluções de 1930, 1932 e 1935; com o Estado Novo de 1937; com o “putsch” integralista de 1938; com a Segunda Grande Guerra de 1939 a 1945; a deposição de Getúlio em 1945; a sua volta triunfal em 1950 e seu dramático suicídio em 1954; a derrubada de dois presidentes: Carlos Luz e Café Filho, em 1955; a tumultuada posse de Juscelino Kubitschek, em 1956; as revoltas de Jacareacanga em 1956, de Aragarças em 1959 e a inauguração de Brasília em 1960; a renúncia de Jânio, em 1961; a destituição de João Goulart em 1964; os 21 anos de governos militares de 1964 a 1985; a doença, o sofrimento e a morte de Tancredo em 1985 e o impedimento de Collor em 1992. A esta relação de fatos, acrescenta-se ainda as três Constituições Brasileiras (1946, 1969 e 1988) e as mudanças da economia nacional, com a adoção de sete moedas (Mil-réis, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo, URV e Real), que refletiam a instabilidade econômica porque passava o país. (LEAL, 2013, p. 30).

Castello faleceu aos 73 anos de idade em 01 de junho de 1993, exercendo a profissão de jornalista durante mais de 54 anos. (LEAL, 2013, p. 29). O grande amor que sentia pela profissão o fez escrever a “Coluna do Castello” até o dia 20 de maio de 1993, já bem próximo de sua morte.

2.3 João Goulart no sistema presidencialista: tensões e conflitos

O presidente João Goulart,
um dia falou na TV,
que a gente ia ter muita grana,
para fazer o que bem entender.
Eu vi um futuro melhor,
no painel do meu Simca Chambord.
(HUMMEL; NOVA, 1986, Faixa 1).

João Belchior Marques Goulart, nascido em São Borja (RS), em 1919, ganhou grande notoriedade no cenário político nacional a partir da sua atuação como Ministro do Trabalho, em 1953, no segundo governo do presidente Getúlio Vargas. Oriundo de uma família de estancieiros, proprietário de terras, João Goulart ingressou na política através do apadrinhamento de Getúlio Vargas, a quem conheceu, em 1945, pelas relações familiares (FERREIRA, 2011, p. 52). Alavancado pela proeminente figura do ex-presidente Getúlio Vargas, elegeu-se, em 1947, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como Deputado Estadual e, em 1950, trabalhou ativamente na campanha de Getúlio Vargas e se elegeu Deputado Federal. João Goulart despontou como uma nova liderança após exercer o cargo de Secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, e ser indicado pelo presidente Getúlio Vargas e escolhido pela bancada do PTB, em 1952, como presidente deste Partido. Segundo Delgado (apud FERREIRA, 2005, p. 102), esse seria um momento histórico na trajetória do PTB, ou seja, “significava o início de uma renovação de seus quadros dirigentes e de bases e também uma adoção preliminar, mesmo que ainda frágil, de uma nova linha de ação que se consolidaria ao longo da história petebista”. Em junho de 1953, Getúlio Vargas nomeou João Goulart como Ministro do Trabalho e foi nesta função que ele ganhou notoriedade nacional:

Sua gestão foi impactante, sobretudo porque alterou as relações então entre governo e movimento sindical. Foi nesse momento que a oposição civil e militar ao trabalhismo e ao getulismo descobriu Goulart. Seus críticos criaram imagens extremamente negativas para Jango⁷: seria um homem despreparado demagogo, manipulador dos trabalhadores, corrupto, etc. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 50).

Deixando o Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954, sob as pressões políticas que supostamente levariam Getúlio Vargas ao suicídio, João Goulart reapareceu no cenário nacional

⁷ Como era chamado popularmente João Goulart.

ao conseguir se eleger Vice-Presidente da República, em 1955, na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, oriunda da aliança do PDT com o PSD, com uma votação superior ao do próprio Presidente. Novamente, em 1960, foi eleito como Vice-Presidente, na chapa encabeçada pelo general Lott, vencida pelo candidato udenista, Jânio Quadros⁸.

A partir de um fato político inesperado, a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart passaria a ocupar o centro da trama política brasileira. O Brasil vivia uma crise econômica e financeira: aumento da inflação, diminuição do crescimento econômico e aumento da dívida externa, problemas estes que já vinham da gestão anterior, do governo de JK (1956-1960). O presidente Jânio Quadros, enfrentando também dificuldades políticas pela falta de uma maioria de votos no Congresso e pela forte oposição ao seu governo, decidiu renunciar do cargo de Presidente da República, no dia 25 de agosto de 1961. No momento da renúncia, o vice-presidente Goulart encontrava-se em Cingapura, retornando de uma viagem diplomática e comercial à China.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, instala-se uma grave crise política, pois os setores conservadores e a liderança militar não concordavam que João Goulart, Vice-Presidente eleito, assumisse a Presidência da República. Para tanto, uma Junta Militar foi composta, e ela que passou a exercer efetivamente o poder (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 30). Para Argelina Figueiredo (apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 30), os militares objetivaram dar um “golpe de baixo custo”, pressionando o Congresso para que declarasse o *impeachment* de Goulart, sem a necessidade do emprego de tropas.

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 41), amplos setores da sociedade se mobilizaram com o objetivo de manter a ordem constitucional e empossar João Goulart, ainda em 1961. Igualmente relevante foi a campanha liderada por Leonel Brizola⁹ através do rádio, cujas transmissões de seus discursos a favor de Goulart alcançaram boa parte do país, no que se denominou de “Rede da Legalidade”. Os historiadores Ferreira e Gomes (2014, p. 42) afirmam que “sem dúvida, as bandeiras da legalidade e da manutenção do processo democrático foram as responsáveis pelo sucesso da campanha em defesa da posse do presidente”. Mas, a crise

⁸ Nestas eleições, bem como nas anteriores, regidas pela Constituição de 1946, os votos para a presidência e vice-presidência da República eram desvinculados, permitindo que fossem eleitos candidatos oriundos de coligações diferentes, possibilitando inclusive a reeleição do Vice-Presidente (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 22).

⁹ Leonel de Moura Brizola, político gaúcho, foi um dos fundadores do PTB, em 1945, no seu Estado de origem. Exerceu mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Prefeito de Porto Alegre. Em 1958 foi eleito para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do qual se tornou uma das principais lideranças da esquerda brasileira. Em 1962 elegeu-se como Deputado Federal pelo então Estado da Guanabara (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 38).

política só foi solucionada com a instituição do regime parlamentarista, que limitaria os poderes do Presidente da República, acalmando os setores conservadores.

Assumindo a presidência em 7 de setembro de 1961, Goulart se esforçaria para reaver seus plenos poderes como Presidente. Para tal, fazia-se necessário neutralizar a animosidade expressada pelos militares e outros setores conservadores. Neste contexto, Skidmore (2010, p. 258) explica que “[...] primeiro, o novo presidente tinha que provar sua ‘respeitabilidade’ perante os tradicionais árbitros do poder”. Também era fundamental conseguir o apoio parlamentar, através do estabelecimento de uma maioria no congresso. Trabalhando em uma “política de conciliação”, Jango retomou a antiga aliança PSD-PTB e conseguiu seu intento.

A crescente insatisfação política com o regime parlamentarista, aliada a uma opinião pública favorável ao retorno do regime presidencialista, acabou levando o Congresso Nacional a autorizar a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963¹⁰. Desta forma, em 6 de janeiro de 1963, ocorreu o plebiscito que, por ampla margem de votos, restituiu os plenos poderes presidencialistas a João Goulart.

O prestígio de Jango, em início de 1963, era imenso e incontestável. Porém, é preciso lembrar que outros partidos políticos e importantes lideranças, como JK e até Carlos Lacerda, tinham interesse no retorno do presidencialismo, pois estavam de olho nas eleições de 1965. O resultado do plebiscito, portanto, deve ser entendido nesse contexto (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 141).

Este momento praticamente coincide com o início da publicação diária da “Coluna do Castello” no *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1963. A partir do retorno do regime presidencialista, uma nova dinâmica se estabelece na cúpula do poder político nacional, pois, pela primeira vez, um político sustentado por setores vinculados à esquerda alcançava a Presidência da República. Uma das primeiras iniciativas governamentais do presidente Goulart, agora como plenos poderes, foi consolidar e ampliar suas bases políticas. Sendo assim, compôs seu ministério também com políticos de expressão do PSD, procurou estabelecer um respaldo militar através da nomeação do general Amaury Kruehl para o Ministério da Guerra, e, por fim, estabeleceu seu plano de governo consubstanciado no “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social”. Este plano era “o coração de sua plataforma governamental como Presidente da República” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 145).

¹⁰ Inicialmente era previsto o plebiscito apenas para o último ano do mandato do presidente Goulart, em 1965 (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 113).

Pode-se depreender, a partir de Marieta de Moraes Ferreira (2006, p. 28), que João Goulart tinha como objetivo primordial na sua vida pública, realizar transformações estruturais e institucionais que traduzissem em desenvolvimento e diminuição da desigualdade social. As “Reformas de Base”, ponto central da política do presidente Goulart, eram afinadas com o trabalhismo¹¹, e inspiradas numa economia nacional-estatista¹². Envolveu a reforma bancária, a reforma eleitoral, a reforma do estatuto do capital estrangeiro, a reforma urbana e, especialmente, a reforma agrária (REIS, 2014, p. 33). Esta última, segundo Reis (2014, p. 33), objetivava “criar uma nova classe de pequenos proprietários no campo, rompendo com o monopólio da terra, e atingindo as bases de sustentação do latifúndio, ao mesmo tempo em que ampliaria o mercado interno, viabilizando o desenvolvimento industrial aut centrado”. Para os trabalhistas e a esquerda em geral, as reformas realizariam as alterações estruturais necessárias, que permitiriam o estabelecimento da justiça social e do desenvolvimento econômico livre da dependência estrangeira. Mas, para torná-las exequíveis, fazia-se necessário estabilizar a economia.

Em janeiro de 1963, foi elaborado, por Celso Furtado (Ministro extraordinário do Planejamento) e San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda), o “Plano Trienal” que tinha por finalidade:

[...] a melhoria dos indicadores de crescimento e [a] distribuição de renda, mas enfatizando a necessidade de combater a inflação e equilibrar as contas a curto prazo. [...] Apregoa-se agora que não só a estabilidade é compatível com as reformas, mas seu pré-requisito; seria impossível retornar às taxas históricas de crescimento do país com inflação, déficit público e saldos negativos no balanço de pagamentos crescentes. (FONSECA, apud BASTOS; MELO; ARAÚJO, 2006, p. 95).

Ferreira e Gomes (2014, p. 145) apontam ainda que, além das finalidades econômicas diretas, o “Plano Trienal” buscava “conquistar o apoio político dos setores conservadores da sociedade” e “ganhar a confiança dos credores internacionais, para obter recursos financeiros e renegociar a dívida externa”, objetivos que foram inicialmente alcançados. No entanto, sob o ponto de vista econômico, o plano não alcançou a sua meta. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 151), as esquerdas boicotaram o “Plano Trienal”, considerando-o subserviente aos interesses

¹¹ Base doutrinária de vários partidos políticos que concedem grande destaque aos direitos dos trabalhadores, dos operários (HOUAISS, 2009, p. 1861).

¹² Expressão sugerida por Daniel Aarão Reis Filho (FERREIRA, 2005, p. 12), que refere-se à formulação de programas políticos e econômicos autonomistas em torno da estruturação de um Estado nacional (REIS, 2014, p. 19).

do capital e da elite conservadora. Assim sendo, o plano apenas oprimiria a população, e não alcançaria seus reais objetivos, à época, contornar a crise econômica brasileira. Em destaque, os comunistas, o CGT¹³, Francisco Julião¹⁴ e o deputado Leonel Brizola se manifestaram contrários ao plano, gerando um impasse que acabou por levar à sua falência em maio de 1963.

O presidente Goulart insistiu na estratégia política de ampliação da sua base governamental, procurando trazer para ela o setor mais progressista do PSD. E as medidas econômicas iniciais do governo Goulart se alinhavam com os posicionamentos desta ala, num esforço de não “assustar” os setores conservadores da sociedade brasileira. Era uma política de “conciliação”, que desagradava os setores mais radicais da esquerda, que entendiam que o país vivia um momento em que o enfrentamento entre as classes era inevitável, e que o engajamento das classes populares poderia, enfim, vencer as “forças retrógradas” da sociedade. As esquerdas mais extremadas condenaram a política de “conciliação” de Goulart e estabeleceram uma forte oposição ao seu governo, acentuando a polarização dos embates políticos no congresso e na sociedade.

Os setores conservadores da sociedade brasileira eram compostos por uma parcela do empresariado e os proprietários de terras representados pelos latifundiários que, no Congresso, se amparavam na UDN e na ala mais conservadora do PSD. Na UDN, destacava-se a liderança de Carlos Lacerda, que com um discurso inflamado, alcançava grande repercussão, notadamente na extrema-direita. Uma parcela dos setores militares e da Igreja também engrossava a ala conservadora. Entre os militares, um setor não hegemônico, mas bem definido, já se posicionava como conspirador desde a crise política do segundo governo de Getúlio Vargas. A Igreja continuava sendo formada por uma maioria conservadora, porém “nela havia pluralidade de tendências, não podendo ser vista como uma instituição homogênea, que atuou no campo golpista, como algumas versões interpretativas desse período consideram” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 71). Ideologicamente, estes setores foram unificados por duas instituições criadas para difundir ideias anticomunistas, disseminar os valores do capitalismo e do livre mercado, e propor ações de combate ao avanço das esquerdas. Estas instituições eram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, e o Instituto de Pesquisas

¹³ O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a maior central sindical do país do período, foi criada em agosto de 1962 a partir das lutas sindicais e conquistas trabalhistas capitaneadas pelo PTB e PCB, sendo dirigida por sindicalistas dos dois partidos (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 80).

¹⁴ Francisco Julião Arruda de Paula, pernambucano, formado em direito, elegeu-se Deputado Federal em 1954 pelo Partido Socialista Brasileiro. Destacou-se na luta em prol do homem do campo, fundando a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco, que se tornou o modelo para o surgimento das Ligas Camponesas. Caracterizou-se pelo radicalismo em seus discursos e ações (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 131).

e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Segundo René Dreyfuss (apud FERREIRA, GOMES, 2014, p. 66), estes institutos eram financiadas por empresas privadas brasileiras e estrangeiras, e também pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA).

[...] o “complexo IPES-IBAD” estabeleceu uma ampla e diversificada rede de aliados e se utilizou de vasta campanha publicitária, difundindo amplamente mensagens anticomunistas. O objetivo era convencer a sociedade brasileira de que ela estava em vias de perder valores como os da liberdade e democracia, pois Goulart tinha o objetivo precípua de comunizar o país. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 71).

A esquerda contava, no início dos anos 1960, com um número amplo de representantes no seio da sociedade. No congresso, sua grande representatividade foi unificada na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), composta por congressistas de diversos partidos, mas liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja liderança mais expressiva e radical era o deputado Brizola. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo na ilegalidade, tinha grande alcance nas instituições sindicais e apoiava todas as instituições e associações que lutavam pelas reformas: “[...] trabalhava para forçar a adoção de um governo ‘mais nacionalista e democrático’ dentro da estrutura existente” (SKIDMORE, 2010, p. 268). O CGT era a maior central sindical do país e com grande poder de mobilização da classe operária. As Ligas Camponesas, por sua vez, tornaram-se cada vez mais ativas no campo, e a partir da liderança de Francisco Julião, radicalizaram suas ações objetivando a execução da reforma agrária “na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 131). Miguel Arraes¹⁵, liderando o Partido Social Trabalhista (PST), tornou-se bastante popular na defesa dos direitos dos trabalhadores, particularmente no campo, e com sua atuação no governo do Estado de Pernambuco, ele ganhou projeção nacional, tornando-se uma das principais lideranças da esquerda.

Ainda, compunham a esquerda, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que atraiu “a participação e o engajamento dos estudantes mais politizados” (FERREIRA, 2011, p. 353). Ela foi hegemônica a partir do início dos anos 1960, pela Juventude Universitária Católica (JUC), originária da esquerda católica e que depois passou a ser denominada de Ação Popular (AP),

¹⁵ Miguel Arraes de Alencar, político pernambucano, defensor das lutas dos trabalhadores, especialmente dos canaviais, elegeu-se Deputado Estadual, Prefeito de Recife, e em 1962, Governador do Estado de Pernambuco. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 82).

mais afinada com o PCB. Também inseridos na Igreja Católica havia os que se identificavam com as ideias da esquerda a partir da Doutrina Social da Igreja e do Concílio Vaticano II¹⁶.

Nas fileiras das Forças Armadas, parcela de seu efetivo simpatizava com os ideais progressistas, ganhando destaque, a partir da crise política de agosto de 1961, os subalternos (cabos, sargentos e sub oficiais), que passaram a se organizar em associações (FERREIRA, 2011, p. 353). Apesar de fortalecidas, as esquerdas não se apresentavam homogêneas. “Embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerdas e os representantes do nacionalismo formaram, no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de ‘coalizão radical pró-reformas’” (FERREIRA, 2011, p. 352). Esta coalizão, radicalizada, tomou forma mais consistente com a criação da Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança do deputado Brizola, no início de 1963.

De acordo Ferreira e Gomes (2014, p. 179), o enfraquecimento definitivo do governo Goulart e o aprofundamento da radicalização que passou a dominar o cenário político e acabou por isolar o Presidente da República, ocorreu a partir da rebelião dos sargentos, em Brasília, e do pedido de instalação do estado de sítio ao Congresso Nacional, nos meses de setembro e outubro de 1963. A rebelião ocorreu após o Supremo Tribunal Federal ter julgado como improcedente o processo que pleiteava a elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas. Na noite do dia 11 para o dia 12 de setembro de 1963, um grupo de aproximadamente 600 sargentos da Aeronáutica e da Marinha tomou de assalto alguns quartéis e prédios públicos de Brasília, culminando na ocupação do Ministério da Marinha, na invasão da Câmara de Deputados e do Supremo Tribunal Federal, e na prisão dos presidentes de ambas as casas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 180). Após ser sufocado o movimento ainda no dia 12 de setembro, e efetuada a prisão dos seus participantes, as esquerdas passaram a defender os sargentos, exigindo a anistia e apoiando a causa pela qual lutaram.

Ferreira (2011, p. 371) julga que este episódio causou graves consequências políticas, pois, a partir dele, disseminou-se a desconfiança da oficialidade, e afirma que: “para uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável, verdadeiramente insuportável” (FERREIRA, 2011, p. 371). Então, a partir deste evento de setembro de 1963, segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 182), “a direita golpista passou a dispor de argumentos sólidos e concretos para levar adiante seus planos contra o governo Goulart”.

¹⁶ O Concílio Vaticano II, ocorrido entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, realizou uma ampla reforma na Igreja, e colocou a questão da justiça social e dos direitos humanos em evidência, priorizando-os. (GOMES, 2014, p. 37).

De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 187), outros motivos que acentuaram o desgaste do presidente Goulart foram os acontecimentos que envolveram o pedido ao Congresso, da decretação do Estado de Sítio. No dia 01 de outubro de 1963, Carlos Lacerda publicou no seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, a entrevista que havia concedido ao periódico *Los Angeles Times*. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 187), Lacerda insulta violentamente o presidente Goulart e “pede a intervenção do governo norte-americano no processo político brasileiro”. Os ministros militares ficaram indignados com as declarações do Governador da Guanabara. Segundo Skidmore (2010, p 306), Lacerda afirmou que Jango só continuava no poder porque os militares hesitavam em removê-lo, o que colocou em dúvida a coragem dos membros das Forças Armadas. O presidente Goulart, pressionado pelo alto comando da Marinha e do Exército, encaminhou ao Congresso o pedido de estado de sítio, cujo objetivo imediato era prender e destituir Carlos Lacerda (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 188). No entanto, a possibilidade do estado de sítio acabou por gerar desconfianças: dos setores conservadores, temerários das consequências dos plenos poderes a ser dado ao presidente Goulart; e também da esquerda, receosa de um golpe de Jango, em que as mobilizações das esquerdas fossem desarticuladas. Diante do fracasso previsível, o Presidente retirou o pedido no Congresso:

Após a tentativa frustrada de pedido de estado de sítio, Goulart ficou muito enfraquecido politicamente; praticamente ficou isolado. De um lado, repudiado pelas esquerdas e, de outro, sofrendo com a conspiração das direitas, cada vez mais às claras. Era sistematicamente atacado pela imprensa, onde não tinha mais aliados. Muitos oficiais militares legalistas e nacionalistas começaram a apoiar os argumentos dos conspiradores, mesmo que de maneira passiva. Não faziam nada a favor; mas nada faziam contra (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 194).

Com o acirramento da polarização das facções políticas a partir de outubro de 1963, as esquerdas passaram a exigir mais intensamente do presidente Goulart, o fim da política de conciliação. O Presidente ainda tentava retomar a aliança do PTB com o PSD, no que era rechaçado pela FMP, liderada pelo deputado Brizola, e pelo PCB. A FMP tinha como proposta geral, a realização das reformas por vias extralegais, pois considerava o Congresso Nacional atrelado às forças conservadoras, e, por isso mesmo, incapaz de realizar as transformações de que o país necessitava (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 231). A solução da FMP era antidemocrática. No momento em que as direitas “conspiravam abertamente”, o isolamento de Goulart preocupava aqueles que desejavam manter o diálogo e acreditavam em soluções democráticas para os impasses (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 229). Como única voz

ressonante conciliatória ainda existente, San Tiago Dantas¹⁷, a quem Skidmore (2010, p. 275) classifica como “o brilhante deputado petebista de Minas Gerais”, fez um último esforço para reestabelecer alianças a fim de “sustentar o Presidente, impedindo-o de também radicalizar até por falta de opção” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 231).

Surge ainda em dezembro de 1963, o projeto da Frente Progressista, que o próprio San Tiago Dantas classificou de “esquerda positiva”, diferenciando-a da “esquerda negativa”, personificada pela FMP, na figura de Leonel Brizola (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 231). A Frente Progressista objetivava estabelecer o apoio necessário para que o Presidente pudesse, por vias legais, realizar as reformas de base. No entanto, para o seu sucesso, fazia-se necessária a adesão de, pelo menos, boa parte da esquerda que, naquele momento, se alinhava com a FMP. De acordo com Ângela de Castro Gomes (apud FERREIRA; GOMES, 2014), o fiel da balança seria a própria decisão de Goulart que tinha a sua disposição duas frentes políticas dispostas a apoiá-lo:

Uma “esquerda moderada” que definia o escopo das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma “esquerda radical”, que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos por outros partidos ou pela Constituição. (GOMES, apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 239).

A decisão de Jango de apoiar a Frente Única de Esquerda, em março de 1964, liquidou a proposta de San Tiago Dantas e delineou a estratégia de confronto estabelecida a partir de comícios realizados em várias cidades do país, com o interesse de motivar a opinião pública a favor das reformas de base e pressionar o Congresso a ceder ante a mobilização popular liderada por vários setores da esquerda, com destaque para a FMP, o PCB e a CGT “que não queriam negociação e sim o confronto” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 239). Aos setores ainda moderados do PSD, ao empresariado que ainda apoiava o presidente Goulart, e à parcela das forças armadas que não havia aderido aos conspiradores, acabou restando esta única saída: a de se alinhar com os que desejavam a retirada de Goulart do poder e neutralizar as ações da esquerda já bastante radicalizada.

¹⁷ Francisco Clementino de San Tiago Dantas, nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Direito e atuou no movimento Integralista. Teve relevante papel nos assuntos internacionais do segundo governo de Vargas. Ingressou em 1955 no PTB e foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais, integrando o grupo de João Goulart e liderando o bloco de sustentação do governo JK-Jango. Foi ministro das Relações Exteriores e da Fazenda durante o governo de João Goulart. Quando do golpe civil militar de 1964, a cassação de seu mandato como deputado federal foi negada pelo então presidente Castello Branco (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 108).

O comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, representou a confirmação desse caminho sem volta e a senha para o desenlace conspiratório. Como afirmou Carlos Castello Branco (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 255), “já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo para liquidar uma situação tida como intolerável”.

Daniel Aarão Reis (2014, p. 42) afirma categoricamente que o “barril de pólvora e a mecha estavam lá, a espera de um fósforo aceso. Quem o acendeu foi uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)”. Ela ocorreu em 25 de março de 1964, quando se comemorava o aniversário desta entidade. Fazendo parte da programação da reunião, o cabo Anselmo, Presidente da AMFNB discursou em “um nítido e radical tom político” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 319), reivindicando melhorias nas condições de trabalho. O Ministro da Marinha deu ordem de prisão para os participantes da reunião, mas no momento do cumprimento da determinação, um conflito ocorreu no local, e uma parte das tropas de Fuzileiros Navais que foram executar as prisões, depuseram as armas e aderiram ao movimento, já transformado em rebelião. A não punição dos manifestantes e revoltosos e a demissão do Ministro da Marinha foram a gota d’água. Tais fatos foram apreendidos pelos militares como uma derradeira ameaça à sua instituição, visto que “[...] atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas” (FERREIRA, 2011, p. 389).

A ida do presidente João Goulart à sede do Automóvel Clube para receber homenagem da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, na noite de 30 de março de 1964, precipitou o confronto já iminente. Até porque, setores civis também já conspiravam abertamente. Então, na manhã do dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante militar das tropas sediadas em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou, à revelia do marechal Castello Branco, Chefe do Estado Maior do Exército e líder dos militares conspiradores, o movimento de tropas que redundaria no golpe de estado que depôs o presidente João Goulart naquele ano.

Sob o ponto de vista da historiografia brasileira que se debruça sobre o tema em análise, é bastante esclarecedor o estudo de Lucília de Almeida Neves Delgado (2004) sobre as linhas interpretativas estabelecidas sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. A autora afirma que:

Para um melhor entendimento sobre a produção dos conhecimentos histórico e historiográfico, há que se considerar ao menos dois tempos específicos: o referente ao desenrolar dos acontecimentos e dos processos, e um outro relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses mesmos acontecimentos e processos (DELGADO, 2004, p. 16).

A partir de tal afirmação, depreende-se que muitas conclusões estão atreladas ao olhar temporal de quem se propõe a estudar determinado tema. O olhar do historiador é condicionado pelo impacto do fato na memória coletiva no dado momento, e pelos referenciais teóricos que se faz opção para analisar um tema nos trabalhos acadêmicos em cada período. Com este entendimento, Lucília de Almeida Neves Delgado (2004) expõe e analisa as linhas interpretativas sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. A primeira delas associa suas causas às condições sociais, políticas e econômicas pré-existentes no país, permeadas pelas características de subdesenvolvimento e de industrialização tardia. Tais condições opuseram o modelo econômico internacional-liberal vinculado ao capital internacional, ao nacional-estatismo, idealizado como distributivo e defendido por esferas da sociedade que ampliavam suas conquistas no mundo do trabalho. Tal quadro de crescente antagonismo teria levado ao confronto de classes que redundou no Golpe. A segunda linha interpretativa também se ampara no confronto de classes, mas considera de maior relevância a ação antecipada das classes conservadoras, como uma intervenção preventiva. Esta intervenção, segundo a autora, teve a intenção de “[...] evitar o aprofundamento e possível consolidação de uma experiência democrática que poderia, em função das pressões populares, tornar-se mais ampliada” (DELGADO, 2004, p. 21). A terceira linha privilegia uma concepção conspiratória a partir de uma aliança estabelecida por diversos segmentos sociais e organizações de caráter conservador, aliados ao capital internacional e com beneplácito dos Estados Unidos da América (EUA). Com a ampliação de movimentos populares, estes setores se organizaram e, através da conspiração, puseram fim ao regime democrático existente. E, por fim, a quarta linha interpretativa, que se funda no tempo curto, considerando que as determinantes do Golpe de 1964 foram conjunturais e de caráter preponderantemente político.

O período teria se caracterizado pela fragmentação do poder, em função das lutas sociais e da instabilidade do governo, criando um quadro de dispersão partidária e, principalmente, radicalização ideológica. Esta crise política conjuntural atingiria seu ápice no que Wanderley Guilherme Santos acredita que “não foi a fragmentação política, mas, sim, a radicalização, que provocou a ascensão do autoritarismo” (SANTOS, 1986, p. 161). O crescente antagonismo que se estabeleceu entre os que apoiavam e os que rejeitavam as reformas de base ficou caracterizado por ideias e ações que na realidade não tinham compromisso com a democracia. Tal posição é defendida, principalmente, por Jorge Ferreira (2011, p. 400).

Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014) buscam delinear as diversas causas que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964 e apresentam uma análise de alguns dos aspectos que permearam a sociedade brasileira daquele período, especialmente os componentes políticos do

governo de João Goulart. Os autores consideram que, quando da eclosão e dos primeiros dias do Golpe Civil-Militar, não havia um plano consolidado para o golpe, e muito menos um plano conspiratório que previsse futuras ações políticas e de governo (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 337). A crescente radicalização de setores populares, matizando cada vez mais os lados em oposição, acabou por definir certa inevitabilidade do confronto, para o qual setores conservadores da sociedade iniciaram uma preparação que não chegou a alcançar níveis elaborados de articulação. As primeiras ações golpistas foram dispersas e só ganharam ímpeto após a adesão do general Castello Branco¹⁸. Ferreira e Gomes (2014, p. 343) também afirmam que, mesmo tendo apoio norte-americano, o golpe foi planejado e realizado integralmente por brasileiros.

De forma bem sucinta, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) fazem um breve paralelo do movimento de 1964 com outros levantes militares conspiratórios fracassados, e procuram, através da detecção de suas diferenças, amparar sua posição de que o golpe de 1964 teve amplo apoio de diversos setores sociais/civis. Diferente das tentativas golpistas anteriores, circunscritas a uma minoria de direita, para a eclosão do Golpe de 1964 houve uma mobilização antecipada de setores da sociedade e a construção paulatina de uma base de apoio envolvendo instituições, meios de comunicação, setores da igreja católica, instituições políticas e parcela do empresariado. Assim, diferente do que prega as correntes baseadas nas interpretações estruturalistas e funcionais, ou das que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar, bem como as de versão conspiratória, o Golpe de 1964 teve ampla participação de setores da sociedade civil, conjugadas em uma visão conservadora, e assustadas com as medidas de cunho populares desejadas pelo governo do presidente Goulart que, além de ferir interesses, reforçavam um imaginário anticomunista construído ao longo do tempo. Portanto, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014) defendem que o Golpe de 1964 teve a intenção primeira de depor João Goulart e restituir a ordem democrática no país, após a realização de uma “limpeza política” cujo alvo era as esquerdas. Para os autores, a intervenção “[...] não incluía, necessariamente, um projeto de ditadura, menos ainda tão longa e feroz” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 380).

Para Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014, p. 381), o que ocorre após o Golpe de 1964, é o estabelecimento de uma ditadura, a partir do processo de cassação de direitos

¹⁸ Chefe do Estado Maior do Exército, que passou a liderar a conspiração dentro do Exército para derrubar o presidente Goulart, sequer tinha ele conhecimento anterior do movimento de tropas do general Olímpio Mourão (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 336).

políticos, da execução arbitrária de prisões e o cerceamento das liberdades democráticas. O golpe passa a ser designado como “revolução” pelos seus executores: um artifício para obter a legitimidade frente à sociedade. A partir de então, há uma reconfiguração dos setores golpistas, com o surgimento de oposição à nova ordem em implantação. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014, p. 380) abordam o caráter não teleológico do historiador, pois o conhecimento do futuro posterior àquele movimento não deve contaminar as análises sobre aquele passado, o que levaria a concluir pela inevitabilidade do ocorrido. Outro fator a ser considerado são as lembranças e esquecimentos demandados por cada época a partir da dinâmica histórica. Cabe ao historiador reavivar lembranças que se tornaram incômodas. Com estas análises, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014) se propuseram a retirar do esquecimento a existência de uma sociedade que festejou o golpe. Não para condená-la, pois o golpe não pressupôs a instalação de uma ditadura; mas, sim para entender os anseios da sociedade e os fatores que a motivaram tomarem determinada posição. Para Ferreira e Gomes (2014, p. 381), “é fundamental desvincular o contexto do golpe civil e militar que derrubou João Goulart dos longos anos de ditadura que se seguiram”.

2.4 A grande imprensa brasileira em 1963 e 1964: posicionamentos e influências

A imprensa, de uma forma geral, teve um papel fundamental na configuração de forças que se estabeleceu no decorrer do governo de João Goulart (1961-1964), a partir da crise política que se instalou com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. A grande imprensa escrita representou uma caixa de ressonância dos anseios, expectativas e modos de apreensão dos embates vividos por setores da sociedade naqueles momentos de instabilidade política e crise financeira, manifestada pelos editoriais, reportagens e colunas. Mas, ao mesmo tempo, interferiu no delineamento dos fatos, na medida em que influenciava a formação da opinião pública, constituindo-se em ferramenta de expressão da intelectualidade e também dos lados em conflito. Os textos comunicativos, explicativos ou interpretativos, configuram-se como construções discursivas objetivando dar sentido a algo que possui diversas possibilidades de apreensão. Neste sentido, a imprensa atua com uma carga de *poder simbólico*, que é o “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 9), visto que as relações de comunicação são sempre

relações de poder que necessitam do poder simbólico acumulado pelos agentes e pelas instituições.

Segundo Alzira Alves de Abreu (2006, p. 109), a partir de meados dos anos 1950, a imprensa escrita brasileira passou por grandes modificações com a incorporação de inovações gráficas, nova diagramação e paginação, com melhorias na distribuição e compartimentação dos assuntos ao longo do jornal. A linguagem tornou-se mais objetiva, privilegiando a notícia em detrimento do comentário pessoal e ou partidário, que antes predominava sensivelmente. Para Abreu (2006, p. 109), “[...] a notícia passou a ocupar maior espaço que a opinião”. Dentre os mais importantes periódicos que se enquadravam na grande imprensa no início dos anos 1960, destacam-se: *O Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna de Imprensa* e *Última Hora*, no Rio de Janeiro; e *O Estado de São Paulo* e *a Folha de São Paulo*, em São Paulo. Deve-se observar que “na década de 1960, 90% dos jornais e revistas concentravam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro” (REGO apud GUARNIERI, 2013, p. 332).

De acordo com Abreu (2006, p. 108), o jornalismo político brasileiro alcançou seu apogeu a partir do início dos anos 1960. Muito contribuiu para isto, as modificações na conjuntura nacional que alavancou novos atores sociais e gerou crescentes atitudes de engajamento político em setores da sociedade. Surgiam “movimentos de renovação cultural impregnados de grande politização e radicalização, tanto de direita e extrema direita, quanto de esquerda e extrema esquerda” (ABREU, 2006, p. 108). Movimentos contestatórios, propugnando a renovação política, econômica e cultural, se chocavam com o sistema conservador e excludente, característicos da sociedade brasileira.

No mundo se exacerbava o confronto ideológico oriundo da Guerra Fria através do confronto: Capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, *versus* Comunismo, liderado pela então União Soviética. No Brasil, se fez sentir a radicalização deste conflito, principalmente, a partir do processo revolucionário cubano à esquerda, com as pressões norte-americanas no sentido de se evitar que a nação mais importante da América Latina seguisse o exemplo do país caribenho.

Nos anos 1960, a grande imprensa brasileira, controlada em quase sua totalidade por empresários de origem conservadora, acabou por aderir ao discurso anticomunista. Considerando que a tradição e a legitimidade da autoridade teriam de ser preservadas e associando as medidas em prol de uma transformação mais profunda da sociedade às tendências “comunizantes”, parcela significativa da grande imprensa adotou um posicionamento cada vez mais avesso ao governo do presidente João Goulart. Abreu (2006, p. 110) salienta que, neste período, “acusar de ‘comunistas’ todos os que defendiam o governo, fossem eles socialistas,

trabalhistas, nacionalistas ou mesmo liberais, foi a tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social”. Não obstante, Rodrigo Patto Sá Motta (2002) vai parcialmente de encontro a esta posição, pois, para ele, “os líderes do golpe de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica desconsiderar a existência de manipulações” (MOTTA, 2002, p. 276).

O teor dos editoriais e dos comentários políticos na imprensa brasileira, de um modo geral, sofreu variações de acordo com o posicionamento político, social, econômico ou ideológico do dono do jornal/imprensa e/ou da linha editorial definida para cada órgão de imprensa. Assim, variavam a partir do julgamento feito por aqueles que definiam o direcionamento dos periódicos, da gravidade dos acontecimentos em função das decisões e posições governamentais, bem como das iniciativas das esquerdas radicais. Com poucas exceções, os jornais expressaram, durante a maior parte do governo Goulart, a defesa da legalidade e da ordem constitucional. Com exceção do diário *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda, ferrenho opositor ao governo Goulart, e dos jornais *O Globo* e *Estado de São Paulo*, os demais órgãos de imprensa de maior expressão apoiaram a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Nesse contexto, Ferreira e Gomes (2014, p. 42) criticam análises que afirmam que a posse de Goulart nasceu sob o signo de um golpe.

Após o término da crise sucessória, em setembro de 1961, praticamente todos os órgãos de imprensa apoiavam o governo do presidente Goulart. Foi emblemática a mudança de posição do jornal *O Globo* que, segundo Motta (apud Ferreira, 2006, p. 136), em editorial, passou a elogiá-lo, considerando-o “uma revelação de comedimento, moderação e prudência”. O editorial de *O Globo*, de 12 de abril de 1962, conclamava a nação a apoiar o presidente Goulart:

[...] Fosse outra a atitude de S. Ex^a, e a Nação não teria conseguido tão rapidamente recuperar a confiança em si mesma, no seu futuro, em seu desenvolvimento pacífico e democrático. [...] A obrigação de todos é ajudar o Sr. João Goulart a conduzir-se bem, aplaudindo quando acertar e com ele manter as relações e os diálogos que o serviço do Brasil exige. O Sr. João Goulart é o Chefe do Estado e nesta qualidade deve ser considerado e respeitado por todos os brasileiros e, especialmente, pelo que dispõem de outros mandatos populares, tão autênticos e dignos de reverência como o próprio presidente da República. (*O GLOBO* apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 72).

Segundo Abreu (2006, p. 113), a imprensa, de modo geral, apoiou a solução parlamentarista, “vista como uma demonstração de maturidade e vitalidade da democracia

brasileira”. No entanto, o jornal *Tribuna da Imprensa* se posicionou contrariamente, vendo o parlamentarismo como “a pior saída para a crise, porque ‘o drama fundamental do Brasil’ era a opção entre democracia ou comunismo” (ABREU, 2006, p. 114). Quanto ao governo do presidente Goulart, o apoio da grande maioria dos órgãos se manteria, inclusive, durante a campanha para o retorno do sistema presidencialista, ainda em 1962, e ao Plano Trienal, em 1963 (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 185).

Para Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014, p. 185), a mudança de comportamento da grande maioria da imprensa com relação ao governo do presidente João Goulart, começou com o episódio da revolta dos sargentos, em setembro de 1963, quando os “rebelados” ocuparam prédios públicos na capital federal e fizeram reféns, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do STF. A atitude de apoio do Presidente da República aos “rebelados”, considerando justas suas reivindicações, fez evidenciar, para os setores conservadores, a intencionalidade de quebra da disciplina militar e a possibilidade de um golpe do Presidente da República para permanecer no poder. A partir de então, intensifica-se o discurso anticomunista e de cubanização do Brasil na grande imprensa, voltado, sobretudo, para a classe média urbana (ABREU, 2006, p. 117). O *Diário Carioca*, que vinha apoiando o governo do presidente Goulart, expressa sua temeridade no editorial de 15 de setembro de 1963, logo após o ocorrido em Brasília, chamando a atenção para a solução disciplinar que o caso requeria, ressaltando a importância da busca do diálogo no congresso, de modo a se resolver o impasse quanto à inelegibilidade dos sargentos. Na sua afirmação, acabaria fazendo uma previsão:

E agora um lembrete para os que querem fazer uma rápida carreira política através da baderna, à causa da desgraça de jovens transviados do dever militar: se a legalidade ruir, não haverá condições, neste país, para uma república sindicalista ou de sargentos, mas para uma ditadura militar, que as circunstâncias impelirão para a direita (*DIÁRIO CARIOCA* apud ABREU, 2006, p. 118-119).

A oposição incontestada da maioria dos órgãos de imprensa em relação a Goulart se confirma quando ele decide de se alinhar com as esquerdas radicais, em março de 1964. Segundo Motta (2002, p. 264), o Comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964, “provocou a consolidação das mobilizações anticomunistas e antiGoulart, cujo movimento convergente se completou”. A relação entre o comício e o comunismo foi exposta na coluna assinada por Pedro Dantas, publicada no *Diário de Notícias*, da edição de 15 de março de 1964, onde seu autor afirmava que “‘o comício comunista’ fora convocado e dirigido pelos

comunistas sob o patrocínio e a proteção do presidente da República” (ABREU, 2006, p. 122). O “Comício das Reformas”, como era popularmente conhecido, foi alvo de inúmeras matérias em praticamente todos os jornais de linha editorial contrária às iniciativas da esquerda e ao apoio do presidente Goulart ao processo de radicalização, sendo uma das poucas exceções o jornal *Última Hora* (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 265). O *Correio da Manhã*, adotando uma linha editorial politicamente contrária ao presidente Goulart, publicou na primeira página da edição do dia 13 de março de 1964, uma nota de um grupo de católicos conservadores, que organizaram um abaixo-assinado contra o manifesto da Ação Católica apoiando as reformas. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014) transcreveram a matéria publicada no jornal *Correio da Manhã* na qual apresenta a situação que redundou em um conflito no centro de Belo Horizonte (MG) em torno da coleta de assinatura para compor o abaixo-assinado:

É preciso que o povo de Belo Horizonte saiba que hoje pela manhã formou-se uma turma de desordeiros para impedir a coleta de assinaturas para interpelação da Ação Católica, já com 40 mil assinaturas. [...] Os agitadores a favor das reformas de base, adotando processos totalitários e numa estranha atitude de defesa da Ação Católica, estão negando ao povo católico de Minas o direito de desabafar as suas ideias. Começou, assim, a aplicação dos métodos do fidel-castrismo no Brasil. (CORREIO DA MANHÃ apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 265).

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹⁹, ocorrida em São Paulo, em 19 de março de 1964, foi organizada por diversos elementos da sociedade civil conservadora. Motta (2002) afirma que a “Marcha” foi assunto de várias matérias e editoriais jornalísticos a fim de estimular o público a participar do evento. As matérias publicadas nos periódicos parecem ter surtido efeito, pois o *Jornal do Brasil* noticiou seu sucesso:

Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* [grifo do autor] em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo, constituindo-se na maior manifestação popular já realizada na Capital paulista (JORNAL DO BRASIL apud MOTTA, 2002, p. 266).

O presidente Goulart, após o comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, era identificado pela maioria dos jornais como “antilegalista”, e a campanha pela sua deposição já era feita abertamente na imprensa. Abreu (2006, p. 124) relata que os periódicos que apoiavam

¹⁹ “‘A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*’ foi o ‘comício da Central’ do lado conservador, ou seja, se constituiu em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista.” (MOTTA, 2002, p. 265).

o regime constitucional, “claramente começaram a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar, sendo exceções a *Última Hora* e o *Diário Carioca*”. Assim, quando iniciou o movimento de tropas que culminaria no golpe em 31 de março de 1964, em quase todos os editoriais se apresentavam discursos de repúdio ao governo estabelecido e a necessidade de intervenção.

Sobre o assunto, Ferreira e Gomes (2014) apontam que foi impactante o editorial do *Correio da Manhã*, da edição de 31 de março de 1964, intitulado de “Basta”, como pode ser observada na transcrição a seguir:

Basta! Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? (...) Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. (...) Não contente de intranquilizar o campo com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas. Destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional. (...) Queremos o respeito à Constituição, queremos as reformas de base votadas pelo Congresso, queremos a intocabilidade das liberdades democráticas, queremos a realização das eleições em 1965. A Nação não admite golpe nem contragolpe, quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, que desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e com ela todos os meios de manifestação do pensamento, abrindo caminho à ditadura. Os Poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta! (CORREIO DA MANHÃ apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 333-334).

O *Jornal do Brasil*, periódico em que Carlos Castello Branco trabalhou produzindo sua coluna diária a partir de 1963, se firmou na imprensa brasileira com as transformações realizadas tanto na sua produção gráfica, quanto na sua linha editorial, que tiveram início em 1957, culminando no início dos anos 1960 com a priorização das temáticas políticas, sendo um dos pioneiros na inovação da forma de abordagem da notícia, com técnica e estilo próprios (GUARNIERI, 2012, p. 58). Segundo Ferreira (apud GUARNIERI, 2012, p. 59), o jornal se

manteve na sua concepção original, de um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. No editorial de 02 de outubro de 1961, o *Jornal do Brasil* abordou sobre a possibilidade de legalização do Partido Comunista no Brasil. Segundo Abreu (2006), o editorial, transcrito logo abaixo, é demonstrativo da postura mais frequente do *Jornal do Brasil*:

A recente crise que manteve o país por mais de uma semana à beira da guerra civil, mostrou aos comunistas que, finalmente, estão sendo criadas as condições que hão de permitir que eles tenham participação maior e mais direta nas decisões políticas. Por outro lado, a extrema direita, com sua campanha anticomunista feita de modo contraproducente, contribui para aumentar o número de simpatizantes do comunismo [...]. Além disso, a formação, relativamente rápida, de um movimento que polariza as forças de esquerda (a chamada Liga pela Legalidade ou Frente de Libertação Nacional) abre perspectivas mais amplas para a ação comunista. São eles os que têm um mínimo de organização e de método – isso para não falar em sua experiência insurrecional. [...] Os democratas devem permitir que os comunistas expressem os seus pontos de vista livremente. Mas não podem permitir, em hipótese alguma, que os comunistas usem os recursos da democracia para acabar com a democracia. (*JORNAL DO BRASIL*, apud ABREU, 2006, p. 114).

Para Abreu (2006, p. 111), como a maioria dos jornais da grande imprensa brasileira, o *Jornal do Brasil* apoiou a posse de João Goulart em 1961, assim como a campanha e a vitória do Presidencialismo no plebiscito de 1963, e as primeiras medidas governamentais, principalmente o Plano Trienal. Os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) transcrevem o editorial do *Jornal do Brasil* de 2 de abril de 1963, de título *Programa Irreversível*, que demonstra este apoio:

É sensível a transformação que se opera na conjuntura econômico-financeira nacional sob a influência da execução do Plano Trienal seguida de perto pela política de contenção inflacionária. Sente o consumidor que diminui o ritmo de elevação do custo de vida e que certas medidas de liberação contribuem para a regularização da oferta de bens essenciais. (*JORNAL DO BRASIL* apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 156).

A partir da rebelião dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963, o *Jornal do Brasil* assim como vários outros jornais do país, passaram a demonstrar oposição ao governo do presidente Goulart. Ferreira e Gomes (2014, p. 186) asseguram que este periódico, sendo um dos mais respeitados da imprensa brasileira, não costumava falar em comunismo, mas expressava a opinião de que “[...] minorar o significado da rebelião dos sargentos, como fazia a Frente Parlamentar Nacionalista, era se tornar conivente com os sublevados”. No editorial do

dia 13 de setembro de 1963, antecipando o título “Basta”, reutilizado pelo *Correio da Manhã*, em 31 de março de 1964, o *Jornal do Brasil* deixa claro sua mudança de posição, inclusive citando pela primeira vez a possibilidade de intervenção das Forças Armadas:

Antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA. Digamos enquanto existem organizadas, coesas e disciplinadas, Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA. Amanhã será tarde. E o que foi obtido ontem sem consequências mais trágicas para o regime, será duvidosamente conseguido com derramamento de sangue (JORNAL DO BRASIL apud ABREU, 2006, p. 119).

Quando da eclosão da Revolta dos Marinheiros, em 26 de março de 1964, o posicionamento do *Jornal do Brasil*, contrário ao governo do presidente Goulart, se torna ainda mais firme, ao expor em seu editorial do dia 27 de março de 1964, que as Forças Armadas haviam sido “feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares” (ABREU, 2006, p. 124). Ao mesmo tempo em que o *Jornal do Brasil* apelava ao Exército no restabelecimento da legalidade, apontava para a ilegalidade das ações do presidente Goulart. De acordo com o jornalista Araújo Neto (apud ABREU, 2006, p. 124), o editorial do *Jornal do Brasil* do dia 26 de março de 1964 foi de grande repercussão entre a oficialidade, pois “facilitou o trabalho de catequese e conquista da jovem oficialidade, que sempre viu isenção, autoridade e equilíbrio nas opiniões do velho jornal”.

Com a vitória das ações militares contra o presidente Goulart já sendo delineada, o *Jornal do Brasil*, em seu editorial de 1º de abril de 1964, voltou a reafirmar o argumento da legalidade, objetivando legitimar o movimento das tropas, e com isso desqualificar as ações do presidente Goulart, justificando a intervenção em curso. O discurso legalista e anticomunista fica bastante evidenciado neste editorial do *Jornal do Brasil*:

Fora da Lei. Desde ontem que se instalou no país a verdadeira legalidade: aquela que, através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. (...) Só há uma legalidade – a legalidade contra a desordem e a desunião implantadas no país pelo sr. João Goulart em sua desmedida e criminoso atuação política visando a continuar a qualquer preço no uso do poder. (...) A legalidade está conosco. Estamos lutando e vamos restabelecê-la. O Congresso será chamado a dizer quem substituirá o caudilho até as eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime. A legalidade está conosco – e não com o caudilho aliado ao comunismo. As opções estão feitas e vamos para a vitória (JORNAL DO BRASIL apud FERREIRA; GOMES, 2014, p. 357).

Carlos Castello Branco, com sua experiência profissional e acurado faro político, acompanhou diversos momentos do governo presidencialista de João Goulart em sua coluna no *Jornal do Brasil*, lançando um olhar crítico e, por vezes, premonitório dos fatos. Suas assertivas e suas preocupações acompanhavam a tendência geral dos órgãos de imprensa, que migraram de uma expectativa positiva quanto às medidas governamentais de Goulart, para um sentimento de preocupação em relação aos destinos do país, interpretando como de crescente desordem, a configuração política nacional dada a partir do alinhamento do presidente Goulart com a esquerda radical. A interpretação dos fatos desse período por Castello será analisada a seguir.

3 O “TERMÔMETRO” DOS FATOS: HISTÓRIA POLÍTICA DO PERÍODO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART ATRAVÉS DA “COLUNA DO CASTELLO” (JANEIRO/1963 A ABRIL/1964)

As análises das colunas jornalísticas de Carlos Castello Branco publicadas no *Jornal do Brasil*, no período presidencialista de João Goulart até sua deposição com o golpe civil-militar em março de 1964, foram divididas, neste capítulo, em três tópicos: 1. As ações do presidente João Goulart e da esquerda; 2. Os setores conservadores e sua mobilização a partir de um quadro de crescente crise política; e 3. O embate político entre as posições antagônicas, até o acirramento do confronto que culminou no Golpe. Nos dois primeiros tópicos, analisaram-se prioritariamente as colunas que abordaram os seguintes temas: o fim do parlamentarismo e a instalação de um novo governo; o Plano Trienal e suas injunções políticas; os debates em torno da reforma agrária; a política de conciliação do presidente João Goulart; a rebelião dos sargentos em Brasília e a entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times* que levou à solicitação de implantação do estado de sítio; a falência da conciliação e o agravamento da crise política; a definição de Goulart pelo apoio da esquerda. No terceiro tópico, priorizaram-se os conteúdos sobre o confronto já aberto, entre as esquerdas e os setores conservadores, a partir do fim da política de conciliação de Goulart, em março de 1964, potencializados com o comício na Central do Brasil e agravados pela crise dos marinheiros, desaguando no golpe civil-militar a partir de 31 de março de 1964.

As colunas assinadas por Castello e publicadas diariamente no *Jornal do Brasil* eram essencialmente políticas. O colunista analisava os acontecimentos políticos a partir das informações de bastidores a que tinha acesso, alicerçadas na sua experiência de vida e profissional nos meandros do poder. As relações amistosas que Castello²⁰ estabeleceu com suas fontes, aliadas à sua capacidade de vislumbrar possíveis desencadeamentos dos fatos, geravam respeitabilidade e confiabilidade à sua produção jornalística. É comum em suas colunas a emissão de prognósticos e pareceres sobre diversos fatos políticos, sendo muitos deles comprovados posteriormente. Estes posicionamentos de Castello foram priorizados na seleção de textos a serem analisados. Cabe esclarecer que, como jornalista político residente na capital federal, Castello dava especial atenção aos fatos que diariamente ocorriam no Congresso

²⁰ Neste capítulo adotarei de forma padronizada, a denominação Castello quando for me referir à Carlos Castello Branco.

Nacional e aos “tititis” que ocorriam entre políticos nos bastidores, enriquecendo sua coluna com a descrição das artimanhas políticas e com “causos” pitorescos. Estes últimos conteúdos não foram abordados nessa análise.

Como jornalista, Castello fazia questão de se mostrar como um colunista imparcial. Em várias colunas podem ser observados claramente o esforço de Castello para não demonstrar preferências ou posicionamentos prévios. Em 1963, ao analisar a atuação de San Tiago Dantas no Ministério da Fazenda, ele mesmo esclarece que:

O colunista não manifesta tendências nem torce como fã de radionovela, pelo êxito final deste ou daquele personagem, do primeiro plano ou do segundo plano, nem dos que as circunstâncias omitiram. O registro de tendências favoráveis ou hostis ao Ministro da Fazenda não atende a posições pessoais do colunista e num caso como no outro poderá ser mera coincidência. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: São três as áreas de pressão ao esquema financeiro de San Tiago. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 fev. 1963).

Fica evidente que o discurso de Castello, na citação acima, destaca seu posicionamento de imparcialidade como jornalista frente às relações pessoais que ele mantinha com políticos brasileiros. Independente do efeito que suas afirmações de imparcialidade jornalística causavam no público leitor, sabe-se que a coluna diária de Castello, no *Jornal do Brasil*, tornou-se uma referência para todos aqueles que desejavam acompanhar os acontecimentos da política brasileira e dos políticos, sobretudo, porque sabiam da aproximação que o colunista mantinha com as suas fontes de informação quase sempre situadas no poder e, ainda, pela sua capacidade de análise jornalística, vista como concreta e objetiva. Nesse sentido, a “Coluna do Castello” acabou assumindo um papel de medidor da “temperatura” política no cerne do poder, como será abordado a seguir.

3.1 As ações do Governo do presidente Goulart e da esquerda a partir do olhar de Castello

3.1.1 O fim do Parlamentarismo e a primeira composição ministerial

Logo após a realização do plebiscito de janeiro de 1963, que determinou o retorno do regime presidencialista, o presidente Goulart se deparou com o desafio de compor um

ministério sem abalar suas bases políticas situadas nos setores populares. O assunto foi abordado pelo jornalista Castello no dia 03 de janeiro de 1963, na coluna intitulada “O Pão na guerra, pastas civis e reforma difícil”. Para Castello, a posição de Goulart foi estratégica, a fim de manter o apoio da base do PSD, partido que ajudou a elegê-lo Vice-Presidente nas eleições de 1960, e acalmar os setores mais conservadores. No meio militar, o Presidente tenta conciliar posições, nomeando para a pasta da Guerra o general Amaury Krueel, que era amigo pessoal dele, e tido pela esquerda como conservador; e o General Osmino Alves, da esquerda militar, para o comando do I Exército.

Castello, na mesma coluna do dia 03 de janeiro de 1963, classifica tal medida como “audaciosa” em um momento em que a nomeação de ministros estava ainda condicionada à aprovação pelo congresso²¹, vendo nela um mecanismo de pressão para a revogação do Ato Adicional que ainda limitava alguns de seus poderes. Castello interpreta como simplista a crença do Presidente de que com o General Amaury Krueel, na pasta da Guerra, estaria assegurado o apoio ou, pelo menos, uma atitude mais passiva do Exército diante do seu governo.

O assunto volta a ser pauta de discussão na coluna “Jango pede apoio para assumir já o Governo”, do dia 04 de janeiro de 1963, na qual Castello afirma que o presidente Goulart acreditava que a formação do ministério se constituía numa ferramenta para consolidar uma base de confiança em seu governo no cenário nacional e também no exterior, considerando que o Plano Trienal, em início de vigência, ainda não havia se firmado como medida para tranquilizar os setores políticos.

Novamente, na coluna de 08 de janeiro de 1963 que foi intitulada de “Jango forte de apoio popular e fraco de apoio político”, Castello interpreta o governo do presidente Goulart, nesse início de exercício com amplos poderes de Presidente da República não mais sofrendo as limitações que o Regime Parlamentarista lhe impunha, como tendo amplo apoio popular, mas ainda inconsistente apoio político. Assevera, também, que o presidente Goulart deveria adotar medidas que reforçassem o seu governo com urgência, de modo a explorar o êxito de sua popularidade e a relativa passividade dos grupos oposicionistas. A liquidação do parlamentarismo, ainda vigente através do Ato Adicional não revogado, é o objetivo imediato do presidente Goulart, de forma a consolidar suas posições antes que a oposição reagrupasse seus dispositivos de pressão e lhe impusesse limites a sua governabilidade. Tal ação, que seria

²¹ O Ato Adicional que determinava o retorno do Regime Presidencialista, impunha um prazo de 90 dias a partir da data de sua publicação, dentro do qual a nomeação de Ministros de Estado deveria passar pela aprovação do Congresso Nacional (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: O Pão na guerra, pastas civis e reforma difícil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 jan. 1963).

a revogação automática do Ato Adicional, é vista por Castello como um ato agressivo do Governo contra a oposição. Nota-se, através da leitura das colunas de Castello, que a adoção desta medida pelo presidente Goulart dividiu as opiniões entre os seus assessores em dois posicionamentos: de um lado, a opinião dos denominados “duros” que eram favoráveis à revogação imediata do Ato Adicional do Parlamentarismo, entre os quais estava o deputado Brizola; do outro lado, encontravam-se os considerados “moles” que achavam prudente não dar margem ao surgimento de nova crise política. Quanto à decisão do presidente Goulart frente às divergências de opiniões, Castello afirma que:

[...] evidentemente [o presidente Goulart] desejaria a revogação automática, a posse imediata da Chefia do Governo, mas como, por temperamento, é um mole, hesita, escuta, sonda. Poderá seguir o caminho dos duros, mas para tanto é preciso que se sinta seguro, com a devida cobertura política (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: "Duros" e "moles" no Governo quanto a revogação automática. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 jan. 1963).

Na composição do novo ministério, observou-se a redução da participação do PSD. Na coluna do dia 29 de janeiro de 1963, nominada “Consciência intranquila leva o PSD ao declínio”, Castello analisa historicamente o papel desse partido desde sua fundação, afirmando que era improvável a constituição de um governo sem a sua preponderância e a obediência aos seus interesses eleitorais. Considera que, ao integrar o PSD como minoria em seu governo, o presidente Goulart “quebrou o encanto do velho sindicato que governa o país praticamente desde 1937, reduzindo-o à condição de simples força auxiliar ou complementar” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Consciência intranquila leva o PSD ao declínio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1963). E ressalta que, após um mês da nova gestão do presidente Goulart, o “clima de otimismo” renasceria no país. Especialmente em Brasília, onde, segundo ele, pela primeira vez nos últimos dois anos, viviam-se dias brilhantes e sem crise, com nova efervescência social e um novo clima político caracterizado pela empolgação e em esforços de afirmação numa nova conjuntura, como pode ser observado no fragmento abaixo:

Nos Ministérios, ministros a postos. San Tiago convoca e toma deliberações que circulam rapidamente. Tudo euforia e festa, com o Presidente organizando corpos de assessores e conversando, atraindo, mandando. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Encampação da Bond & Share e das refinarias de petróleo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 fev. 1963).

Ao longo de um número significativo de colunas publicadas por Castello, no *Jornal do Brasil*, e que tratavam diretamente sobre as ações do presidente Goulart e da esquerda no

período de seu governo, pode-se observar parte das expectativas do colunista quanto ao exercício do poder pelo Presidente da República. Em alguns momentos, as colunas não só avaliavam a situação política daquele momento dos anos 1960, como também indicavam prognósticos das medidas adotadas pelo presidente Goulart e, em alguns deles, eram os melhores possíveis.

3.1.2 O Plano Trienal

O Plano Trienal que entrou em vigor no governo presidencial de Goulart, também foi abalizado pelo colunista Castello no *Jornal do Brasil*. Das colunas publicadas em 1963 e que foram analisadas neste trabalho, é possível acompanhar parte da discussão política a partir da aprovação do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado que, na época, era Ministro do Planejamento. No dia 03 de fevereiro de 1963, a coluna de Castello foi publicada com o seguinte título: “Celso Furtado: ‘Meu plano é de Governo e não de revolução’”. Com um título bem sugestivo, Castello falava que o Plano Trienal, desde sua divulgação, enfrentou forte oposição dos setores situados mais à esquerda no cenário político e deixa pistas de que no debate ocorrido na Câmara de Deputados, onde o ministro Celso Furtado apresentava o Plano Trienal, sofreu reiteradas críticas dos deputados nacionalistas. Na ocasião, Celso Furtado teria dito: “Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo”, afirmação que acabou sendo utilizada por Castello para nomear a coluna do dia 03 de fevereiro de 1963. Como um programa voltado para o saneamento das finanças públicas e contenção da inflação, depreende-se, a partir dos apontamentos de Melo, Bastos e Araújo (apud FERREIRA, 2006, p. 95), que o Plano Trienal demandou medidas impopulares e que contrariaram as propostas nacionalistas de maior independência quanto ao financiamento externo e de condenação ao arrocho salarial.

Em 12 de fevereiro de 1963, a coluna do Castello foi intitulada “Sintomas de explosão contra a política anti-inflacionária”. Ao longo do texto, o colunista exaltava as ações do Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, argumentando que o Brasil não suportaria reivindicações salariais e nem pressões por maiores margens de lucro, pois poderia levar o país a um colapso financeiro. Castello chamava a atenção para a importância da atitude do presidente da República ao afirmar que:

[...] em última análise, é o principal responsável pelos destinos do país, deve estar integralmente informado de todos os dados do problema, para que reforce a atuação dos seus Ministros e auxiliares na tarefa comum de levar a bom termo a luta contra a inflação. O êxito ou o malogro da política financeira em curso será creditado ou debitado ao Sr. João Goulart e é natural que assuma ele o comando da mobilização de todos os setores do Governo e das classes econômico-sociais, para que aceitem e acatem as diretrizes oficiais (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Sintomas de explosão contra a política anti-inflacionária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 fev. 1963).

Nota-se certo tom de alerta ao presidente Goulart na superfície das colunas assinadas por Castello no mês de fevereiro de 1963. No dia 13 de fevereiro de 1963, por exemplo, a coluna saiu com título “Graves preocupações no Governo e na Oposição” e destacava que as medidas propugnadas pelo Plano Trienal eram definitivas e com elas o Presidente da República arriscaria a sua sorte e a do país. Dominado por graves preocupações, Castello pontua que a política nacional estava atrelada às respostas do sistema econômico e financeiro naquele momento. Sendo assim, atentava para a atuação de San Tiago Dantas como Ministro da Fazenda que, segundo ele, se mobilizou totalmente para o êxito das ações sob as quais detinha a responsabilidade, ou seja: “Está tendo ele a sua grande oportunidade na vida pública do país e em suas mãos constrói o futuro próximo das finanças nacionais, a segurança do Governo e o seu próprio destino político”.

Do exposto acima, depreende-se que o governo do presidente Goulart, em início de 1963, se esforçava para obter o apoio tanto das classes produtoras como do empresariado, de modo a obter aceitação das medidas econômicas a serem impostas. Castello, em sua coluna intitulada “Ameaças de greve preocupam San Tiago, que vai a Jango”, de 14 de fevereiro de 1963, relata que existia a perspectiva de irrupção de greves pleiteando aumentos salariais de acordo com a inflação do ano anterior, o que desarticulava a ação de contenção de despesas. O Ministro do Trabalho, Almino Afonso, durante a aplicação das primeiras medidas do Plano Trienal, exercia uma política de contenção das manifestações operárias de modo a adiar o atendimento dessas reivindicações pelo governo.

O assunto publicado no dia 14 de fevereiro de 1963 voltou a ser debatido por Castello no dia seguinte, 15 de fevereiro de 1963, na coluna “Jango dará plena execução à lei de remessa de lucros”. Nessa coluna, Castello afirma que o presidente Goulart, junto ao empresariado, esforçava-se pessoalmente para evitar a alta dos preços com o objetivo de conter a inflação. Novamente, na coluna do dia 16 de fevereiro de 1963 – “O caso da vara ou as restrições

nacionalistas” – Castello cita uma exposição²² feita pelo Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, ao general Osvino que à época era comandante do I Exército, sediado no Rio de Janeiro. De acordo com Castello, o general Osvino manifestou seu agrado quanto à exposição de San Tiago Dantas, mas concluiu que as ações do governo sacrificariam apenas o povo. Atentando para tal fato, Castello faz uma análise perspicaz da reação de políticos ante a afirmação do general Osvino, e emite uma opinião premonitória:

Essa discordância de um dispositivo de cujo apoio tanto necessita o Governo, cria um clima de forte expectativa, pois é evidente que das decisões do Presidente e da sua energia em prestigiar o Ministro da Fazenda dependem, hoje, não só o êxito como a continuidade da execução dos planos. O Presidente, pelas informações mais sérias de que se dispõem, mantém-se firme na ideia de cobrir o Sr. San Tiago Dantas, embora certo de que nem tudo depende dele, pois, se as classes produtoras não colaborarem, na escala em que se faz necessário e na medida do apelo que lhes está dirigindo, só lhe restará o caminho de, tal como aconteceu no episódio político do retorno ao presidencialismo, apelar novamente para o povo (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: O caso da vara ou as restrições nacionalistas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 fev. 1963).

Com o início da campanha de Brizola contra a atuação de San Tiago Dantas, em 1963, Castello procurou observar o nível de apoio dado pelo presidente Goulart ao seu Ministro da Fazenda. Em sua coluna “Fomin transmite temores a Goulart: invasão de Cuba”, de 20 de fevereiro de 1963, Castello analisa como “vacilante” a postura do presidente Goulart, afirmando que ele evitava um comprometimento total e, com isso, demonstrava hesitação e até desconfiança na atuação do ministro, quando ao contrário, deveria “solidarizar-se ostensivamente, se deseja que seus esforços de criar condições para plena execução do Plano Trienal alcancem os resultados definidos”.

Na coluna “São três as áreas de pressão ao esquema financeiro de San Tiago”, editada em 22 de fevereiro de 1963, Castello enumera os três setores políticos que se opõem às medidas do Plano Trienal: o nacionalista, alas da UDN e alguns políticos ligados ao ex-presidente Juscelino. Segundo o colunista, o mais “virulento” e “radical” deles era o nacionalista, liderado por Brizola, que tudo fazia para impedir as negociações com os Estados Unidos. Castello cita também alas da UDN que não concordavam com uma postura muito subserviente do governo federal perante aquela nação, e outro setor, relacionado ao ex-presidente Juscelino, que temia a queda do próprio governo pela impopularidade das medidas. O assunto foi mais bem explanado

²² Não foi localizado em nenhuma referência bibliográfica algo à respeito dessa exposição.

na coluna do dia 01 de março de 1963, intitulada “Nacionalistas combaterão os entendimentos de Washington”, na qual Castello aponta que, dentro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o grupo mais radical de esquerda considerava que qualquer entendimento com os norte-americanos representava uma alienação dos interesses nacionais, pois o governo dos Estados Unidos da América (EUA) impunha, para a manutenção das negociações, a discussão do posicionamento do governo brasileiro quanto à mobilização continental contra Cuba.

Na edição do *Jornal do Brasil* de 10 de março de 1963, Castello intitulou sua coluna de “Política externa do Brasil, o ponto crítico das negociações” e analisou que as condicionantes econômicas para as negociações com os EUA estavam bem encaminhadas, pois o governo brasileiro, de acordo com o que os norte-americanos esperavam, previa a execução de um planejamento do desenvolvimento econômico, e contemplava uma política de ordem financeira com o combate vigoroso à inflação. Para Castello, por um lado, a questão externa tornava-se o ponto crítico para o êxito das negociações. Por outro lado, internamente, o Plano dependia de um consenso em torno das medidas econômicas. Castello deixa clara a posição política de Brizola em relação ao Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas. Na coluna do dia 16 de março de 1963, intitulada “Brizola: política de San Tiago abre caminho ao golpe”, Castello destacava não só a declaração que Brizola concedeu aos jornalistas onde sintetizava vários motivos para ele se opor ao Ministro da Fazenda; como também destacava a afirmação de Brizola de que a política de San Tiago Dantas atendia apenas aos interesses das classes dirigentes e agravava a situação do povo, abrindo, assim, um caminho para um posterior golpe conservador.

O governo federal, como forma de atender às pressões por aumentos salariais de modo a atenuar os efeitos da inflação, dava sinais de que concederia um aumento de 40%, em média, ao funcionalismo civil e militar (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 154). No entanto, setores da esquerda, liderados pelo CGT, exigiam uma percentagem de no mínimo 70%, e passam a desencadear uma luta contra a taxa proposta pelo governo. Esta luta é interpretada por Castello em sua coluna de 24 de abril de 1963, nominada “Lacerda leva UDN a vetar reforma constitucional”, como o instrumento mais eficaz utilizado pelas esquerdas para “quebrar o esquema do Plano Trienal e, em decorrência, torpedear as negociações com o Fundo Monetário Internacional”. Ao ceder às pressões pelo aumento de 70% à diversas categorias, o presidente Goulart, na prática, decretou a falência do Plano Trienal.

3.1.3 A Reforma Agrária

A realização da reforma agrária era um dos principais objetivos de governo do presidente Goulart. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 161) a reforma agrária era uma demanda sustentada pelo PTB desde meados dos anos 1950. Ambos apontam que o sucesso da sua execução traria grande popularidade ao Presidente da República, sobretudo, entre os trabalhadores urbanos e rurais. Segundo Skidmore (2010, p. 289), o governo, através da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), iniciou a preparação do projeto de reforma agrária de modo a apresentá-lo em março de 1963, quando seriam instalados os trabalhos legislativos no Congresso Nacional. Dada à importância que a proposta da reforma agrária tinha naquela conjuntura da sociedade brasileira, sendo discutida entre os diversos grupos políticos, tanto à esquerda como à direita, tal assunto também foi pauta de discussão do *Jornal do Brasil* tendo como destaque, as “Colunas do Castello” publicadas nas edições de 1963 e 1964.

Dentre as colunas, pode-se destacar a do dia 12 de março de 1963, intitulada de “Veio à tona, na UDN, a luta sucessória”, que traz a informação de que o grupo reformista do governo do presidente Goulart, incluído o deputado Brizola, concordou em aguardar o período de dois meses para que a reforma agrária fosse votada no Congresso e que, após este prazo, dariam início a uma vigorosa pressão a partir de suas bases. As demais colunas de Castello publicadas em março de 1963 não trazem muita informação sobre o desenrolar dos acontecimentos políticos deste caso. Contudo, Ferreira e Gomes (2014, p. 166) afirmam que os impasses perduraram, mas o PSD mostrava-se disposto a negociar com o PTB com a condição da revisão da proposta de indenização.

Na coluna “Congressistas vão ao Rio patrocinar o Congresso”, de 28 de março de 1963, Castello aponta a existência de indícios da concordância do presidente Goulart com a proposição do PSD, mas ressalta na coluna do dia seguinte, intitulada “Governo está perplexo: Lacerda dentro da lei”, que se acentuava a resistência dentro do PTB, em função das dificuldades encontradas para a aprovação do projeto junto aos setores conservadores. Essa resistência se radicalizava, impedindo que o presidente Goulart modificasse o ponto de vista da FPN que, para Castello, exigia uma emenda constitucional radical e repelia a proposta do PSD (Cf: CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: “Kennedy ganhou tempo para ler a Mensagem de Goulart”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1963).

Castello interpreta a postura do PTB não só quanto às negociações para a reforma agrária, mas também, se estendendo a outras questões políticas do governo de João Goulart, como intransigentes, e assegura que:

O PTB ou seus ideológicos, que hoje são uma vigorosa ala apenas tenuamente submetida aos interesses do Governo, parece preferir nenhuma votação à votação de uma emenda ou de um projeto de transigência, que não atenda aos compromissos da sua campanha perante a opinião pública. Em outras palavras, o PTB poderá preferir até mesmo o caos ou agosto a uma composição com o PSD que apenas venha a atender à ansiosa tentativa do Sr. João Goulart de se fixar no front de centro-esquerda, consolidando um Ministério e uma política legislativa que estão bastante longe dos objetivos, por exemplo, do Sr. Almino Afonso. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castelo: Semana da decisão para reforma agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 jul. 1963).

Castello analisa na coluna “Oposição não se lançará contra Ministro da Guerra”, de 26 de julho de 1963, o crescente impasse em torno da reforma agrária, entendendo que as lideranças parlamentares, em particular as do PTB e do PSD, passaram a acreditar que, mesmo que as negociações chegassem a algum tipo de solução, um projeto de reforma agrária definido, fatalmente, não sobreviveria à votação no plenário da Câmara. Assim, considerando esta possibilidade, o presidente Goulart adotou a postura de apoio à emenda definida pelo seu partido, o PTB. Em 08 de agosto de 1963, Castello voltou a tratar desse assunto na coluna “Goulart fica com a esquerda para resistir e lutar”, e avalia que o presidente Goulart queria “recuperar seu dispositivo de luta e, embora recomendando o prosseguimento das tentativas de entendimento com o PSD, tudo indica que se prepara para prestigiar a decisão do seu partido e fazer dela a base de resistência e de combate do seu Governo”. E na coluna do dia 14 de agosto de 1963, intitulada “Goulart satisfaz-se com desapropriação por títulos”, Castello aponta que não se esperava nos círculos políticos do Congresso e do poder executivo que os componentes da ala ideológica do PTB, denominados de “radicais”, aceitassem uma fórmula conciliatória com o PSD. De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 170), o PTB decidiu encerrar as negociações com o PSD com relação à reforma agrária, em agosto de 1963, rejeitando sua emenda e cerrando esforços no sentido de colocar o projeto próprio em votação.

Castello, em sua coluna “Temperani sobre emenda: ‘tudo isso está morto’” de 27 de agosto de 1963, discorre sobre as limitações da proposta do PSD que acabaram por impedir o alcance de um parecer conciliatório. Castello irá concluir o assunto na coluna do dia 07 de setembro de 1963, intitulada “Bocaiúva alarmado com o vazio da Câmara”, afirmando que o PTB pretendia, com o fim das negociações, pressionar o presidente Goulart a executar uma “reformulação do Governo, mediante a constituição de um Ministério que afaste o princípio da cooperação pessedista para constituir-se na base das dedicações ao Sr. João Goulart e às teses reformistas”. E reitera que, mesmo com todas as dificuldades de negociação, o presidente

Goulart se mantinha firme no propósito de passar para a história como o “Presidente da reforma social” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: País teria emergido de uma tentativa de golpe de Estado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 out. 1963).

Dentre as colunas pesquisadas nesta monografia, pode-se afirmar que este assunto foi debatido por Castello ainda em 05 de janeiro de 1964, quando publicou a coluna “Supra teme revisão política do decreto” e nela afirmava que antes de sua guinada definitiva à esquerda, o presidente Goulart demonstrava estar inclinado a não ceder às tentativas de radicalização, expressadas principalmente pelos termos do projeto da SUPRA.

3.1.4 A política de conciliação

A política de conciliação se constituiu no mecanismo que o presidente Goulart utilizou para tentar garantir sua governabilidade. Partindo da nomeação de seu ministério, no início do seu período presidencialista, em janeiro de 1963, o presidente Goulart procurou contemplar especialmente o PSD, no que Castello interpretou como uma intenção de que “o Governo assumira finalmente o aspecto de uma associação pessedista-trabalhista” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Governo seria em breve uma associação PSD-PTB. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jan. 1963). Mas, o presidente Goulart teve que confrontar o radicalismo das esquerdas, em especial de seu cunhado, o deputado Brizola, que passou a desferir constantes ataques ao seu governo (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 157). Frente à situação política partidária tensa, o presidente Goulart procurou estabelecer o equilíbrio de forças na esfera militar, valorizando o papel do comandante do I Exército sediado no Rio de Janeiro, o general Osvino, que de acordo com diversos apontamentos de Castello, era assumidamente de esquerda. A situação política foi exposta por Castello em sua coluna do dia 10 de abril de 1963, intitulada “Kruel executa plano de Jango para conter Osvino e Brizola”: Para ele, Osvino “comanda hoje melhor a CGT e a UNE do que as chefias do corpo do Exército”. Na ocasião, o colunista afirmava que o presidente Goulart buscava explorar o conflito de posições existentes na esfera militar, a fim de mantê-las sob seu controle, assim como reitera tal posição na coluna do dia seguinte, 11 de abril de 1963, ao analisar que:

À medida em que o Presidente revelar interesse em aprofundar esse desgaste, dará, no futuro próximo, ideia de como considerará ainda útil ao seu esquema a convivência com uma esquerda agressiva e reivindicante. Dificilmente se crê que o Presidente venha a prescindir - ou possa fazê-lo - desse dispositivo.

O próprio Ministro San Tiago Dantas, nos conselhos governamentais, tem acentuado a utilidade, para a segurança do Presidente, da existência de um contraste militar aos grupos de direita, do poder e da inteligência do General Osório. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Goulart pretende ter segurança interna para negociações externas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 abr. 1963).

A partir das “Colunas do Castello” publicadas no mês de abril de 1963, depreende-se que os setores mais radicalizados da esquerda planejavam incrementar as mobilizações populares de modo a reforçar seus anseios e reivindicações perante o governo do presidente Goulart. Castello analisa os objetivos das mobilizações populares na coluna do dia 16 de abril de 1963, nominada “Dois objetivos na mobilização popular: reformas e revolução”. Nela, Castello aponta que nos círculos parlamentares nacionalistas, procurava-se estabelecer uma unidade das forças populares, compostas pelos sindicatos, estudantes, parlamentares e militares progressistas, com o objetivo de “constranger as classes dirigentes, representadas na Câmara e no Senado, a votarem as reformas de estrutura e para evitar, no plano do poder, um ‘golpe dos gorilas’”. Ainda nesta coluna de 16 de abril de 1963, Castello afirma que o deputado Brizola estava convencido de que os representantes das classes privilegiadas, somente iriam ceder mediante uma pressão popular e militar combinadas, nos moldes do que ocorreu quando da posse do presidente João Goulart, em 1961.

Para Castello, o presidente Goulart estava decidido a manter a conjunção de forças dentro da política de conciliação. Isso fica claro na análise da coluna do dia 23 de abril de 1963, “Vanguardas anti-Jango voltam à desconfiança”, onde Castello avalia que o presidente Goulart compreendia que para a manutenção de sua segurança política, não podia abrir mão do apoio do dispositivo de esquerda, tanto civil como militar.

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 169), novamente, o presidente Goulart utilizou da reforma ministerial para reforçar e ampliar junto aos setores politicamente mais ao centro, a sua base governista. Para Castello, a “recomposição lhe permitiria, atraindo novas dedicações ao Governo, aumentar substancialmente o número de votos da Câmara” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Reforma do Ministério vai facilitar a da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 maio 1963). Ainda, nesta mesma coluna do dia 28 de maio de 1963, Castello concluía que o presidente Goulart demonstrava estar disposto a “abrir” seu governo a “correntes mais estáveis, de modo a deflacionar o prestígio político do Governador Carlos Lacerda, o qual teria crescido à custa dos erros táticos do movimento esquerdista”. Castello interpreta que o presidente Goulart buscava receber uma margem adicional de apoio, o que tornaria possível a

superação das sucessivas crises pelas quais seu governo passava, tendo novamente como base a aliança do PTB com o PSD.

Depreende-se, pelas colunas do Castello publicadas no mês de maio e junho de 1963, que o esforço em manter a política de conciliação através da reforma ministerial por parte do presidente Goulart, acarretou uma oposição ainda mais acirrada da esquerda radical, que se aproveitou tanto dos discursos proferidos pelo deputado Brizola contra o presidente Goulart, quanto das greves que eclodiram no final do mês de maio de 1963, em decorrência do ocaso do Plano Trienal. Segundo Castello: a “Esquerda tenta[va] evitar o Governo de centro”. Foi com esta afirmação que ele publicou a sua coluna do dia 31 de maio de 1963 e reiterou que as esquerdas intencionaram alertar o presidente Goulart quanto às consequências de uma tomada de posição hostil aos seus interesses, ao sinalizarem que “não há mais clima para vacilações nem para composições de equilíbrio, entre tendências que não mais pretendem conviver num mesmo Governo”.

O assunto foi novamente ao prelo na coluna do Castello de 01 de junho de 1963, onde o jornalista político considerava que “Greve e Mazzilli retêm deputados em Brasília” e interpretava a postura das esquerdas como a expressão de uma resistência que se ampliava com as greves, e que conjuntamente aos discursos do deputado Brizola, neutralizavam as articulações do presidente Goulart, e o forçava a reexaminar totalmente suas opções.

O presidente Goulart, mesmo com as pressões da esquerda, executou a reforma ministerial conforme planejado, atitude que, para Castello, acabou por tencionar ainda mais as relações políticas entre o Presidente da República e o deputado Brizola. Em 22 de junho de 1963, Castello publicou a coluna intitulada “O que Goulart ganhou e o que perdeu” afirmando que o objetivo de aliviar as pressões internas da esquerda radical, foi, naquele momento, alcançado. Ainda nesta coluna, Castello conclui que a perda do deputado Brizola de todas as posições dentro do governo, acabou por gerar a consciência de que o presidente Goulart era “um adversário, e não mais um provável aliado”. Contudo, sem perder de vista os (des)acordos políticos partidários dos bastidores da política, Castello alerta que o “enfraquecimento político” do deputado Brizola poderia ser “uma simples ilusão política, desde que militar e popularmente o Sr. Brizola poderá a qualquer momento apresentar sinais de uma presença inquietante para os seus adversários”, como pode ser observado na coluna “Luta contra Brizola em campo raso”, editada em 28 de junho de 1963.

Observa-se, a partir dos fatos apontados por Ferreira e Gomes (2014, p. 161), que a política de conciliação, já bastante fragilizada em agosto de 1963, não possibilitou que o presidente Goulart avançasse as medidas que atendessem ao seu desejo de executar as reformas.

Tanto que na coluna “João Goulart quer abrir caminhos para seu Governo”, de 15 de agosto de 1963, Castello descreve a amargura do presidente Goulart com a falta de iniciativas “que ameaça transformar sua Presidência num período incolor da vida republicana”. Castello aponta, ainda nesta coluna, a tendência do presidente Goulart em culpar o Congresso pela ineficiente administração pública de seu governo. Portanto, enxerga Castello a possibilidade de o Presidente da República “ser levado a radicalizações táticas” para concretizar as reformas.

3.1.5 A Rebelião dos Sargentos em Brasília

Do material de pesquisa consultado e analisado, pode-se notar que pouco espaço da coluna do Castello foi reservado para tratar do assunto. Dentre elas, dar-se-á destaque, neste estudo monográfico, à coluna editada em 14 de setembro de 1963, nominada “Governo pune os rebeldes, mas defende sua causa” e que foi publicada dois dias após a eclosão da rebelião dos sargentos, em Brasília, no dia 12 de setembro de 1963, logo depois de ter sido sufocada pelas tropas federais. Nesta coluna, Castello opina sobre as primeiras reações ocorridas nos bastidores da política e apresenta a suspeita da cumplicidade do presidente Goulart, por parte dos setores conservadores, que acreditavam numa artimanha para levar o Congresso a votar as reformas, diante da gravidade da crise. E também dos setores progressistas, que não acusavam o presidente Goulart, mas entendiam que “a sublevação de Brasília deve[ria] ser tomada como advertência para a imediata realização das reformas”. A dúvida girava em torno da definição do posicionamento do presidente Goulart perante as reivindicações dos sargentos e da aplicação de punições previstas nos códigos militares. Para Castello:

O Sr. João Goulart não parece, segundo dados obtidos em fontes seguras, achar-se em condições de influir decisivamente no encaminhamento desse assunto, como também de tudo quanto se relaciona com a questão das greves programadas. O Presidente sente-se de certo modo submetido igualmente a uma pressão, que encontraria seus fundamentos no precedente de suas vinculações políticas com os clubes de sargentos e com o CGT. Em consequência, é facilmente presumível que a atitude dos líderes parlamentares, de conter a pressão militar, funcione também como liberatória do Sr. João Goulart, Chefe do Poder executivo que experimenta os mesmos receios, que assaltam o Poder Legislativo, embora por outros motivos (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso não decidirá no cheiro da pólvora. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 set. 1963).

Nota-se que a partir da eclosão da rebelião dos sargentos, em Brasília, tornou-se mais frequente a utilização do termo “crise” pelo jornalista Castello para denominar o período político do governo de Goulart. Algumas vezes, a palavra “crise” aparecia logo em destaque nos títulos da coluna, o que se caracteriza não apenas como uma estratégia jornalística para chamar a atenção do leitor, mas, também, denota o posicionamento do colunista ante a situação política de setembro de 1963. Na coluna do dia 26 de setembro de 1963, por exemplo, o título “Tentativa de aliviar a crise: novo Ministério” encabeçava a coluna do Castello daquele dia, e o jornalista aproveitava a oportunidade para assinalar que os dirigentes parlamentares, inclusive aqueles que apoiavam o presidente Goulart, consideravam sua “política conciliatória sem centro de gravidade”. Isso era visto como a principal causa da crise política da segunda metade de 1963, cujos fatores imediatos são creditados à quebra da disciplina militar e a quebra da disciplina no que denominavam de “poder sindical”.

Outra coluna de Castello retoma a questão política daqueles dias de setembro de 1963. Nela, desde o título, afirma que o governo de Goulart vivia “Entre a última crise e a próxima crise”, pois na Câmara reinava o pessimismo: “Falar hoje na Câmara ou nos altos gabinetes da República com um político governista é o mesmo que falar com um político de Oposição, as premissas são idênticas e a conclusão é a perplexidade apreensiva e o receio do futuro imediato” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Entre a última crise e a próxima crise. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 set. 1963). Na concepção de avaliador da situação política brasileira, Castello ajuíza que a possibilidade real de conspiração passou a assombrar o presidente Goulart: “Não me encontrarão só como o Getúlio nem sem ter a renúncia previamente feita como o Jânio” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Governo denuncia conspiração de Ademar e Lacerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 out. 1963).

Como já foi dito, sobre a rebelião dos sargentos não há muita análise escrita por Castello em torno do protesto dos subalternos militares pelo direito de elegibilidade para cargos no poder legislativo. Contudo, as poucas colunas aqui citadas, deixam claro o posicionamento dele em relação à atitude do presidente Goulart e os conflitos políticos gerados, interna e externamente, ao seu governo, o que passou a denominar de “crise”.

3.1.6 A solicitação do estado de sítio

A entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times* e que foi publicada na *Tribuna da Imprensa*, em 01 de outubro de 1963 teve grave repercussão no Brasil. Como já dito no 1º

capítulo deste trabalho, Lacerda insulta violentamente o presidente Goulart e “pede a intervenção do governo norte-americano no processo político brasileiro” (Cf.: FERREIRA; GOMES, 2014, p. 187). De imediato, passou-se a discutir no Congresso, as providências cabíveis para enquadrar o “Governador da Guanabara” dentro do que preconizava a Lei de Segurança Nacional, o que poderia determinar uma intervenção federal naquele Estado, ou a decretação do estado de sítio a partir do Congresso Nacional. Portanto, de acordo com o que previa a Constituição brasileira de 1946, as lideranças governistas contavam com duas opções de reação à atitude de Lacerda. Na coluna “Congresso decidirá sobre sítio ou intervenção”, do dia 04 de outubro de 1963, Castello avalia que a aprovação na Câmara de Deputados de uma intervenção política só seria possível depois de apresentada ao Poder Legislativo como fato consumado, ou seja, após ter sido executada, pois a tendência no Congresso Nacional, era a de se negar qualquer medida excepcional que dependesse de prévia autorização. Castello descreve, ao longo da sua coluna de 04 de outubro de 1963, que o general Jair Dantas Ribeiro argumentava com o presidente Goulart “sobre a insatisfação da tropa, oficiais e inferiores, à pouca objetividade da repulsa governamental à declaração do Governador da Guanabara [...]” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso decidirá sobre sítio ou intervenção. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 out. 1963), bem como, apontava o enquadramento do Conselho de Segurança Nacional como suficiente justificativa à intervenção. A decisão de Goulart pelo estado de sítio foi interpretada por Castello da seguinte forma:

Sabia-se, no entanto, que o próprio Sr. João Goulart - nesse passo consciente de que, se representa a legalidade, não a representa sozinho, pois todos os mandatários do povo, inclusive o Governador da Guanabara, se beneficiam da mesma condição - vinha resistindo à formulação dos comandos militares em favor de medidas práticas de repressão ao Sr. Carlos Lacerda por motivo de sua declaração a um jornalista norte-americano, preferindo dar aos Ministros militares o poder de exceção do estado de sítio (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso decidirá sobre sítio ou intervenção. Op. cit).

Castello analisa esta decisão na coluna do dia 05 de outubro de 1963. A afirmativa de Castello e que foi levada a cabo através do título da sua coluna “Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares” parece ter sido elaborada a partir da argumentação do presidente Goulart junto aos dirigentes da Câmara, de que “não se achava em condições de resistir às razões invocadas pelos Ministros militares”. Castello parecia ainda traduzir que o presidente Goulart deixava claro que não tomou a iniciativa do pedido de estado de sítio, mas, conformou-se com ele para se ajustar ao seu dispositivo militar. Castello ainda considera que, apesar das reservas quanto às reais intenções do presidente Goulart no

Congresso, assimilou-se nesta casa a conclusão de que só restava para ele a alternativa de transferir o problema para o Congresso em virtude da pressão exercida pelos militares, pondo em relevo a decisão “louvável” do Presidente da República de não ceder à hipótese de prévia intervenção. Com isso, o colunista aponta que “é fácil, no entanto, diagnosticar-se o desejo generalizado no Congresso, em ambas as Casas, de repelir o estado de sítio, desejo, no entanto, contido pelo receio de que com isso possam agravar, ao invés de aliviar a situação” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 out. 1963).

A coluna intitulada “Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares” é preta de informações e opiniões de Castello sobre a situação política de outubro de 1963. Nela, Castello também confirma que o presidente Goulart, buscando articular o apoio da esquerda, convocou em seu gabinete, no Rio de Janeiro, o deputado Brizola que, amparado pela presença de outros integrantes da Frente Nacionalista, “interpelou o Presidente sobre a legalidade das medidas preconizadas pelo Governo, notadamente a intervenção” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares. Op. cit). E reiterou que, caso as medidas não fossem legais, seria um golpe, e que para o deputado Brizola pairava a dúvida de quais seriam as intenções do presidente Goulart e com quem ele as efetivaria. De acordo com Castello, a afirmação do presidente Goulart de que não pensava em golpe foi retrucada pelo deputado Brizola, que avaliou que “[...] a política de conciliação falhara e hoje o Presidente se achava cercado de desconfiança de todos os lados e paralisado”. Conclui sua coluna de 05 de outubro de 1963 apresentando a proposição do deputado Brizola para resolver as pendências políticas do governo de Goulart: “A solução é a revolução, esse o caminho pelo qual eu marcharei” (Id. Ibidem). Castello interpreta o “insucesso” deste contato entre o presidente Goulart e o deputado Brizola, afirmando que:

Os Deputados nacionalistas, esquerdistas e comunistas condenam, em princípio, o sítio, por entenderem que ele suprime as garantias de manifestação da classe operária e será automaticamente, ainda que isso não esteja na intenção dos seus proponentes, aplicado contra sargentos e trabalhadores, por imposição de um sistema de ordenação militar regido por leis próprias (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares. Op. cit.).

Não obstante, na coluna “Substitutivo do PSD tenta salvar sítio”, Castello avalia que, para as esquerdas, a decretação do estado de sítio “mantinha todos os itens do Art. 141 da

Constituição, que asseguram privilégios e o predomínio da classe economicamente dirigente, enquanto suspende o exercício de todos os direitos de manifestação popular” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substitutivo do PSD tenta salvar sítio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 out. 1963). Portanto, com a perda do apoio político, tanto do centro como da esquerda, o presidente Goulart, conforme explicado no 1º capítulo, retirou o pedido de estado de sítio no Congresso, ciente de que não poderia obter a sua aprovação (FERREIRA, GOMES, 2014, Op. cit.).

3.1.7 San Tiago Dantas e a falência da política de conciliação

De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p.231), San Tiago Dantas iria retornar ao cenário político nacional realizando o último esforço para retirar o presidente Goulart do isolamento político em que se encontrava desde o fracasso da tentativa de instalação do estado de sítio, e evitar que ficasse submetido à “esquerda negativa”²³, buscando reestabelecer alianças mais ao centro e que desse sustentação ao governo do presidente Goulart e também o impedisse de radicalizar. Vale introduzir o assunto sob o ponto de vista da historiografia brasileira, porque Castello fez questão de analisar as articulações do Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, e a falência da política de conciliação no governo de Goulart.

Nesse sentido, Castello analisa o início das articulações do ex-ministro San Tiago na coluna do dia 02 de outubro de 1963 que saiu intitulada “San Tiago articula Governo com bases mais amplas” e explica que uma das estratégias políticas de Goulart foi convocar San Tiago para que realizasse sondagens e reestabelecesse contatos importantes a fim de revitalizar a política de conciliação e retirar o seu governo do isolamento. Para Castello, San Tiago estava imbuído do dever de congregar as forças de esquerda e de centro, para dar suporte a uma necessária recuperação administrativa e econômico financeira do país, de modo a vencer a crise que continuava a se avolumar, e em decorrência da qual, previa a possibilidade da quebra da legalidade democrática.

Na coluna do dia 10 de janeiro de 1964, “Algo de anormal nos quartéis em dezembro”, Castello aponta que uma das estratégias utilizadas por San Tiago foi o incentivo à retomada do debate a respeito da reforma agrária com o objetivo de alcançar um programa mínimo de

²³ Sobre as denominações “esquerda positiva” e “esquerda negativa”, ver o tópico 2.3 João Goulart no sistema presidencialista: tensões e conflitos.

medidas executivas, em torno do qual se reestabeleceria uma unidade de forças junto ao governo do presidente Goulart e, assim, viabilizasse a execução da reforma. Sobre a tentativa de reestabelecer a política de conciliação através da formação da Frente Progressista, Castello avalia que “o programa mínimo do Professor é politicamente ambicioso, pois visa, como se sabe, a criar as bases de uma recomposição geral de todas as correntes ainda formalmente comprometidas com o Sr. João Goulart, do PSD ao Partido Comunista” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Esquema único no Governo: do PSD ao PC. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 jan. 1964).

Há certa frequência da retomada deste assunto nas colunas de Castello, publicadas no *Jornal do Brasil*, nos meses de janeiro e fevereiro de 1964. Na coluna “Encontro aberto de Goulart e Prestes”, de 06 de fevereiro de 1964, por exemplo, Castello distingue que os setores aptos a aderir às propostas de San Tiago Dantas, o faziam sem entusiasmo, determinando uma “repercussão morna, pouco propícia a desencadear acontecimentos”. Objetivariam as iniciativas de San Tiago, o estabelecimento de uma composição política em torno de questões menos conflituosas, voltadas para a solução de problemas julgados com suposta possibilidade de consenso, mas menos relevantes dentro do quadro de crise já instalado. Assim, Castello antecipa as causas do fracasso da política de conciliação retomada por San Tiago:

[...] propõe uma formação parlamentar, de sustentação do Governo, em termos teoricamente aceitáveis, mas que não arredarão os obstáculos práticos à sua eficácia. Na verdade, as esquerdas, o PTB, o PSD e outras correntes que gravitam na área chamada reformista estão divididas internamente por questões que o documento não alcança e que se situam num plano de poder no qual a especulação política é simplesmente impotente. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Encontro aberto de Goulart e Prestes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 fev. 1964).

Na coluna do dia 17 de dezembro de 1963, intitulada “Esquerda encampa suspeita de golpe”, Castello analisa alguns aspectos do posicionamento dos setores que compunham a esquerda radical, a mesma que reivindicava do presidente Goulart a formação de um governo dotado de uma força dominante. Para as lideranças da FMP, segundo Castello, a possível nomeação de Brizola para o Ministério da Fazenda não seria suficiente para a concretização de seus objetivos em função de duas questões: primeiro, porque a nomeação de Brizola não garantiria a execução do programa proposto pela esquerda; segundo, acreditavam que só em equipe este programa seria exequível. Desta forma, Castello sugere ao longo de sua coluna, que surge nas esquerdas as suspeitas de que o presidente Goulart estava “pensando numa

provocação de carácter golpista ao enfrentar a Oposição com a bandeira vermelha do Sr. Leonel Brizola”.

Vale ressaltar que, anteriormente à coluna de 17 de dezembro de 1963, Castello já havia considerado o grau de impacto da nomeação de Brizola para o Ministério da Fazenda, devido ao seu grau de radicalidade. A coluna publicada em 04 de dezembro de 1963, de título “Abertura de Goulart à esquerda: Brizola quer Fazenda”, mostra bem o posicionamento de Castello, ante a nomeação de Brizola para o Ministério da Fazenda pelo presidente Goulart, quando afirma que ela “equivalaria, politicamente, ao ato de Getúlio Vargas, em 1945, nomeando Benjamim Vargas para a Chefatura de Polícia”. O tom de alerta aparece muito claramente na narrativa do jornalista Castello.

Ocorre que o presidente Goulart nomeou Nei Galvão como Ministro da Fazenda e não Brizola, como amplamente se cogitava nas rodas políticas e na própria imprensa. O desfecho político da nomeação foi retratado, por Castello, na coluna “Brizola e Assis Brasil souberam pelo rádio”, de 21 de dezembro de 1963, onde o jornalista “acredita” que o presidente Goulart reforçou, junto às esquerdas, a impressão de que se mantinha firme no propósito de “contornar e conciliar”. Assim, analisando as percepções dos setores mais radicais, Castello conclui que:

A esquerda, hoje, desconfia mais das intenções do Sr. João Goulart do que a própria UDN. Não se trata de uma simples dúvida metódica, para resguardo de posições, mas de uma convicção de que o Presidente manobra maliciosamente para atingir apenas os objetivos secundários e pessoais. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Goulart não mudará política externa. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 dez. 1963).

Na coluna do dia 26 de janeiro de 1964, “Arrais também teme o golpe de Goulart”, Castello se posiciona afirmando que estava bastante claro que os grupos que compunham a esquerda radical, e que desejavam realizar a revolução, não só desconfiavam como também acusavam o presidente Goulart de tramar um golpe de carácter conservador e de direita, tanto que apresenta a seguinte assertiva, nesta mesma coluna: “O Sr. Leonel Brizola pensa assim do Presidente. E o Governador Miguel Arrais, também”.

Sobre a formação das “frentes” que demarcariam as posições conflitantes dentro da esquerda, destacam-se duas. Primeiro, tem-se a “frente ampla” sendo resultado da proposta por San Tiago Dantas. A “frente ampla” também é denominada de “frente progressista” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 231). Segundo, destaca-se a “frente única” sendo oriunda dos setores mais radicais. Apesar de se caracterizar a diferenciação das duas “frentes” e seus respectivos nomes, vale acrescentar que, para Castello, existe uma indefinição quanto a estas

denominações (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: PSD não entra numa frente com CGT e PUA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 fev. 1964).

Apesar disso, Castello não desconsidera a existência da formação das “frentes” que demarcariam as posições conflitantes dentro da esquerda. Na coluna do dia 15 de fevereiro de 1964, nominada “Esquerda negativa contra frente ampla”, Castello antecipa a discussão que teria consagrado estas definições, ao relatar a afirmação do próprio deputado Brizola de que não estaria convertido à ideia da “frente ampla” de Dantas, mas admitia a formação de uma “frente única” da qual estaria excluído o PSD. Para Castello, esta configuração dada pelo deputado Brizola se materializou após a decisão do PSD, informada através do deputado Amaral Peixoto, à época Presidente do partido, de “só participar de frentes políticas que incluam em seu âmbito apenas os partidos ou blocos parlamentares. Em consequência, não ingressará numa Frente única da qual façam parte organismos como o CGT, a PUA e a UNE” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: PSD não entra numa frente com CGT e PUA. Op. cit.). Era o fim da possibilidade de formação da “frente ampla”. Ainda segundo Castello: “o coveiro da Frente Ampla foi, finalmente, o Sr. Luís Carlos Prestes, com um artigo no semanário comunista, declarando inviável a composição preconizada pelo Professor San Tiago Dantas” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Frente de defesa da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 mar. 1964).

3.1.8 Presidente Goulart opta pela esquerda

O Sr. João Goulart poderia, em consequência, constatar a inviabilidade de um novo Governo do tipo do que está se desintegrando, cabendo, com toda consciência da situação, escolher tanto na área civil quanto na militar, o tipo de aliados que terá e os rumos que deverá seguir daqui por diante. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Esquerda tenta evitar o Governo de centro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 mai. 1963).

Castello, já quando da execução da primeira reforma ministerial pelo presidente Goulart e depois do retorno do presidencialismo, previu as dificuldades que o governo federal enfrentaria na manutenção de uma política conciliatória. Na coluna “PSD não ficaria no Governo com Brizola”, de 13 de dezembro de 1963, Castello evidencia que, com o malogro da campanha reformista em fins de 1963, o presidente Goulart já estava ciente de que o PSD não lhe daria o apoio esperado, e por isso, ele se colocava “disposto a reduzir a participação

pessedista no seu Governo, para abrir terreno à inclusão dominante de elementos de esquerda, como também de outras correntes notoriamente favoráveis as reformas”.

Na coluna do dia 18 de dezembro de 1963, “Arrais consolida o movimento de Brizola”, novamente Castello volta a afirmar que o presidente Goulart estava conhecedor de que o “sistema esquerdista não mais colaborará com ele fora desse objetivo de participar do Governo e de dirigi-lo”. E, na coluna do dia 03 de janeiro de 1964, “PSD transigiria sob ameaça da Supra”, Castello considera que “o Presidente João Goulart está mais do que convencido, a esta altura, de que por via legislativa não chegará à reforma agrária, nos termos preconizados por seu Governo”. Com estes apontamentos, Castello dava visibilidade ao nível de pressão política no qual estava submetido o Presidente da República em fins de 1963 e início de 1964.

Apensa de longa faz-se importante transcrever a coluna do Castello, “Monólogo de Natal de um Presidente reformista”, de 01 de janeiro de 1964, na qual o jornalista apresenta o desabafo do presidente Goulart sobre as pressões que sofreu ao longo do seu governo em decorrência das medidas administrativas tomadas por ele para promover “mudanças” políticas, econômicas e sociais no país:

O Presidente (como se estivesse prosseguindo uma conversa) - ... Essa gente pensa que eu tenho medo. Medo de quê? Ninguém neste País sofreu mais pressões do que eu. A primeira manifestação agressiva de militares contra um homem público, aqui, foi contra mim. Eles redigiram um manifesto e me derrubaram do Ministério do Trabalho. Quando fui candidato à Vice-presidência da República, o Ministro da Guerra falou pelo rádio no dia da eleição para dizer que não adiantava me elegerem. Não tomaria posse. Quando o Presidente renunciou, os três Ministros militares decidiram não me empossar. Foi preciso uma revolução, quase uma guerra civil, para que eu chegasse ao Poder. Agora é esse barulho todo porque quero fazer as reformas, porque vou fazer as reformas. Mas vou fazer mesmo. Não adianta. Não tenho medo. Não tenho medo nem de morrer. Hoje posso dizer que só tenho apego a esses dois meninos. Não vou mais conversar com políticos. Não adianta. São contra. Só converso com militares. Outro dia, no Rio Grande, me reuni com eles. Eles me entendem. Ministério, não sei se adianta mudar. Talvez fique com esses aí, faça as reformas com eles. O Juscelino é prisioneiro do PSD. Não posso ir com esse homem para a sucessão. No fundo é tão contrário às reformas como qualquer pessedista. Esse Carlos Lacerda não vai. O povo não vai permitir. Tem aí o Magalhães, homem terrível, manhoso. Apoia as reformas sem querer nada, sem condicionamentos, a gente fica sem saber. Mas estão todos enganados, não vou passar mais um ano assim. Vou fazer a reforma agrária, vou desapropriar essas terras das margens das estradas. Escolhi isso de propósito, sei a quem estou ferindo. Já enfrentei pressões muito piores e, apesar das aparências, nunca recuei. Sempre para a frente. A situação lá fora está boa. O Gordon arranjou as coisas, não vamos ter problemas com os Estados Unidos. Vai haver um desafio. Há esse caso de Cuba, no dia 15, mas os Estados Unidos não vão agravar, não vão fazer disso um caso. Estou de mãos livres parar fazer as reformas. Vou fazer. Se me apertarem muito, quem sabe? Eu renuncio. Não como o Jânio Quadros. Renuncio com as coisas

preparadas. Com os militares conversados. Renuncio e vou para o Sul, esperar. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Monólogo de Natal de um Presidente reformista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 jan. 1964).

Sobre o “monólogo” transcrito acima, não se tem conhecimento ao certo como o jornalista Castello teve acesso ao texto, pois ele não explica como o conseguiu para publicação em sua coluna. Contudo, sabe-se que Castello era um jornalista estrategicamente articulado e tinha acesso aos bastidores da política, sobretudo, em virtude das relações profissionais que mantinha. Afora esta questão, pretende-se, aqui, ressaltar a importância dessa transcrição como fonte histórica e as possibilidades de leituras e análises que ela permite. Nesse interesse, pode-se notar que ficou bastante evidenciada, neste monólogo, a convicção do presidente Goulart em realizar as reformas, na mesma medida em que revelou sua frustração com as articulações políticas buscadas durante seu governo, e o desejo de não mais permanecer submetido às imposições partidárias.

Em 1964, pelo menos para Castello, não havia mais tanta dúvida sobre o posicionamento político partidário que o presidente Goulart assumiria a partir de então. É tanto que, na coluna do dia 18 de janeiro de 1964, intitulada “Goulart vai assinar o decreto da Supra”, Castello assegura que: “o Sr. João Goulart parece decidido a dar um rumo ao seu Governo, lançando o País no dilema definitivo: reforma ou revolução. Reforma com ele. Revolução, por enquanto, com o Sr. Leonel Brizola”. Ou seja, o presidente Goulart opta pela esquerda.

3.2 Conspiração ou temor: interpretações de Castello sobre os setores conservadores

3.2.1 Transição ao presidencialismo e a composição ministerial

O retorno ao sistema presidencialista obteve uma vitória esmagadora no plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Este resultado, segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 140), é explicado tanto pelo grande prestígio do presidente Goulart no início daquele ano, quanto pelo grande interesse de outros partidos e das principais lideranças políticas no retorno do presidencialismo visando às eleições de 1965. Apesar desse interesse, os autores esclarecem que os setores mais conservadores ainda se esforçariam em manter as determinações do Ato Adicional do parlamentarismo.

Nos primeiros dias de janeiro de 1963, Castello sustentou sua coluna analisando a configuração política do governo de Goulart do parlamentarismo para o presidencialismo. Na visão de Castello, a UDN e os setores mais conservadores do PSD ainda insistiriam em “conciliar o inconciliável, isto é, em compor o parlamentarismo com o presidencialismo, à procura de um termo médio que não existe. No fundo, com um objetivo político: o de dar menos poderes ao Presidente João Goulart” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Opção na Guerra, Pastas Civis e reforma difícil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 jan. 1963). E, ao mesmo tempo em que sentenciava que “O parlamentarismo está morto”, Castello também evidenciava que ainda sobreviviam tentativas de adiar o seu fim (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: “Duros” e “moles” no Governo quanto a revogação automática. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 jan. 1963).

Na coluna “Governo responsável, o que pedirá Magalhães Pinto”, de 09 de janeiro de 1963, Castello apresenta detalhes sobre o processo de transição do parlamentarismo para o presidencialismo e aponta que, logo após a divulgação do resultado do plebiscito, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, anunciou a formação de uma coalizão partidária, cujo manifesto “deixa bem claro que condiciona sua posição à conduta do Presidente a partir do plebiscito e [...] desaconselham a volta automática ao presidencialismo, que a Oposição indica como um ato de força e um golpe [...]”. Para Castello, tal ato se propunha a lembrar, em meio à euforia geral, “que persistiam no País, outras forças, além do Presidente da República, em condições de influir nos destinos nacionais”.

Castello explica que na composição do novo governo do presidente Goulart, em 1963, o PSD teve o seu lugar reservado, sendo coerente com a política de conciliação que buscava preservar a aliança PSD-PTB. Porém, a escala dessa participação do PSD no governo, bem como as dúvidas e debates que provocou, tão-só atestava o declínio deste partido no cenário nacional outrora dominante:

Representando o PSD a ordem estabelecida, a continuidade e a perenidade do poder, a submissão política aos valores da ordem econômico-social, sua associação com um Governo comprometido com a reforma, ainda que só ostensivamente, e vivendo sob, a pressão direta de forças semi-revolucionárias, haverá de provocar perplexidades e resistências. O PSD já não sente unanimemente o apelo das antecâmaras e dos gabinetes, os quais podem esconder para eles ameaças inquietantes ao invés da gostosa manipulação dos instrumentos do Poder. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Consciência intranquila leva o PSD ao declínio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1963).

Para Castello, em 1963, o PSD convivia com prevenções, desconfianças e discórdias, em um governo onde não era mais a voz dominante, e considera que, ofuscado pela força crescente do trabalhismo, “o velho PSD entra para o Governo aos pedaços” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Consciência intranquila leva o PSD ao declínio. Op. cit.). Castello assim diagnostica o declínio da influência do PSD na vida política brasileira.

3.2.2 O Plano Trienal, a reforma agrária e os embates políticos

No esforço de estabilização da economia, o Plano Trienal obtinha consenso em seus objetivos em praticamente todos os setores da sociedade (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 148). Na esfera política, os partidos e as tendências de oposição, igualmente demonstravam uma expectativa positiva quanto à sua efetivação. Na opinião de Castello, a liderança do PSD detinha uma impressão favorável à atuação do Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, e manifestava “o empenho do seu partido em prestigiar todos os esforços governamentais no sentido de um combate eficaz à inflação” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Jango dará plena execução à lei de remessa de lucros. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 fev. 1963). Inclusive, Castello defende que o governador Carlos Lacerda, mesmo mantendo sua oposição ao presidente Goulart, prestigiava Dantas acreditando que ele, “com sua inteligência e sua capacidade para tratar dos assuntos sob sua responsabilidade, poderá fazer alguma coisa para aliviar a situação do País” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Os itens principais das negociações de San Tiago. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 fev. 1963).

No início da discussão da reforma agrária, o PSD, como partido majoritário no Congresso, foi requisitado pela SUPRA para estudar as propostas do governo do presidente Goulart, considerando que, para qualquer reforma constitucional, o apoio daquele partido era indispensável (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 164). O tema político não passou incólume pelo olhar jornalístico de Castello que publicou, a 15 de março de 1963, a coluna “Primeiras reações do PSD à reforma agrária” e nela afirmava que a primeira conclusão das lideranças do PSD, em torno das medidas políticas adotadas pelo presidente Goulart, foi a de que alguns dispositivos previstos para a execução da reforma agrária eram muito radicais e outros imprecisos, o que exigiria um estudo mais minucioso por parte do governo. Mas, mesmo com a possibilidade de diálogo com setores da oposição, Castello enxergou outro fator de dificuldade para a viabilização da reforma agrária por via parlamentar:

O obstáculo à tramitação de qualquer emenda constitucional limita-se, hoje, praticamente, à Ação Democrática Parlamentar, cujo manifesto, envolvendo compromisso de voto, está subscrito por 76 deputados, 40 dos quais filiados à UDN. O Sr. João Mendes, que é líder desse bloco, declarou-nos que não concordará com qualquer reforma da Constituição, não só por entender que o problema da reforma agrária poderá ser resolvido sem alteração constitucional como, sobretudo, por receio de abrir um precedente, de consequências graves para a ordem política (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Reforma apenas do Art.147 da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 mar. 1963).

Castello sinaliza que a atuação de Carlos Lacerda na oposição às reformas do governo do presidente Goulart foi de grande destaque. Na coluna do dia 24 de abril de 1963, intitulada “Lacerda leva UDN a vetar reforma constitucional”, Castello esclarece que Lacerda, traduzindo a orientação das bases de seu partido, a UDN, defendia o ponto de vista de que “o Governo do Sr. João Goulart não inspira[va] confiança como executor de qualquer reforma, e de que mexer na Constituição, nas atuais circunstâncias políticas, importa[va] em perigo certo para o regime”. Da mesma forma, na coluna “Atitude de Lacerda tem seus objetivos”, de 27 de abril de 1963, Castello assegura que Lacerda pretendia conduzir seu partido a uma posição mais radical dentro do cenário de crise que se instalava, de modo a adotar uma postura de resistência perante o governo a fim de, também, se impor aos demais partidos de centro e de direita. E acrescenta que a atitude de Lacerda foi consequência de sua convicção “na eminência de uma precipitação do surto revolucionário de esquerda, para cuja eventualidade deseja[va] resguardar uma posição de absoluto repúdio às ideias e teses que dão substância à pregação revolucionária”.

Esta “inquietação” política quanto a um possível surto revolucionário, teve como um dos fatos motivadores, os discursos e posicionamentos radicais do deputado Brizola. Em mais uma de suas previsões, Castello afirmava ao longo de sua coluna que “o agravamento da luta entre o Sr. Brizola e a Câmara poderá provocar uma retração da UDN e de amplos setores do PSD, no que concerne às proposições revisionistas do Governo” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Câmara quer as reformas sem pressão de Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 fev. 1963). Não obstante, na coluna “Divergência na assessoria retarda Reforma Agrária”, de 23 de março de 1963, Castello analisa o medo dos setores conservadores com relação à Brizola informando que:

Os dirigentes udenistas, convencidos de que o Sr. Leonel Brizola articula um movimento subversivo, entendem que o plano é singelo e de execução relativamente fácil. Tratar-se-ia apenas de fechar o Congresso, o que seria feito pela guarnição militar de Brasília e apresentado ao resto do País como fato consumado. Os indícios em que se fundamenta essa suposição são o esforço concentrado de mobilizar massas populares nos arredores da Capital

e a colocação do Congresso como alvo exclusivo dos ataques. A irradiação dos discursos do Sr. Brizola, proferidos na periferia de Brasília, teria por objetivo dar de antemão às massas populares do resto do País a justificativa da operação que iria extirpar o Congresso como obstáculo à realização de reformas e entrave à emancipação econômica nacional. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Divergência na assessoria retarda Reforma Agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 mar. 1963).

Quanto à rejeição da proposta de reforma agrária do PSD pelo presidente Goulart e o seu partido, o PTB, Castello descreveu na coluna “A conversa de Goulart com o líder do PSD”, de 05 de setembro de 1963, o posicionamento e a argumentação de um dos líderes do PSD, o deputado Martins Rodrigues, que lamentou a perda de oportunidade de se quebrar a proibição constitucional de se desapropriar apenas mediante pagamento prévio em dinheiro. Nesta coluna, Castello ainda afirmou que, para este parlamentar, a aceitação da referida proposta abriria “amplas perspectivas de renovação da política rural do país”, pois, o governo contaria com vastas áreas passíveis de desapropriação por títulos, referentes às terras não produtivas; e dizia ainda que a opinião do deputado pessedista era a de que seu partido não poderia concordar que “a reforma agrária começasse por confiscar – pois equivaleria a um confisco – propriedades que estão dando pleno rendimento, representando resultado de investimento e esforço que devem ser estimulados e não paralisados”.

Na coluna “Goulart otimista testado dispositivo”, editada em 07 de março de 1964, Castello retoma a questão e apresenta dados de que houve uma última tentativa dos parlamentares conservadores em aprovar um projeto próprio de reforma agrária, agora de iniciativa da UDN, através do deputado Aniz Brada. Este projeto era a retomada da proposta apresentada por lideranças da UDN, ainda em dezembro de 1962 (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 167). A tendência no Congresso de se votar um projeto de lei, ao invés de uma reforma constitucional, é apontada por Castello, ainda na coluna de 07 de março de 1964, como dominante naquela Casa, e como forma de assinalar a “presença do Congresso na promoção das reformas de base”. Entretanto, Castello entende que tal ação foi interpretada pelo PTB, e pelo próprio presidente Goulart, como uma tentativa de esvaziar a bandeira política governamental de reforma agrária, estimulando um rompimento definitivo destes com a bancada conservadora.

3.2.3 Rebelião dos Sargentos em Brasília e o pedido de estado de sítio

Para Ferreira e Gomes (2014), a ameaça real da tomada da capital da República foi determinante para a mudança de comportamento dos oficiais do Exército quanto ao movimento associativo dos sargentos. Somado a outros fatores já explicitados, a rebelião dos sargentos em Brasília agravou o processo de crise política existente e acabou ressaltando “a existência de um impasse no país, para o qual não há[via] solução à vista”, assegura Castello na sua coluna “General Peri reaviva os termos do impasse”, de 21 de setembro de 1963. No tocante à proposta de um projeto de emenda constitucional tratando da elegibilidade dos sargentos e da anistia dos revoltosos, Castello analisou a questão na coluna “Senado ofendido com sugestão de Tancredo” de 25 de setembro de 1963, onde destaca que a posição de franca oposição do presidente do Senado, à época Auro de Moura Andrade, era a de que “o Senado não deve incentivar a atitude de militares que investem contra as instituições com a metralhadora numa mão e o projeto de anistia na outra. Se a revolução falha, apresentam o projeto”.

Enquanto isso, Castello ressalta que, em Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto iniciou a articulação de um movimento nacional de segurança política e que tinha como pressuposto o enfraquecimento da autoridade do presidente Goulart. De acordo com Castello, a articulação política do governador Magalhães Pinto objetivava:

[...] supri-la por uma cobertura que se organizaria à revelia do Sr. João Goulart para objetivos que possivelmente não se identificariam com os do Presidente. Pretende o Sr. Magalhães Pinto situar-se nos acontecimentos na esfera nacional em seguida a um esforço de polarização da política mineira, não em torno de sua pessoa, mas de objetivos de salvaguarda do regime e de preservação da ordem (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substituição de Peri por Krueel ou Mota. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 set. 1963).

Quando da solicitação ao Congresso pelo presidente Goulart, da autorização para o estabelecimento do estado de sítio, em função das declarações ofensivas de Lacerda, Castello publicou a sua coluna “Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares”, no dia 05 de outubro de 1963, com o intuito de analisar o posicionamento corrente no PSD que, para ele, temia em função da drasticidade das medidas a serem tomadas, a possível implantação de uma autêntica ditadura militar. Na coluna do dia seguinte, Castello expõe a preocupação que predominava no congresso:

O estado de sítio amplo, abrangendo todo o território nacional, com a instituição de tribunais de exceção em todos os Estados pela subordinação de todos os civis que praticarem crimes configurados na lei de estado de sítio por esses tribunais de jurisdição militar completariam o esmagamento do sistema constitucional e lançariam o País numa ditadura irreversível. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substitutivo do PSD tenta salvar sítio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 out. 1963).

Segundo Castello, os dirigentes do PSD entendiam que a crise era mais militar do que política e, por isso, presumiam que, caso a Câmara retardasse o seu pronunciamento a respeito do estado de sítio, o general Jair Dantas Ribeiro invocaria artigos constitucionais para executá-lo (Cf. CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 out. 1963). Castello argumenta que, em função disto, o PSD propôs um substitutivo ao projeto do Executivo, a fim de que se “configurasse um quadro menos radical de suspensão de direitos e garantias constitucionais” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substitutivo do PSD tenta salvar sítio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 out. 1963). Com os posteriores desdobramentos do debate a respeito da implantação do estado de sítio, envolvendo também os receios da esquerda parlamentar e da esquerda radical²⁴, o presidente Goulart, “percebendo a derrota certa no Congresso” acaba por retirar o pedido (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 191).

3.2.4 Desdobramentos políticos à direita

Na coluna do dia 06 de novembro de 1963, “UDN quer atacar, mas sem derrubar”, Castello se dedica a analisar a UDN, pois, sendo um partido marcadamente de oposição ao governo do presidente Goulart, o colunista se propunha a fazer um reexame das suas táticas de ação política e parlamentar. Segundo Castello, os dirigentes da UDN consideravam a atuação do partido moderada em função da “momentânea” conjuntura de crise. A ideia de “atuação moderada” parece ter surgido da postura “receosa” que o partido adotou, mas que não deixava de ser estratégica, logo, evitava agir com maior vigor nos ataques ao governo de Goulart por temerem que pudessem reproduzir os episódios que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, quando a UDN arcou com o ônus da impopularidade gerada naqueles acontecimentos. A Liderança da UDN também avaliava como erro tático o desencadeamento de uma pressão além

²⁴ Assunto previamente abordado no item 3.1.6 A solicitação do estado de sítio.

de certa medida, porque poderia estimular a adoção de uma solução extralegal por parte dos aliados do Presidente da República. Destarte, Castello acentua que a tarefa do partido udenista, em 1963, seria “a de manter o País alerta contra as maquinações que se atribuem ao Sr. João Goulart e sustenta-lo no Governo, ainda que, para tanto, corra a nação o risco de ver mantido por mais dois anos um impasse de terríveis consequências” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: UDN quer atacar, mas sem derrubar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 nov. 1963).

Os temores dos setores conservadores com relação às ações do presidente Goulart, eram reforçados pelos constantes insucessos dos debates no congresso a respeito das reformas, o que, segundo Castello, poderia levar o “mandatário da nação” a adotar uma atitude mais ofensiva, na medida em que não vinha se consolidando o processo reformista que o presidente Goulart desejava, já que era inviável através dos caminhos legais (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Reaberto o esquema - república sindicalista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1963). Na coluna “Acredita a Oposição que o golpe está em marcha”, de 22 de novembro de 1963, Castello opina que a bancada oposicionista tanto da Câmara quanto do Senado, passava a agir politicamente contra o governo de Goulart, sob a expectativa de que o golpe, motivado pelo próprio presidente Goulart já estava em marcha. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 215), as forças de oposição ao governo Goulart, nos últimos meses de 1963, também iriam se radicalizar e buscar ampliar sua rede de apoios com o propósito de acertar seus entendimentos políticos.

Observando a movimentação das peças no jogo político partidário brasileiro em tempos de um futuro golpe, em outubro de 1963, Castello expõe através da sua coluna do *Jornal do Brasil* que as lideranças oposicionistas de Carlos Lacerda e de Ademar de Barros pretendiam se juntar a outro expoente político regional, isto é, ao governador Magalhães Pinto. Isto foi claramente exposto na coluna “Juscelino quer enquadrar Amaral ‘pelo rim’”, de 29 de outubro de 1963:

O Governador Ademar de Barros, na sua visita ao Governador Magalhães Pinto, procurou atrair o dirigente mineiro para a linha de oposição aberta ao Sr. João Goulart, invocando os deveres de resistência, das dificuldades e dos perigos do momento atual. O Governador de São Paulo acentuou a importância que teria para a oposição, a integração no movimento do Governador de Minas, que mantém a porta aberta para o diálogo com todas as correntes democráticas que poderão eventualmente se unir para a defesa do regime (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Juscelino quer enquadrar Amaral “pelo rim”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 out. 1963).

Quanto à atuação parlamentar da oposição ao governo Goulart, Castello ressalta o entendimento das lideranças conservadoras de que tudo o que poderiam fazer seria a “constante denúncia, a permanente advertência e a prudente ação política, pois não dispõem de articulações militares em condições de [...] assumir a iniciativa na provocação dos acontecimentos” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: UDN espera golpe até o fim do mês. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 dez. 1963). Castello reitera, na sua coluna “UDN espera golpe até o fim do mês”, que as Forças Armadas eram caracterizadas por uma divisão interna de posicionamentos, o que acabava impedindo que os pronunciamentos da “cúpula” militar se impusessem como realidade inquestionável de poder. Isto, ao mesmo tempo em que se configurava como um limitador aos esforços para articular uma resistência armada inspirada pela esquerda, era igualmente, “uma restrição à manobras que se baseassem no poder de grupos militares para golpear o regime” (Id. *Ibidem*), pois haveria resistência militar amparada na preservação da legalidade.

Assim, concluía o colunista que a tendência geral da oficialidade das Forças Armadas em prol da legalidade, seria a única segurança contra ações antidemocráticas, deixando, em outra afirmação, um alerta premonitório, a saber: “A hierarquia militar continuaria dominada por um conceito de ordem e de legalidade nem sempre adaptável a um Governo que se propõe a assinalar sua passagem por iniciativas reformistas de conteúdo populista” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Mudança no PSD: caso Boaventura repercute. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 nov. 1963).

3.2.5. Goulart à esquerda e conformações à direita

Como já foi dito no capítulo anterior, o esgotamento da política de conciliação²⁵ acarretou o esvaziamento da participação do PSD no governo do presidente Goulart. Contudo, considero relevante assinalar como o jornalista Castello deu visibilidade ao assunto na sua coluna editada no *Jornal do Brasil*. Na coluna do dia 20 de dezembro de 1963, intitulada “Todos os dados estão na mesa – Brizola”, Castello denunciou que o Presidente da República desde cedo sabia que o PSD, a partir do momento que ficasse de fora do governo se posicionaria contra ele, e advertiu a “formação de uma ampla frente política que tentará resistir, passando à ofensiva, à execução de um esquema de radicalização, senão revolucionário, na vida pública do País”. Para

²⁵ Assunto previamente abordado no item 3.1.7 San Tiago Dantas e a falência da política de conciliação.

Castello, esta frente seria formada por todas as forças conservadoras e as de centro, incluindo a maioria dos governadores dos Estados brasileiros, excetuando-se os de Pernambuco, Piauí e Sergipe.

No dia 25 de janeiro de 1964, a coluna de Castello circulou com o seguinte título: “PTB declara-se contra o golpe”. Com título bastante sugestivo sobre os acontecimentos políticos do início do ano de 1964, Castello analisava que o PSD, antes mesmo de romper com o presidente Goulart, acompanhava os fatos de modo “silencioso e apreensivo, a luta entre Governo e oposição, receoso do Governo e da oposição”. O jornalista continua explanando, ao longo da sua coluna, que as lideranças do partido pessedista eram conscientes de sua responsabilidade e sabiam que “se romperem com o Presidente, será como retirar o tapete aos seus pés. Ele cairia dentro de um mês”.

Na coluna do dia 22 de janeiro de 1964, “Em criação milícia antirrevolucionária”, Castello cita a constituição de organizações civis para resistirem ao possível golpe da esquerda. Castello não perdia a oportunidade para imprimir sua análise da conjuntura política que se configurava em relação ao governo do presidente Goulart, tanto que emite seu parecer diante das motivações políticas da oposição que levaram ao estímulo da formação de milícias:

Estão enfaticamente convencidos, os chefes da Oposição, de que o Governo está com sua ação revolucionária ou golpista apazada para dia certo, tornando-se, em consequência, descabidas simples providências políticas, no estilo das atitudes oposicionistas até aqui adotadas. De agora por diante, caberia enfrentar, nos mesmos termos, as medidas de preparação de um processo subversivo, respondendo à arregimentação de forças com uma outra arregimentação, bastante poderosa para desestimular o adversário ou para contê-lo e derrotá-lo no momento decisivo, que estaria bastante próximo (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Em criação milícia antirrevolucionária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 jan. 1964).

Ainda, na coluna do dia 22 de janeiro de 1964, Castello avalia que a agressividade expressada pelos dirigentes da oposição ao governo do presidente Goulart, acabava por revelar “um estado de espírito tenso, de quem considera esgotadas as possibilidades do diálogo político e da contemporização e se prepara para a ação direta” (Id. *Ibidem*). Nos dias 23 e 24 de janeiro de 1964, Castello continuou escrevendo sobre a mesma temática, levando ao público leitor informações sobre o desenrolar das “negociações” e dos desacordos políticos do governo de Goulart e a prevista “ação (anti)revolucionária”. Na coluna “UDN vive a guerra revolucionária”, de 23 de janeiro de 1964, Castello exhibe que as lideranças da UDN procuravam agora exercer uma oposição que buscava viabilizar uma ação direta contra o governo Goulart,

apresentado como subversivo. Castello aponta nesta coluna, que os contatos com os militares contrários ao governo, pela oposição, passam a ser feitos de forma ostensiva a partir de então.

Na coluna do dia 24 de janeiro de 1964, Castello parecia incisivo sobre os fatos políticos desde o título “Generais advertiram: haverá resistência” e destacou que os setores de oposição afirmavam que “os chefes militares têm dado demonstrações de estarem advertidos da situação e dispostos a enfrentar a eventualidade de uma ação revolucionária ou de uma simples manobra golpista”. Castello também relata uma visita feita por alguns generais ao Ministro da Guerra, com o intuito de advertir que nenhuma ação político-militar ficaria sem a devida resistência.

Quanto à perspectiva da execução da reforma agrária “na marra”, Castello cita declarações do deputado Último de Carvalho, líder da bancada mineira do PSD:

À sorte das nossas propriedades rurais em Minas está cingida a sorte do mandato do Presidente da República. [...] Se o Presidente confiscar as nossas propriedades ou se permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque o seu mandato de Presidente (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: "Fazendas tomadas Goulart derrubado". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 fev. 1964).

Segundo Castello, tais declarações retratavam um estado de espírito generalizado de apreensão e disposição ao enfrentamento das ações “subversivas” de setores da esquerda radical, não escondendo “o propósito de resistência a qualquer tentativa de facilitar a invasão das fazendas do seu Estado e interpretando as ameaças atuais como simples instrumento de demagogia política” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: "Fazendas tomadas Goulart derrubado". Op. cit.). Para Castello, temendo a “guerra revolucionária”, a oposição estaria promovendo a organização de grupos de resistência à ação das esquerdas radicais, numa prática que não tem nada de ocasional “desde que obedece ao esquema de armar uma verdadeira milícia que eventualmente se iria contrapor à milícia revolucionária arquitetada na base dos ‘grupos de onze’ do Sr. Leonel Brizola” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Prazo de Goulart a Bilac para provar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 fev. 1964).

Na coluna de 19 de fevereiro de 1964, intitulada “Reage a oposição na área militar: golpe”, Castello expõe e analisa a posição do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em relação à deposição do presidente Goulart. Segundo Castello, o governador Magalhães Pinto adotava uma postura de não enfrentamento ao governo: “partindo do pressuposto de que a atitude do comando udenista é tão negativa quanto a articulação de um golpe atribuída ao Sr. João Goulart”, o governador mineiro consideraria estes esforços como “igualmente hostis à sobrevivência do regime”. Diante de tal análise do colunista, pode-se depreender que

Magalhães Pinto, até aquele momento, procurava não declarar sua posição política diante da crise, aparentando neutralidade e evitando posturas ou declarações que definissem publicamente sua opção. Por último, Castello ainda apresentou em sua coluna que o partido de Magalhães Pinto, a UDN, denunciava que:

Frisam os dirigentes udenistas o esforço do Governo para marginalizar o congresso Nacional a ponto de fazer do seu deliberado isolamento em Brasília, um símbolo do seu afastamento dos problemas cruciais do País. Não vendo qualquer condição de êxito para o programa mínimo da Frente única, acreditam os udenistas que, a partir do seu ostensivo malogro, o Sr. João Goulart, “não tendo outra saída”, ingressará naquilo que o Sr. Pedro Aleixo chama de “estrada real” do golpe e da subversão (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Reage a oposição na área militar: golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 fev. 1964).

Não obstante, em março de 1964, Castello considera que após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, reforça-se do lado da oposição a percepção de que o governo Goulart perseguia “objetivos extra constitucionais”, caracterizados pela UDN e pelo PSD como de supressão das regras do jogo democrático. No entanto, isto se fazia não pelo fechamento do Congresso, mas, sim pela sua “total marginalização e desmoralização perante as massas trabalhadoras, as quais iriam buscar satisfação para seus anseios em esferas mais efetivas de poder” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Novo Governo para “reformas integradas”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 mar. 1964).

3.3 O “desfecho”: o embate de forças e o confronto final

3.3.1 Fim da conciliação: posições em confronto

Em 27 de abril de 1963, a coluna do Castello saiu publicada com o título “Atitude de Lacerda tem seus objetivos”. O tom de certeza que caracterizava a coluna do Castello, daquele dia de abril de 1963, era fruto do conteúdo nela exposto, ou seja, a transcrição do posicionamento dos militares no momento em que se esgotavam os esforços de estabilização da economia ante a falência do Plano Trienal, assim como pela ocasião em que começavam a ganhar força as declarações e as atitudes da esquerda radical. Nesse intuito, Castello apresentava a afirmação dos militares de que “as tropas não irão para a rua para qualquer golpe,

mas sairão para a defesa das instituições”, ao tempo em que igualmente garantiriam a segurança física do Congresso: “Os deputados e senadores são livres para deliberar, em favor da reforma ou contra a reforma, sem que nada lhes aconteça. Em qualquer emergência, o Congresso deverá ser preservado” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Atitude de Lacerda tem seus objetivos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1963).

De acordo com Castello, o presidente Goulart expressava suas preocupações com as radicalizações mais extremadas da direita, alertava sobre a possibilidade de um confronto a partir da tentativa de golpe, e afirmava a posição que tomaria: “O país, a seu ver, poderá tornar-se ingovernável, e o caminho que se abriria, o da ditadura, seria por ele repellido. Os informantes oficiais atribuem mesmo ao Presidente a seguinte frase: ‘Ditador, eu jamais serei’” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Versão oficiosa: Goulart não quer ser ditador. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 ago. 1963). Mais tarde, em 23 de novembro de 1963, Castello publica a coluna “Aberta a crise militar com cartas e prisões” e, neste momento, afirma que o presidente Goulart era convicto de que o seu governo deveria “preparar-se para todas as hipóteses e aceitar como regra a falta de regras, ou seja, o ‘vale tudo’”. Tal posicionamento contrariava a afirmação anterior do presidente Goulart de que repeliria o caminho da ditadura.

No quadro de crise política de 1963, acentuada ainda mais com a revolta dos sargentos de Brasília, Castello considera que o presidente Goulart permanecia convencido de que, mesmo com a fraqueza do seu governo quanto ao exercício do poder, a sua base de sustentação era sólida o suficiente para desanimar qualquer tentativa de enfrentamento (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substituição de Peri por Krueel ou Mota. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 set. 1963). Assim, na coluna “Substituição de Peri por Krueel ou Mota”, Castello faz uma análise das alianças políticas feitas por Goulart para sustentar-se como Presidente da República naquele momento:

Essa base é constituída não apenas pelos setores sindicais como também pelos graduados das Forças Armadas e uma fração importante do Comando, localizada, sobretudo no III Exército. Qualquer movimento que se articulasse contra seu Governo teria que levar em consideração esse dado que tem como desanimador para seus adversários, a não ser que esses conseguissem agrupar-se na linha dos interesses políticos da esquerda militante, o que se lhe afigura improvável (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Substituição de Peri por Krueel ou Mota. Op. cit.).

No dia 28 de setembro de 1963, Castello publicou a coluna “Entre a última crise e a próxima crise” e imprimiu seus comentários sobre a falta de articulação das forças políticas partidárias da direita e da esquerda, no sentido de armar um dispositivo capaz de se impor numa

situação de emergência. No que se refere à ação da UDN nesse processo, Castello considerou sua participação, por um lado, como omissa porque “pela primeira vez, como comando, como organização, não conspira nem se empenha em solução de exceção”; por outro lado, viu a atitude da UDN como fato positivo. Até porque, Castello avaliou que a esquerda era incapaz de instituir um dispositivo sólido para garantir sua preponderância numa situação de confronto com os setores conservadores naquele momento, mesmo depois de ter tomado a ofensiva e desarticulado “as armações clássicas do centro e da direita”.

Em sua coluna de 20 de dezembro de 1963, “Todos os dados estão na mesa – Brizola”, Castello fez uma análise da composição de forças políticas antagônicas do país naquele momento e as apresenta de forma bem definidas e consolidadas:

De um lado, as esquerdas, nas suas forças decisivas, CGT, Partido Comunista; Miguel Arrais, PUA etc., com exceção apenas da fração parlamentar conhecida como grupo ideológico do PTB, se organizaram para dar cobertura ao Ministério de esquerda, sustentando o Sr. Brizola. De outro lado todas as forças centristas e conservadoras marcham para um sistema de resistência e luta, aceitando o desafio nos termos em que for posto. Nesse esquema devem ser incluídos todos os Governadores de Estado, exceção dos de Pernambuco, Piauí e Sergipe, sendo que o de Minas está em condições de reagir no momento em que a ação do Governo federal pareça caracterizar um avanço para fora dos quadros institucionais (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Todos os dados estão na mesa – Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 dez. 1963).

De acordo com Ferreira e Gomes, (2014), o medo de um possível golpe a ser dado pelo próprio presidente Goulart, também acabou por acelerar o processo de aglutinação de lideranças políticas tanto na esquerda quanto na direita, distinguindo ainda mais a polarização já existente. Segundo Castello, em janeiro de 1964, a desconfiança quanto ao futuro posicionamento do presidente Goulart era generalizada, de maneira que não só Miguel Arrais temia o golpe de Goulart, como também “o que era uma convicção da UDN e de setores puramente oposicionistas, tornou-se um receio definido do PTB e uma preocupação silenciosa, mas obsessiva do PSD. Todos temem o golpe” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Arrais também teme o golpe de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jan. 1964). Castello afirma ainda na coluna publicada em 24 de janeiro de 1964 que, para Miguel Arrais, então governador de Pernambuco, o presidente Goulart estaria alimentando a radicalização política tanto da direita quanto da esquerda, do mesmo modo que Getúlio Vargas, em 1937, havia manipulado os perigos comunista e fascista a fim de que, lançando um contra o outro,

uma ameaça da ordem pública acabasse lhe proporcionando “os instrumentos de forças indispensáveis para decidir a questão a seu modo”.

Castello apresenta na coluna de 16 de fevereiro de 1964, “Análise sigilosa adverte para o golpe”, dois documentos a que teve acesso e que circularam de forma reservada na alta administração civil e militar. Um dos documentos era denominado de “Brasil – Estados Unidos”; e o outro, chamado de “Perspectivas Brasileiras”, foi o texto ao qual Castello se dedicou a analisar na coluna. Castello declara que a impressão dele em relação aos documentos era a de que ambos haviam sido elaborados para um público estrangeiro especializado. Ao deter-se à análise do segundo documento, Castello revela que este faz algumas conjecturas sobre as intenções do presidente Goulart, e traça as perspectivas de revolução a partir do quadro de crise política instalado no país, em 1964. Quanto aos possíveis objetivos do presidente Goulart, de acordo com Castello, o texto aponta duas possibilidades:

1) “elevar a temperatura política até ao ponto da fusão constitucional e obter do Congresso a aprovação das emendas à Constituição, que vem preconizando ultimamente”; 2) “fechamento do Congresso, outorga de novo sistema eleitoral, da lei agrária, e convocação de constituinte visando a referendar a reforma constitucional que permitirá sua permanência no Poder, ou seja, sua reeleição”. O segundo objetivo seria o preferencial, no momento. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Análise sigilosa adverte para golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 fev. 1964).

Em relação à perspectiva de revolução, Castello acentuou do documento “Perspectivas Brasileiras”, que apesar de Goulart identificar-se com a campanha política do deputado Brizola, os dois teriam objetivos distintos com a promulgação da “revolução”, como pode ser observado no fragmento destacado logo abaixo:

Brizola “objetiva a uma revolução jacobina de esquerda, do tipo fidelista original”, e Goulart usaria a palavra revolução para chegar ao seu oposto – “um regime de ditadura pessoal, no estilo do peronismo argentino, através de uma ação política sindical-militar contra o Congresso”. Sem chance na eventualidade de uma revolução, o Presidente tentaria “levar empresários, militares e sindicatos a aceitarem a solução das reformas pacíficas, mas ditatoriais, em lugar de correrem o risco da revolução brizolista”. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Análise sigilosa adverte para golpe. Op. cit.).

Outro ponto que Castello pretendeu destacar do texto, foi o envolvimento do dispositivo militar oficial nas supostas manobras políticas do presidente Goulart. A análise de Castello em torno deste assunto evidencia que o documento considera que o espírito de legalidade das

Forças Armadas, tendo sólida significação, impediria que elas marchassem contra ou a favor de Goulart, caso tal ação representasse a ilegalidade. Assim sendo, o presidente Goulart procuraria criar as condições políticas necessárias para realizar “o seu próprio golpe como um contragolpe na defesa da legalidade ameaçada pelo lacerdismo” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Análise sigilosa adverte para golpe. Op. cit.).

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 243), o mês de março de 1964 pode ser visto como um “ponto de inflexão, que acaba com a incerteza reinante, conduzindo variados grupos sociais à uma posição de veto a Goulart”. Com isso, verifica-se que as condições para o confronto entre as forças da esquerda e da direita, já bastante polarizadas, se consolidavam.

3.3.2 O comício da Central do Brasil

Segundo Castello, o anúncio do comício da Central do Brasil para o dia 13 de março de 1964, trouxe grandes expectativas e gerou preocupações quanto aos seus possíveis desdobramentos. De acordo com Castello, o dia treze de março seria fatídico para o governo de Goulart, considerando que boa parte dos desencadeamentos políticos que levariam ao golpe de 1964 concentraram-se a partir da assinatura do decreto da SUPRA²⁶, programada para ser realizada durante o do comício da Central do Brasil. Os opositores do governo de Goulart e de suas reformas políticas cogitavam que depois de assinado o decreto da SUPRA, haveria invasões de propriedades rurais em todo país, especialmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro²⁷.

Além disso, Castello destaca que as esferas políticas civis e militares, e lideranças oposicionistas, apontavam indícios de que se preparavam “greves generalizadas para eclosão nos dias subsequentes ao comício, [como método] de pressão sobre o Congresso, para realizar as reformas de base” (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso em recesso na sexta-feira, 13. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 mar. 1964). Na coluna “Congresso em recesso na sexta-feira, 13”, Castello registra a ocorrência de contatos de alguns chefes militares

²⁶ O decreto da SUPRA desapropriava terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, bem como daquelas beneficiadas por investimentos federais em obras de irrigação, drenagem e açudes, sob a alegação de interesse social. (GRYNSZPAN, apud FERREIRA, 2006, p. 74).

²⁷ Cf: CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Congresso em recesso na sexta-feira, 13. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 mar. 1964; CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Invasões previstas no norte e Estado do Rio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 mar. 1964.

com o Ministro da Guerra com o objetivo de adverti-lo das possíveis consequências do comício da Central do Brasil.

De acordo com Castello, outro fator de análise que ganhou evidência com os preparativos para o comício foi a questão da permanência do presidente Goulart no poder, na medida em que este passaria a adotar uma política de ação direta sobre as massas populares. Esse fator foi exposto na coluna “Goulart iria para ‘Ditadura Consentida’”, de 08 de março de 1964, considerando que para uma possível reeleição do presidente Goulart, haveria necessidade de mudanças na Constituição. Castello afirmava ainda que, tanto para as esquerdas como para os setores oposicionistas:

[O Presidente] carecendo de esquema político e parlamentar que lhe possibilite reformar a Constituição para esse fim, só poderia contemplar o desenvolvimento de uma ideia semelhante na base da quebra das resistências por vias anormais ou excepcionais, para o que seria indispensável o apoio agressivo dos movimentos populares, desde que lhe faltaria também um dispositivo militar para ações golpistas (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Goulart iria para “Ditadura Consentida”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 mar. 1964).

Para Castello, o presidente Goulart estava ciente das apreensões e da resistência da oposição e dos setores conservadores com relação ao comício e, mesmo assim, conduzia os preparativos para o evento de modo a “deixar indefinido o panorama no que se referem às decisões das chamadas forças populares” (Id. *Ibidem*). No que toca ao comportamento da oposição conservadora, os autores Ferreira e Gomes (2014, p. 256) ao tratarem do assunto, ressaltam que, em março de 1964, não se tinha mais dúvidas “quanto à necessidade de depor Goulart a qualquer custo”.

Ainda na coluna “Goulart iria para ‘Ditadura Consentida’”, de 08 de março de 1964, Castello tece críticas ao posicionamento da oposição conservadora, afirmando que ela “perdeu de há muito seu poder de distinguir e considera como embarcadas na mesma canoa todas as gamas de esquerda, os revolucionários, os golpistas, os evolucionários etc.”. Acreditava Castello que “o prévio esclarecimento de todas as posições e de todas as intenções haverá, contudo, de contribuir para quebrar a tensão armada e para que o comício seja apenas uma peça de rotina na guerra fria entre direita e esquerda” (Id. *ibidem*). Contudo, como veremos, não foi o que ocorreu.

Na coluna do dia 15 de março de 1964, intitulada “Reformas para evitar convulsão sangrenta”, Castello aborda sobre a mensagem presidencial ao Congresso Nacional, que solicita a reforma da constituição para:

[...] suprimir a indenização prévia e em dinheiro na desapropriação por interesse social; para permitir o voto do analfabeto, o voto e a elegibilidade dos sargentos e praças de pré e a legalização do Partido Comunista; para adoção do princípio da delegação legislativa; para suprimir a vitaliciedade da cátedra; e para autorizar Executivo e Legislativo a convocarem plebiscitos com força de determinar a reforma constitucional (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Reformas para evitar convulsão sangrenta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1964).

Nesta mesma coluna, Castello analisa a realização do comício da Central assinalando que este precedeu o envio da mensagem acima citada, e que se consubstanciou em um instrumento de pressão política para que “deputados e senadores entendam com clareza a alternativa que se imporia, caso não atendam ao seu apelo”. Castello conclui que teria ali começado, para o governo, “o período das decisões” e que o Congresso teria de assumir “sua parte de responsabilidade em acontecimentos que inevitavelmente se seguirão à formulação precisa do programa do Sr. Goulart”. Castello interpreta a postura de Goulart como um ultimato ao Congresso.

No governo do presidente Goulart passou-se a adotar a expressão “reformas integradas” que, para Castello, significava que a campanha reformista não aspirava a atingir somente o econômico e o social, mas também ingressar fundo nas estruturas políticas (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Novo Governo para “reformas integradas”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 mar. 1964). Para Castello, tal expressão coadunava-se com a apreciação de Brizola de que a formação de um “verdadeiro Governo popular” só seria possível com obtenção do apoio de todas as esquerdas ao presidente Goulart.

Na coluna intitulada “Brizola faz concessões”, de 22 de março de 1964, Castello apresenta uma afirmação do deputado Brizola ao presidente Goulart, quando ambos se encontraram dois dias antes em Brasília. Parece que a intenção do jornalista era ressaltar os apelos do deputado Brizola para que o presidente Goulart aderisse à revolução, pois considerava que: “Na medida em que o Presidente se mostrar disposto a seguir este roteiro, terá o apoio da corrente revolucionária”. Através das colunas de Castello, nota-se que os receios existentes na esquerda radical vão se desvanecendo quanto ao posicionamento do presidente Goulart nos últimos dias do mês de março de 1964. É tanto que na coluna do dia 22 de março de 1964, Castello evidencia que diante da preocupação de Brizola de que o presidente Goulart voltasse atrás, retomando uma política conciliatória, “o Presidente, no entanto, vem oferecendo aos dirigentes da esquerda garantia de que desta vez aceitará o desafio”. E, em 24 de março de 1964, Castello informava na coluna “Brizola no Governo; plebiscito à vista”, que o presidente Goulart teria assegurado

que, de sua parte, “não haveria mais recuos e declarou que a união de todas as forças adversárias justifica uma quebra de sectarismos para um reforço no sistema popular reformista”.

Estando definidas as forças em confronto após o comício da Central, já radicalizadas e em preparativos para um embate decisivo, o deputado Brizola torna-se o tema da coluna de Castello do dia 21 de março de 1964. Nela são expostas avaliações e previsões do líder esquerdista, bem como algumas de suas propostas:

O Sr. Leonel Brizola acredita que a situação nacional se aproxima rapidamente de um desfecho. Para sentir como as coisas andam, basta ver como estão as formigas da reação (parecem formigas de asa), trancando para lá e para cá, querendo levantar voo", acrescentou. Para ele, a mobilização que se faz nas hostes "antipopulares", com cobertura total da imprensa, breve alcançará os quartéis. O desfecho deverá ocorrer antes de 1965, antes das eleições, e, respondendo a uma pergunta, o Sr. Brizola admitiu que, conforme o rumo dos acontecimentos, o Presidente João, Goulart poderá não chegar ao término do seu mandato. [...] Mostra-se o dirigente esquerdista impressionado com a mobilização dos jornais e diz que uma das etapas da luta consiste em "democratizar a imprensa". Respondendo à pergunta, citou uma "fórmula intermediária" possível: a entrega dos jornais aos partidos políticos e o controle da publicidade por um organismo único. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Brizola: agitação atingirá quartéis. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 mar. 1964).

As afirmações do deputado Brizola expostas acima denotam sua disposição para o enfrentamento das forças conservadoras, que segundo ele, já se mobilizavam, parecendo “formigas de asas”, querendo levantar voo. Castello de certa forma dá destaque aos posicionamentos do deputado Brizola com relação à imprensa, que segundo o político de esquerda, “deveriam ser democratizadas”, e controladas por um organismo único. Mas enfim, como previu o deputado Brizola, ocorreu o “desfecho”. Não demoraria a sua precipitação mais de duas semanas após as declarações do deputado da Guanabara.

3.3.3 O “desfecho”

Quando da eclosão da revolta dos marinheiros no dia 25 de março de 1964, Castello analisou o momento político na sua coluna “Goulart decide de longe crise naval”, de 27 de março de 1964, bem como apresentou as alternativas disponíveis ao presidente Goulart para a solução da crise política. De acordo com Castello, a aceitação da demissão do Ministro da Marinha, almirante Silvio Mota, implicaria no atendimento às reivindicações da classe,

enquanto a sua recusa significaria o sufocamento da rebelião e a reposição da disciplina militar. Para a adoção desta última hipótese, Castello identifica o maior problema para o presidente Goulart naquele momento, pois significaria a agressão ao “sistema esquerdista, cujos representantes compareceram ao Sindicato dos Metalúrgicos e solidarizaram-se com a rebelião”.

Logo depois de tomada a decisão favorável aos marinheiros rebelados pelo presidente Goulart, Castello publicou a coluna “Em colapso o sistema militar anti-Goulart”, editada em 29 de março de 1964. Nela interpreta o posicionamento do presidente Goulart, afirmando que sua vocação natural para o diálogo foi violentamente bloqueada pelos setores que apoiaram o movimento, fazendo-o perceber a inexistência de condições para uma política de transigência, uma vez que “as bases mobilizadas para servir de sustentáculo do Governo mostraram-se mais afirmativas e mais fortes do que o próprio Governo, impondo-lhe um rumo que exclui a hipótese de recuo”. Para Castello, a perplexidade diante dos fatos em ocorrência, pairava sobre os setores oposicionistas, que a partir de então, ganham o apoio declarado e ostensivo do PSD. Entre os partidos de oposição, ao abatimento que antes caracterizava suas ações, sucedeu-se “um arrojo cívico para enfrentar, sem instrumentos adequados, a luta contra o Sr. João Goulart”. Castello afirma que, mesmo com esta disposição dos setores conservadores acrescidos dos que antes se posicionavam mais ao centro, para enfrentar o governo do presidente Goulart, os congressistas sentiam-se imobilizados, pois foram postos à margem das decisões políticas:

A impressão das correntes oposicionistas, já agora entre elas figura o PSD, ostensivamente, é a de que, se não ocorrer um milagre, nos próximos dias, senão nas próximas horas, o Sr. João Goulart, ainda que não o queira, cobrirá os objetivos que lhe são atribuídos de implantar no País um novo tipo de República, que não é certamente República dos sonhos do PSD, da UDN, do PR e até mesmo do PTB (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Em colapso o sistema militar anti-Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1964).

O citado “milagre”, tão esperado pelos oposicionistas, que foi o início do golpe civil-militar, aconteceu no dia 31 de março de 1964, seis dias depois da eclosão da rebelião dos marinheiros e dois dias após a publicação dessa coluna. Ele veio imediatamente antecedido por um manifesto do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 335), pelo qual afirmava que “tinha o dever de entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República” (JORNAL DO BRASIL, apud FERREIRA e GOMES, 2014, p. 335). Segundo Castello, a decisão do governador mineiro de se colocar contra o presidente Goulart, estaria respaldada nos entendimentos com os governadores de São

Paulo e do Paraná, amparados pela identidade de propósitos e unidade dos dispositivos militares estaduais e inclusive federais nestes Estados da Federação (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Minas desencadeia luta contra Jango. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 mar. 1964). Assim, na madrugada do início do golpe civil miliar de 1964, Castello relata a enorme receptividade que o manifesto do governador mineiro, Magalhães Pinto, teve junto à oposição, na sua coluna “Minas desencadeia luta contra Jango”, de 31 de março de 1964:

O manifesto do Governador Magalhães Pinto, recebido com euforia pela oposição e com desafogo pelo PSD, ao qual se ofereceu um novo polo de poder, repercutiu ontem na Câmara dos Deputados como o episódio decisivo da mobilização de forças para conter o Presidente João Goulart. Líderes udenistas, invocando como sintoma a união de Minas em torno do seu Governador, assinalada pela presença do Sr. José Maria Alkmim no Secretariado e engrandecida pela presença do Sr. Milton Campos no elenco de auxiliares do Sr. Magalhães Pinto, prognosticavam um desfecho da situação nacional para as próximas 24 horas, segundo o Sr. Herbert Levi, ou para as próximas 72 horas, segundo o Sr. Arnaldo Cerdeira. (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Minas desencadeia luta contra Jango. Op. cit).

Dois dias após a deflagração do golpe contra o governo de Goulart, Castello publicou sua coluna com o seguinte título “Goulart mobiliza Brasília para luta”, na qual afirmava que o Presidente da República não havia renunciado e que não se considerava vencido. O colunista informava da existência de indícios de que o presidente Goulart ainda confiava no surgimento de uma forte resistência, não só no seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, mas também em outros municípios do país. Considerando que Castello ainda não sabia que Goulart havia embarcado rumo ao sul, haja vista que a coluna foi escrita na noite anterior ao dia 02 de abril de 1964, o jornalista apreciou brevemente as condições de resistência militar na capital federal, a partir da possibilidade de que o presidente Goulart pudesse mobilizar suas bases políticas e sociais para a luta.

Além disso, na coluna “Goulart mobiliza Brasília para luta”, de 02 de abril de 1964, Castello contou com fontes de informações ligadas às forças oposicionistas e, através destas fontes, explica como foi elaborado o plano para derrubar o presidente Goulart, conforme transcrição abaixo:

Na alta direção udenista não se fazia segredo de que o plano conspiratório, desencadeado na segunda-feira, foi longamente preparado, inicialmente numa faixa defensiva e, a partir do comício do dia 13, na Central do Brasil, em caráter agressivo. Houve consulta e infiltração em todo o dispositivo militar e o plano foi cuidadosamente elaborado para uma rebelião progressiva e

avassaladora. No esquema figurava o propósito de permitir ao Sr. João Goulart tomar sua decisão final por conta própria (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Goulart mobiliza Brasília para luta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964).

Por fim, após a consolidação do golpe civil-militar, Castello redigiu a coluna “Eleição quarta-feira, Juscelino com PTB” que foi publicada no dia 04 de abril de 1964. Na ocasião, o jornalista revela algumas das preocupações de uma parcela da classe política brasileira, não só entre aqueles que se opuseram a deposição do presidente Goulart. Em suas palavras, Castello antecipa um fato que haveria de ser “lugar comum” no novo regime:

A palavra de ordem surgida dos bastidores da revolução vitoriosa é "acabar com o comunismo". A firme disposição do comando militar de realizar essa política, que estaria sendo executada com conotações terroristas neste ou naquele ponto do País, provocou apreensões não só entre os Deputados e Senadores do esquerda como até mesmo entre aqueles que, no esquema vitorioso, se recusam à adoção de técnicas extremadas (CASTELLO BRANCO, C. Coluna do Castello: Eleição quarta-feira, Juscelino com PTB. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 abr. 1964).

Na coluna do dia 11 de abril de 1964, intitulada “Congresso aceita o mandato da revolução”, Castello informa sobre a consolidação da eleição do marechal Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República e da “vigorosa afirmação dos fins revolucionários” que impôs à Câmara dos Deputados, consumir “o ato mais constrangedor que lhe coube praticar no decurso da revolução: a convocação de suplentes para preencher as vagas abertas com a cassação de mandatos imposta pelo comando militar”. Era a afirmação de uma nova conjuntura, que encerrava um período de dezenove anos de experiência democrática na República Brasileira.

O “Desfecho”, como o deputado Brizola havia previsto, foi o ápice de um confronto que teve seus contornos delineados a partir do cenário político de crescente polarização, ocorrida no período em que o presidente Goulart exerceu seu mandato com plenos poderes de Presidente da República. Tal cenário foi acompanhado de perto pelo jornalista Carlos Castello Branco, que analisou as ações governamentais em sua esfera política e interpretou as composições da esquerda e da direita, que de forma dinâmica se adequaram em posturas e ações de modo a defender seus interesses. Através das colunas diárias de Castello, publicadas no *Jornal do Brasil*, o leitor pôde acompanhar parte destes embates entre os setores em confronto que tinham como principal protagonista o presidente Goulart. Ao analisar retrospectivamente suas colunas, à luz da historiografia sobre o período, se percebe o esforço do Presidente da República em

conciliar posições que se afiguravam inconciliáveis. E se observa a intransigência dos setores radicais de esquerda que, acreditando na impossibilidade de transformar as estruturas econômicas e sociais do país através da luta meramente parlamentar, e otimistas de seu respaldo popular, caminharam em direção ao enfrentamento com as forças conservadoras. Neste processo, arrolaram o presidente Goulart, ao qual, em função do “insucesso” da sua política de conciliação, só restou o alinhamento com as forças de esquerda, cujos ideais mais se afinavam com os seus. Quando as forças conservadoras decidiram reagir de forma decisiva, deram-se as condições para a ocorrência do “desfecho”. E no confronto que se deu, não estava em pauta tanto para os setores progressistas como para os conservadores, como assevera Ferreira e Gomes (2014), a manutenção do regime democrático.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo crítico das “Colunas do Castello” no *Jornal do Brasil*, através da metodologia histórica, consubstanciado nos novos enfoques e modos de interpretação surgidos com a Nova História Política, desvelam detalhes de como foram assimilados, interpretados e vivenciados pelos principais atores do jogo político brasileiro, os acontecimentos daqueles momentos da história republicana brasileira. As complexas tramas políticas acabaram redundando em março de 1964, no golpe civil-militar que encerrou a experiência democrática inaugurada com o fim do Estado Novo em 1945. Através das colunas de Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil*, com sua refinada capacidade interpretativa dos fatos, muitos deles complementados por fontes do meio político a que o jornalista tinha acesso de forma privilegiada, deslumbra-se o cotidiano de um poder permeado pelo acirramento das disputas ideológicas que caracterizaram aquele momento histórico. Deve-se lembrar que, à época, ainda não havia a censura aos moldes do período ditatorial pós-1964, e que o jornalista podia se expressar de acordo com as suas convicções e com a linha editorial do periódico onde escrevia.

Nos momentos iniciais do governo do presidente Goulart com plenos poderes, no começo de 1963, percebe-se, através das colunas de Castello, a apreensão da população e das classes políticas com relação às primeiras ações governamentais. Na medida em que estas ações vão se materializando, Castello aponta o otimismo que passa a aflorar nos habitantes da capital federal, confiantes no sucesso do Plano Trienal e no resgate da autoridade do Presidente da República que desde a campanha do plebiscito gozava de grande popularidade. Mas a oposição das esquerdas ao Plano Trienal e aos entendimentos econômicos com o governo dos Estados Unidos, leva o Plano dos Ministros San Tiago e Celso Furtado à falência, e expõe o início do processo de radicalização que a partir de maio de 1963 marcaria as posições tanto dos setores progressistas quanto dos conservadores no cenário político nacional.

O agravamento da crise econômica que ocorria desde o final do governo JK em 1961, e não solucionada pelo insucesso do Plano Trienal, leva o presidente Goulart a priorizar a luta parlamentar pelas reformas de base, em especial a reforma agrária. As resistências do Congresso Nacional, de composição majoritariamente conservadora, acirram os posicionamentos da esquerda, que a cada dia, aumentava suas críticas e oposição à política de conciliação adotada pelo presidente Goulart, o que foi objeto constante de análise de Castello em sua coluna. Depreende-se pelas suas análises, o grau de incerteza com relação à estabilidade política, que pairava tanto entre setores governistas como entre os conservadores e a esquerda

radical. Tal situação se agravou com a rebelião de sargentos do dia 12 de setembro de 1963 em Brasília e com o pedido de estado de sítio pelo presidente Goulart em outubro de 1963, que acabou por isolá-lo, a partir de temores tanto da direita quanto da esquerda de um golpe de estado. O último esforço adotado por San Tiago Dantas com a proposta da formação da Frente Ampla, em face da crescente polarização, cujos setores conservadores e progressistas já adotavam posições inconciliáveis, é interpretado por Castello como inócuo e prenunciador do fim de qualquer possibilidade de negociação conciliatória.

Depreende-se daí e pelas colunas de Castello posteriores aos eventos de outubro de 1963, a tomada de posição em prol da esquerda pelo presidente Goulart como algo quase inexorável, em virtude das condições políticas do momento que aliavam os insucessos econômicos e o decréscimo de popularidade do governo Goulart, com as mobilizações da esquerda que pressionavam o Presidente da República a abandonar composições de centro. Fica evidenciado a partir dos apontamentos de Castello em sua coluna, que o presidente Goulart não poderia abrir mão da sustentação política trabalhista e de esquerda, a mesma que lhe deu notoriedade política e garantiu sua permanência no cargo de Presidente da República quando da crise da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961. Conforme apresentado por Ferreira e Gomes (2014) e pelas próprias “Coluna[s] do Castello”, as condições para o golpe de março de 1964 foram se consolidando na medida em que os setores conservadores se aglutinaram para reagir aos movimentos de esquerda. Sem expressar diretamente sua opinião sobre o que poderia acontecer, Castello, ao descrever os posicionamentos do deputado Brizola nos últimos dias do mês de março de 1964, permite antever em suas colunas, a ocorrência próxima do “desfecho”.

Inserido como um ator neste processo, porque de sua escrita brotavam interpretações que se tornavam referência para os leitores, influenciando a formação da opinião pública, Castello ajudou a viabilizar a construção de uma “história do presente”. Seu vasto material produzido na “Coluna do Castello” é riquíssima fonte para todos aqueles que se propõem a estudar a política brasileira na história recente, de 1963 a 1993, passando pela instalação e consolidação da ditadura militar implantada no Brasil, pelo fechamento total do regime a partir do AI-5, pelo processo de distensão e a posterior democratização do País. No que tange ao processo político e social que redundou no golpe civil-militar de 1964, pode-se aprofundar sobre a participação dos diversos setores políticos, tanto progressistas como conservadores, pelos diversos apontamentos particulares apresentados nas colunas.

Neste trabalho de conclusão de curso, não se aprofundou demasiadamente sobre nenhuma das correntes políticas do período do governo presidencialista de João Goulart por

ultrapassar os espaços de pesquisa definidos para uma monografia. Portanto, estou ciente de que não encerro a análise do período anterior ao golpe civil-militar de 1964 a partir dos textos de Carlos Castello Branco, haja vista o grande volume de material a ser analisado. Enfim, apresento como possibilidade este árduo, mas recompensador trabalho: o estudo das “Coluna[s] do Castello” como fonte histórica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MELO, Hildete Pereira de; ARAUJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 79-106.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996. p. 161-165.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 15-28.

FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **João Goulart: uma biografia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 343-404.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006

GASPARI, Elio. A Queda. In: _____. **A Ditadura Envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 45-126.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura e etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GOMES, Paulo Cesar. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. **Revista de História Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 25-36, 1998.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 57-77.

GUARNIERI, Dayane Cristina. A imprensa periódica sob o mito da notícia como verdade: Jornal do Brasil e sua atuação no pré e pós-golpe de 1964. **Anais do VI Seminário de Pesquisa do PPGHS: Universidade Estadual de Londrina, Londrina**, v. 3, p. 57-67, 2012.

_____. As justificativas em torno do movimento golpista civil-militar de 1964 sob a ótica da grande imprensa. **Anais do VI Congresso Internacional de História**, Maringá, p. 331-345, 2013.

GRINBERG, Lúcia. O jornalismo político de Carlos Castello Branco: imprensa e engajamento. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo**, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUMMEL, Karl; NOVA, Marcelo. Simca Chambord. Intérprete: Marcelo Nova. In: CAMISA DE VÊNUS. **Correndo o Risco**. [S.I]: WEA, p1986. 1 CD. Faixa 1.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. **Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira**. Teresina: EDUFPI, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O segundo grande surto anticomunista: 1961-1964. In: _____. **Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva – FAPESP, 2002. p. 231-278.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 129-147.

RÊGO, Ana Regina. Carlos Castello Branco e a opinião no jornalismo brasileiro. In: **Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia - GT de Mídia e Imprensa: São Paulo**, 2007.

REIS, Daniel Aarão. A gênese da ditadura (1961-1964). In: _____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 17-46.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

_____. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castello. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Fontes:

CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castello. Opção na Guerra, Pastas Civas e reforma difícil. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 03 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango pede apoio para assumir já o Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 04 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Manobra para efeito psicológico presença de CP no Ministério. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 05 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango forte de apoio popular e fraco de apoio político. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 08 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo responsável, o que pedirá Magalhães Pinto. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 09 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. "Duros" e "moles" no Governo quanto a revogação automática. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 10 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Hermes no Exterior, San Tiago espera Fazenda, Susano de fora. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 11 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Oposição considera subversiva a revogação do Ato adicional. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart espera que Congresso revogue Ato Adicional até dia 31. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Revogado o Ato Adicional Congresso gozará recesso. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 15 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lacerda e Magalhães num encontro amanhã. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart aprovou duas fórmulas do PSD para mudança do sistema. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 17 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Capanema vai insistir na reforma da Constituição. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 18 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ministério: Jango continua na fase das sondagens. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 19 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Preocupa UDN ausência do Governo na mobilização. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 20 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango está tomando decisões: Ministério. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 22 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. San Tiago emerge como o homem forte do Ministério. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Indecisão e luta pelo Ministério do Exterior. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo seria em breve uma associação PSD-PTB. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Presença de San Tiago e ausência de Tancredo agradam Magalhães. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Consciência intranquila leva o PSD ao declínio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Arrais define amanhã no Recife a revolução brasileira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Organiza-se movimento de resistência dentro do PSD. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 jan. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango estimula formação, de dissidência na UDN. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Encampação da Bond & Share e das refinarias de petróleo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Celso Furtado: "Meu plano é de Governo e não de revolução". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Firma-se no PSD ala de oposição ao Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Mazzilli na televisão para rebater Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart não endossa Brizola e fará tudo dentro da lei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola combaterá setores do Governo, certo de que estará servindo a Jango. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Irrita Governadores ideia do FMI-mirim. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Câmara quer as reformas sem pressão de Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Sintomas de explosão contra a política anti-inflacionária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Graves preocupações no Governo e na Oposição. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ameaças de greve preocupam San Tiago, que vai a Jango. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 14 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango dará plena execução à lei de remessa de lucros. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 15 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. O caso da vara ou as restrições nacionalistas. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Política de segurança, a única possível no momento. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 17 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo enfrenta 2 tipos de resistência e um de oposição. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 19 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Fomin transmite temores a Goulart: invasão de Cuba. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 20 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Os Governadores voltaram satisfeitos com San Tiago. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 21 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. São três as áreas de pressão ao esquema financeiro de San Tiago. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 22 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Os itens principais das negociações de San Tiago. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 23 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Aliança Jango-Jânio para combater inelegibilidade. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães esboça esquema para presidência em 1965. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 fev. 1963.

_____. Coluna do Castello. Nacionalistas combaterão os entendimentos de Washington. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 01 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Mensagem de Jango vai fixar política externa. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 02 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN com as bases e PSD com grandes nomes. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 03 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Depende dos deputados do PTB o teto de 40 por cento. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 05 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Não há otimismo nos EUA quanto à Missão San Tiago. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 06 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart admite que não são boas perspectivas de negociações nos EUA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ajuda de Gordon pode ser decisiva ao êxito de San Tiago no EUA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. San Tiago nas despedidas: sensação de êxito no Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Política externa do Brasil, o ponto crítico das negociações. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Veio à tona, na UDN, a luta sucessória. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Kennedy ganhou tempo para ler a Mensagem de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jânio não é candidato permanentemente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Primeiras reações do PSD à reforma agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola: política de San Tiago abre caminho ao golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lincoln Gordon, "persona non grata" ao Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. A suspensão nasceu e morreu nos bastidores do Palácio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Oposição se empenha para conter revolução pregada por Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD e PTB examinam a reforma da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Medidas da Câmara e da UDN contra Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Divergência na assessoria retarda Reforma Agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lacerda quer ser o candidato das bases. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforma apenas do Art.147 da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jango desaconselhou resistência no Rio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Congressistas vão ao Rio patrocinar o Congresso. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo está perplexo: Lacerda dentro da lei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Mangabeira atinge o calcanhar de Lacerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Próxima etapa é salvar a posição militar de Osvino. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 mar. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brasília sensível aos movimentos de Osvino. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Agrava-se a disputa no Rio e em Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Problema de segurança do Congresso: crise no DF. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo Federal espera a autodestruição de Lacerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Intervenção no Rio só dentro da lei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart reconquista a confiança da esquerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Kruegel executa plano de Jango para conter Osvino e Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart pretende ter segurança interna para negociações externas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ademar elabora manifesto para defender regime. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães esvazia o documento de Ademar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Dois objetivos na mobilização popular: reformas e revolução. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Esquerdistas definem acordo, como "trégua". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goiás propõe cooperação econômica com a Rússia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola mobiliza a cidade e Falcão, a zona rural. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Negociações com o FMI, Ministério e Almino. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reformas sem Brizola, Almino assume o comando. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Vanguardas anti-Jango voltam à desconfiança. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lacerda leva UDN a vetar reforma constitucional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lacerda recusa continuar numa UDN "esquerdizada". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Atitude de Lacerda tem seus objetivos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforma do Ministério vai facilitar a da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 maio 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD quer eleger um Vice-Presidente agora. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 maio 1963.

_____. Coluna do Castello. Acabou-se o primeiro Ministério de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 maio 1963.

_____. Coluna do Castello. Esquerda tenta evitar o Governo de centro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 maio 1963.

_____. Coluna do Castello. Greve e Mazzilli retêm deputados em Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart pode anunciar já o novo gabinete. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart preferiu a segurança contra Brizola e Almino. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Carta de Kennedy a Goulart: Presidente vai responder. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforma total: dez ministros sairão da Câmara ou Senado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães e Bossa Nova não querem participação. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Fixam-se as bases da reforma do Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart não atraiu novas áreas para o Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Novo Ministério sairá mesmo esta semana. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart recusa tutelas, pode substituir Kruei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart mandou Brito acalmar Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola influi: Galvão para a Fazenda, Sarnei convidado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Decepção e desânimo com nomes do novo Ministério. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart reexamina lista Civil sensível às restrições. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart muda a política financeira: vai emitir. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. CP dirá que mantém Plano e pediu controle total. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart pede e obtém trégua das esquerdas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Como foi o difícil ajuste Goulart-Carvalho Pinto. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. O que Goulart ganhou e o que perdeu. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Jair oferece todas as garantias ao Congresso. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Oposição na Câmara vai unir-se e crescer. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Carvalho Pinto sob a observação de todos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Carvalho Pinto não quer polarizar contra Goulart. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 27 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Luta contra Brizola em campo raso. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ação desloca-se para as comissões de inquérito. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 29 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Casa do IBAD cria problemas na UDN. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 30 jun. 1963.

_____. Coluna do Castello. Na tropa não há rebeldia, mas descontentamento. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 03 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Concessionárias: apuração primeiro dos investimentos. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 04 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ultimato deveria ser dirigido a Goulart. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 05 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Metade do PSD contra o Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 06 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Desapropriar 50% pagando 30% do valor em dinheiro. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 07 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart na linha dura já fala em morrer no posto. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 09 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart quer impedir uma aliança do PSD com a UDN. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 10 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Inquérito policial-militar sobre atividades do IBAD. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 11 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. PTB faz Tancredo hesitar em assumir a liderança. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN oferece ao Governo 80 alternativas para reforma. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Semana da decisão para reforma agrária. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 14 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN repele Tancredo: não dará facilidades. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart acha que debate da reforma perturba a Nação. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 17 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart submete PSD a um teste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Radicais em protesto querem novo partido. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Inquéritos estariam ameaçando o Congresso. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Não há conspiração ativa, uma atitude de resistência. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Tancredo em estreia dá batalha hoje à oposição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola volta a Brasília para "definir a reforma". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD já esticou a corda ao máximo: impasse. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Oposição não se lançará contra Ministro da Guerra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Impacto no comando de Goulart sobre a maioria. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Radicalização militar à revelia de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo pretende identificar uma rede de conspiração. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Confirmado objetivo: Governo procura golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 jul. 1963.

_____. Coluna do Castello. Projeto agrário: UDN passa à desconfiança. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Desobstrução da Câmara com acordo de líderes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Esquerdas fixam-se em Arrais para sucessão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforços militares chegam a Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Tancredo: esta semana emenda definitiva. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart fica com a esquerda para resistir e lutar. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 08 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforço das guarnições militares de Minas. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 09 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD luta por postos e mudança de política. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 10 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Removendo o lixo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 11 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD define termos de seu apoio ao Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart satisfaz-se com desapropriação por títulos. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 14 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. João Goulart quer abrir caminhos para seu Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 15 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Dirigentes do PSD receiam Convenção. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Como o Governo analisa seu próprio impasse. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 17 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Pronto o roteiro de aspirações do PSD. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 18 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Versão oficiosa: Goulart não quer ser ditador. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 20 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Udenistas acreditam em golpe e Juscelino mostra-se apreensivo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 21 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN enquadra Goulart na Lei de Segurança. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 22 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. O PSD não é mais partido do Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 23 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Militares querem ouvir deputados sobre o IBAD. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Esquerdas desconfiam de que Goulart quer mesmo o golpe. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 25 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Temperani sobre emenda: "tudo isso está morto". **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 27 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Medidas da UDN contra Goulart e sair Dantas. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Só o Presidente insiste na emenda Constitucional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Juscelino recua para o centro e para o PSD. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Tancredo convoca líderes para salvação da Câmara. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 ago. 1963.

_____. Coluna do Castello. Encontram-se na prática UDN e esquerda radical. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. João Goulart para Arrais: "A legalidade é o Presidente". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. De uma Câmara apreensiva a um Presidente tranquilo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart reabre conversas com PSD sobre reforma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. A conversa de Goulart com o líder do PSD. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo terá sua emenda, Ministério em risco. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Bocaiúva alarmado com o vazio da Câmara. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães vai apertar o botão de alarme. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Arrais disposto a aliviar a tensão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart cruza os braços na reforma agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Funcionou em Brasília o dispositivo de Jair. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo pune os rebeldes mas defende sua causa. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Chefes militares pediram a Goulart para evitar greve. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Nervosismo em Brasília com prontidão renovada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Congresso não decidirá no cheiro da pólvora. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Medo de ditadura faz retroceder a crise. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart vincula a reforma agrária à crise militar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. General Peri reaviva os termos do impasse. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Substituição de Peri por Kruel ou Mota. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Arrais conversa para Goulart na área popular. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Senado ofendido com sugestão de Tancredo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Tentativa de aliviar a crise: novo Ministério. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Entre a última crise e a próxima crise. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 set. 1963.

_____. Coluna do Castello. Governo denuncia conspiração de Ademar e Lacerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. San Tiago articula Governo com bases mais amplas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. Crise vira história de mocinhos com "suspense". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. Congresso decidirá sobre sítio ou intervenção. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. Congresso quer negar o sítio, mas hesita em enfrentar a decisão dos chefes militares. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. Substitutivo do PSD tenta salvar sítio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. Juscelino quer enquadrar Amaral "pelo rim". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 out. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD e PTB reúnem-se com Goulart segunda-feira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reforma parcial do Ministério, e outras. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 05 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN quer atacar, mas sem derrubar. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 06 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Primeira brecha entre Goulart e Juscelino. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 07 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Congresso não entrará em recesso: precaução. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 08 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Comissão do atentado sobreviverá, diz UDN. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 09 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Reaberto o esquema - república sindicalista. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 10 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Impacto de Juscelino no plano de Goulart. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Vigília cívica sem ajuda de custo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Atendida advertência Congresso não ficará fechado sequer um dia. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 14 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães Pinto continua candidato. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 15 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Valadares no lugar de Auro, por decisão do Governo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 16 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Convocação atingiu o seu objetivo. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 17 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Lacerda em janeiro lançado pela UDN. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 19 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Bilac tenta compor a situação na UDN. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 20 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Recria-se rapidamente um Clima de tensão. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 21 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Acredita a Oposição que o golpe está em marcha. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 22 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Aberta a crise militar com cartas e prisões. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 23 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Novas cartas rebeldes no correr da semana. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Mudança no PSD: caso Boaventura repercute. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Líder do PSD recebe explicações de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD entre romper já e romper mais tarde. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Para salvar-se, PSD lança já Juscelino. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Liquidada a emenda da reforma agrária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 nov. 1963.

_____. Coluna do Castello. Novo Ministério com o apoio de Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Abertura de Goulart à esquerda: Brizola quer Fazenda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Da técnica de triturar um Ministro de Estado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN alerta Jair e Carvalho Pinto. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Ministros comerão castanhas de Natal; PTB contra Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Magalhães previne-se politicamente. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. UDN espera golpe até o fim do mês. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Itens do programa de Governo de Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart volta aos comícios no dia 20. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD não ficaria no Governo com Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart com Brizola de novo; Ministério para a sucessão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Juscelino unifica e comanda o PSD. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Esquerda encampa suspeita de golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Arrais consolida o movimento de Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. PSD de vigília contra a "comunização". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Todos os dados estão na mesa – Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brizola e Assis Brasil souberam pelo rádio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Brasil fica com as concessionárias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Nova chave: Magalhães com Jânio e Ademar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart anuncia "fase executiva" da reforma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Crise de Cuba poderá incidir na do Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Decreto da Supra pode sair ainda este ano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Goulart não mudará política externa. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 dez. 1963.

_____. Coluna do Castello. Monólogo de Natal de um Presidente reformista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. PSD transigiria sob ameaça da Supra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. As modificações no decreto da Supra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Supra teme revisão política do decreto. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart surpreende a Supra com Magalhães. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. No centro enquanto o assessor seja o mesmo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Crônica da Capital Abandonada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Algo de anormal nos quartéis em dezembro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Brizola na conquista dos Estados tampões. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Esquerdas querem unir os "não enquadrados". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Presidente tranquilo, Governadores inquietos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. No mês do golpe "marche aux flambeaux". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Esquema único no Governo: do PSD ao PC. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Governo cogitou do estado de sítio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart vai assinar o decreto da Supra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Novo encontro de Brizola e Jango. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. PC e Arrais examinam caminho da revolução. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Em criação milícia antirrevolucionária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. UDN vive a guerra revolucionária. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Generais advertiram: haverá resistência. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. PTB declara-se contra o golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Arrais também teme o golpe de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Posição do PTB é de crítica a Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Greve evitada com medo de um golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Convenção da UDN não passa de abril. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart toma Petrobrás da esquerda radical. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 jan. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart: golpe vai custar muito sangue. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Juscelino vai ignorar críticas de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Clima continuísta nos bastidores do Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Encontro aberto de Goulart e Prestes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. "Fazendas tomadas Goulart derrubado". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Salário mínimo dia 6 e novo Ministério com a frente única. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Prazo de Goulart a Bilac para provar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Esquerda negativa contra frente ampla. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Análise sigilosa adverte para golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Reage a oposição na área militar: golpe. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Frente Única só se Nei Galvão sair. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Oposição recebeu bem discurso de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Auro voltará mesmo à Presidência do Senado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Dificuldades ainda para os acordos externos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Atos de Goulart são "outorga do rei bom". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Queda de Auro questão fechada para Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. PSD não indicará novos Ministros. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. PSD não entra numa frente com CGT e PUA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Comício do dia 13, senha para invasões. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 fev. 1964.

_____. Coluna do Castello. Invasões previstas no norte e Estado do Rio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Invasão cordial do Ministério da Guerra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Lacerda decretaria ponto facultativo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Congresso em recesso na sexta-feira, 13. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart otimista testado dispositivo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart iria para "Ditadura Consentida". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Alkmim candidato surpreende Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Congresso põe-se contra o Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Frente de defesa da Constituição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Prontidão na UDN: defesa do regime. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Qualquer um tomaria posse, menos Lacerda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Reformas para evitar convulsão sangrenta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. País em emergência; Arrais contra Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Novo Governo para "reformas integradas". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Esquerda fecha a questão contra Nei. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 19 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Para caracterizar a missão do Congresso. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Brizola: agitação atingirá quartéis. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Brizola faz concessões. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Brizola no Governo; plebiscito à vista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart decide de longe crise naval. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Em colapso o sistema militar anti-Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Minas desencadeia luta contra Jango. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.

_____. Coluna do Castello. Goulart mobiliza Brasília para luta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964.

_____. Coluna do Castello. Congresso aceita o mandato da revolução. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 abr. 1964.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **Carlos Eduardo de Lima Brandão**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **UM PIAUIENSE NO REDEMOINHO: narrativa histórica sobre o período presidencialista de João Goulart através da “Coluna do Castelo” (janeiro/1963 a abril/1964)**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 06 de novembro de 2015.

Carlos Eduardo de Lima Brandão